

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

PATRÍCIA BETTI

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA E NO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI,  
GUARAQUEÇABA - PARANÁ

CURITIBA  
2014

PATRÍCIA BETTI

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM  
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASO NA ÁREA DE PROTEÇÃO  
AMBIENTAL DE GUARAQUEÇABA E NO PARQUE NACIONAL DO SUPERAGÜI,  
GUARAQUEÇABA - PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial  
à obtenção do grau de Mestre em Meio  
Ambiente e Desenvolvimento, no Curso de  
Pós-graduação em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento da Universidade Federal do  
Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Valdir Frigo Denardin  
(UFPR)

Co-orientadora: Profa. Dra. Camila Gonçalves  
de Oliveira Rodrigues (UFRRJ)

CURITIBA

2014

*Dedico a minha mãe*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor e orientador Valdir Frigo Denardin pela confiança, disponibilidade e direcionamentos fundamentais.

À professora e co-orientadora Camila Gonçalves de Oliveira Rodrigues, por sempre atender minhas solicitações com atenção e amizade, desde a minha graduação em Turismo, e pelas importantes contribuições nessa pesquisa.

Aos professores do MADE, em especial ao Paulo, ao Luciano e ao Lesama.

Às amigas do MADE: Beatriz, Eloisa, Tatiana, Soraya e Thaís, que fizeram dessa uma experiência muito saborosa e, principalmente, divertida. À Elô agradeço ainda pelas contribuições e revisões.

Aos gestores do Parque Nacional do Superagüi e da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba pela disponibilidade no repasse de informações sobre as unidades.

Ao amigo e analista ambiental do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Rogério Rodrigues, pela elaboração do mapa da APA de Guaraqueçaba.

Aos cooperados da Arte Nossa e às associadas do Restaurante Ilha das Peças, pelo interesse e participação na pesquisa de campo.

Aos amigos da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná, em especial à Angela Nardelli, à Aparecida Camargo, ao Dante Zech, ao Denys Dozsa e à Simone Bortolossi, pelo apoio nas pesquisas de campo.

Aos meus gatos Jack e em especial ao Bóris, que sempre se fez incrivelmente companheiro durante as fases mais longas e solitárias na escrita dessa dissertação.

Às amigas, sempre presentes, Adriana, Carolina e Larissa, pela parceria incondicional, e à Lourença e à Juliana, pelo incentivo a fazer parte desse mestrado.

Às minhas irmãs e a minha mãe pelo suporte nos momentos mais difíceis, mas principalmente por ser tão divertido dividir a vida com vocês. A mim não seria possível sem a força de cada uma.

*“A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”*

*Eduardo Galeano*

## RESUMO

O modelo hegemônico de desenvolvimento tem provocado desequilíbrio ambiental e grandes desigualdades sociais, inclusive no acesso e partilha dos recursos naturais, privando-se as maiorias dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. Em seu formato de conservação da natureza, os serviços ambientais gerados por Unidades de Conservação (UCs) estendem-se globalmente, mas são as populações locais as impactadas diretamente por restrições decorrentes de sua criação. Na medida em que o uso turístico de UCs públicas favorece grupos externos e minoritários, como nos casos das grandes concessões, em detrimento de incentivo à organização do turismo de base endógena, a injustiça ambiental se acentua, distribuindo-se ônus e bônus de maneira desigual entre grupos sociais. Nesse contexto, utilizando-se o estudo de caso como método, o objetivo geral da pesquisa é investigar formas de organização denominadas Turismo de Base Comunitária (TBC) enquanto modelo alternativo de turismo em UCs para o desenvolvimento local em duas unidades federais: no Parque Nacional do Superagüi (proteção integral) e na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (uso sustentável), localizadas no município de Guaraqueçaba, litoral norte do estado do Paraná. Como objetivos específicos delimitaram-se inicialmente analisar o contexto atual do TBC em ambas as UCs, a partir da compreensão de como diferentes atores do território entendem essa modalidade de turismo e da identificação de iniciativas comunitárias a ela relacionadas. Posteriormente, dentre duas das experiências identificadas, analisar quais pressupostos do TBC são atendidos e se estas contribuem para o desenvolvimento local. Por fim, visou-se indicar perspectivas para o planejamento e a gestão do TBC nas unidades de conservação estudadas. Foram identificadas oito iniciativas solidárias, destas, selecionadas a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa e o Restaurante Ilha das Peças. Por meio de entrevistas, atividades em Círculos de Cultura e observação direta analisou-se o atendimento aos seguintes pressupostos: a) base endógena da iniciativa; b) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos; c) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; d) geração de benefícios diretos à população local; e) afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro. Os resultados demonstraram que para haver desenvolvimento é fundamental a promoção de justiça ambiental, integrando-se questões sociais às ambientais também na atividade turística, ao contemplar as diferentes formas de acesso aos serviços e benefícios provenientes dos recursos naturais. Desse modo, o TBC configura-se como alternativa na medida em que privilegia a organização das populações e gera outros benefícios localmente. Nas UCs estudadas o TBC ainda é incipiente, no entanto, as iniciativas analisadas têm contribuído para a consolidação de múltiplas dimensões: social, cultural, econômica, ambiental e humana e da própria expressão da dimensão simbólica da vida em sociedade, favorecendo o desenvolvimento local. Quanto às perspectivas para o TBC, a gestão do Parque Nacional do Superagüi o está inserindo na elaboração de seu plano de manejo, e a gestão da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba lhe é favorável, todavia não há ações ou planejamento nesse sentido. Há diferentes interpretações sobre o TBC entre os agentes que atuam na região, indicando a importância de aproximá-los para que sejam discutidos e acordados conceitos e metodologias a serem utilizados no desenvolvimento dessa modalidade de turismo em ambas UCs.

**PALAVRAS-CHAVE:** turismo de base comunitária, unidades de conservação, desenvolvimento local, justiça ambiental, Guaraqueçaba - PR.

## ABSTRACT

The dominant model of development has caused environmental imbalance and great social inequalities related to access to and use of natural resources, depriving the majority of the benefits of an authentic development. In this model, environmental services generated by protected areas (PAs) are extended globally, but local populations are impacted directly by restrictions on use. To the extent that the tourist use of public PAs favors outside groups, as occurs in large concessions at the expense of encouraging the organization of community-based tourism, environmental injustice increases, distributing burdens and benefits unevenly between social groups. In this sense, using the case study method, the objective of the research is to analyze ways of organization called community-based tourism (CBT) as an alternative model of tourism in protected areas for local development in two federal areas of Guaraqueçaba, located on the north coast of Paraná: Superagui National Park (full protection) and Guaraqueçaba Environmental Protection Area (sustainable use). Specific objectives delimited are: analyze the current context of CBT in both PAs from the understanding of how different actors in the territory understand this type of tourism and the identification of community initiatives related to it; in two initiatives analyze which presuppositions of CBT are followed and if they are contributing to local development; and indicate prospects for the planning and management of CBT in the studied protected areas. Eight initiatives were identified, of these, *Arte Nossa Artisans Cooperative* and *Ilha das Peças Restaurant* were selected. Interviews, group activities and direct observation were used to analyze compliance with the following presuppositions: a) endogenous basis of the initiative; b) participation and social involvement in the planning, implementation and evaluation of projects; c) protection of local people and natural environment; d) generating direct benefits to the local population and e) cultural affirmation and interculturalism from the encounter between visitors and visited. Results showed there is no development without promoting environmental justice, integrating social and environmental issues in tourism, contemplating the different forms of access to services and benefits from natural resources. Therefore, CBT is configured as an alternative that favors the organization of populations and generates other benefits locally. In the studied PAs, CBT is still incipient. However, the analyzed initiatives have contributed to the consolidation of multiple social, cultural, economic, environmental, human and symbolic dimension of life in a society that favors local development. The management of the Superagui National Park is including the CBT in the development of its management plan. The management of Guaraqueçaba Environmental Protection Area is favorable to CBT; however there are no actions or planning. There are different interpretations of CBT between agents operating in the region, indicating the importance of approaching to discuss and agree upon concepts and methodologies to be used in the development of this type of tourism in both PAs.

**KEYWORDS:** community-based tourism, protected areas, local development, environmental justice, Guaraqueçaba - PR.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURAS 1 e 2	AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SUPERAGÜI.....	52
FIGURA 3	FORMAÇÃO DO CÍRCULO DE CULTURA NO RESTAURANTE ILHA DAS PEÇAS .....	85
FIGURA 4	FORMAÇÃO DOS GRUPOS.....	85
FIGURAS 5 e 6	GRUPOS DE TRABALHO .....	85
FIGURAS 7 e 8	VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS .....	86
FIGURAS 9 e 10	CÍRCULO DE CULTURA NA ARTE NOSSA.....	87
FIGURA 11	ESTADO DO PARANÁ: LOCALIZAÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL .....	89
FIGURA 12	ESTADO DO PARANÁ: PERCENTUAL DE REMANESCENTES DE COBERTURA FLORESTAL POR MUNICÍPIO.....	91
FIGURA 13	LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA .....	92
FIGURA 14	ÁREA DA APA DE GUARAQUEÇABA E DO PARNA DO SUPERAGÜI.....	100
FIGURA 15	SEDE DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA.....	100
FIGURA 16	VISTA DO MORRO DO QUITUMBÊ .....	100
FIGURA 17	MAPA TURÍSTICO DA APA DE GUARAQUEÇABA .....	101
FIGURA 18	MICO-LEÃO-DA-CARA-PRETA ( <i>Leontopithecus caissara</i> ) .....	105
FIGURA 19	PAISAGEM DA ILHA DO SUPERAGÜI.....	105
FIGURA 20	LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO INTERIOR E NO ENTORNO DO PARNA DO SUPERAGUI.....	105
FIGURA 21	APRESENTAÇÃO DE FANDANGO DURANTE O I ENCONTRO DE FANDANGO E CULTURA CAIÇARA .....	109
FIGURA 22	APRESENTAÇÃO DE BOI MAMÃO EM GUARAQUEÇABA ....	109
FIGURA 23	RABECA, INSTRUMENTO DO FANDANGO .....	109
FIGURA 24	BANDEIRA DO DIVINO EM GUARAQUEÇABA .....	109
FIGURA 25	CENTRO DE GUARAQUEÇABA .....	109
FIGURA 26	BARCOS DE PESCA.....	109
FIGURA 27	PAISAGEM DA VILA DAS PEÇAS.....	122
FIGURA 28	PAISAGEM DA VILA DAS PEÇAS.....	122
FIGURA 29	BARCOS DE VERANISTAS .....	123



FIGURA 30	BARCO DE PESCADOR .....	123
FIGURA 31	CASA DE VERANISTA.....	123
FIGURA 32	CASA DE MORADOR LOCAL.....	123
FIGURA 33	EDIFÍCIO DO RESTAURANTE .....	128
FIGURA 34	SALÃO DO RESTAURANTE .....	128
FIGURA 35	MERCEARIA .....	128
FIGURA 36	MUTIRÃO PARA GUARDAR AS COMPRAS.....	128
FIGURA 37	FACHADA DO CENTRO DE ARTESANATO .....	142
FIGURA 38	INTERIOR DO CENTRO DE ARTESANTO .....	142
FIGURA 39	ARTESANATO EM ARGILA .....	142
FIGURA 40	TAPEÇARIA .....	142
FIGURA 41	ARTESÃ COM FIBRA DE BANANEIRA.....	142
FIGURA 42	ARTESÃ RETIRANDO FIBRA DE BANANEIRA .....	142

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	GRUPOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SNUC.....	46
QUADRO 2	POSSIBILIDADES DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	58
QUADRO 3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GUARAQUEÇABA .....	93
QUADRO 4	CARACTERÍSTICAS DAS CATEGORIAS APA E PARNA.....	98
QUADRO 5	INICIATIVAS COMUNITÁRIAS RELACIONADAS AO TBC .....	120
QUADRO 6	PRESSUPOSTOS DO TBC ATENDIDOS PELO RESTAURANTE ILHA DAS PEÇAS E PELA COOPERATIVA DE ARTESÃOS ARTE NOSSA .....	163
QUADRO 7	COMPARATIVO ENTRE AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA APA DE GUARAQUEÇABA E DO PARNA DO SUPERAGÜI .....	165

## LISTA DE SIGLAS

AAGEMAM	Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo
ABETA	Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura
AMOMAR	Associação dos Moradores do Marujá
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
CODAPAR	Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco
EMATER	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
ESEC	Estação Ecológica
FJP	Fundação João Pinheiro
FLONA	Floresta Nacional
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPG	Instituto de Pesquisa de Guaraqueçaba
ITCP	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
MAB	Movimento de Atingidos por Barragens
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MN	Monumento Natural

MOPEAR	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná
MPP	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organizações Sociais com Interesse Público
PARNA	Parque Nacional
PEIC	Parque Estadual da Ilha do Cardoso
PIB	Produto Interno Bruto
PNB	Produto Nacional Bruto
PNCO	Parque Nacional do Cabo Orange
PNS	Parque Nacional do Superagüi
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROVOPAR	Programa do Voluntariado Paranaense
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
REDE TUCUM	Rede Cearense de Turismo Comunitário
REFAU	Reserva de Fauna
RESEX	Reserva Extrativista
REVIS	Refúgio de Vida Silvestre
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEEC	Secretaria de Estado da Cultura do Paraná
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SPU	Serviço de Patrimônio da União
SPVS	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental
TBC	Turismo de Base Comunitária
UC	Unidade de Conservação
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
<b>2</b>	<b>DESENVOLVIMENTO LOCAL E JUSTIÇA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b> .....	<b>30</b>
2.1	DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL .....	30
2.2	DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA .....	40
2.3	UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL .....	44
<b>3</b>	<b>TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL</b> .....	<b>57</b>
3.1	TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO .....	57
3.2	TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA .....	65
3.2.1	Pressupostos para o turismo de base comunitária .....	69
3.2.2	Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação .....	73
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA (PR)</b> .....	<b>81</b>
4.1	O CAMINHO METODOLÓGICO .....	81
4.1.1	Coleta de dados .....	83
4.1.2	Análise e interpretação dos dados .....	87
4.2	GUARAQUEÇABA NO CONTEXTO PARANAENSE .....	88
4.2.1	Caracterização geral .....	91
4.2.2	Descrição das categorias de unidades de conservação selecionadas .....	97
4.2.3	Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba .....	99
4.2.4	Parque Nacional do Superagüi .....	102
4.2.5	Caracterização da atividade turística .....	106
<b>5</b>	<b>TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA APA DE GUARAQUEÇABA E NO PARNA DO SUPERAGÜI</b> .....	<b>112</b>
5.1	CONTEXTO ATUAL .....	112
5.1.1	Iniciativas de turismo de base comunitária .....	118
5.1.2	Restaurante Ilha das Peças .....	121
5.1.3	Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba Arte Nossa .....	139
5.2	PERSPECTIVAS PARA O TBC NA APA DE GUARAQUEÇABA E NO PARNA DO SUPERAGÜI .....	164

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>171</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>180</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>195</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas do século XX a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. O cenário geral evidencia efeitos da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo, que incentivam um padrão de desenvolvimento tecnológico e um ritmo de exploração que vêm esgotando os bens que a natureza oferece, degradando matas e solos, sem respeitar o ritmo necessário para regeneração dos ecossistemas naturais. As populações, em sua maioria à margem dos lucros obtidos com tamanha exploração, enfrentam diversos problemas sociais, como o desemprego, baixos salários, pouco acesso ao saneamento básico e condições de moradia insalubres, apenas como exemplo (LEFF, 2007).

No início da década de 1970, a partir da obra *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), o economista brasileiro Celso Furtado contribuiu para que se tivesse uma ideia aproximada das consequências da planetarização do sistema econômico no plano ecológico. Previa-se que a permanência no estilo de desenvolvimento dos países industrializados acarretaria tamanha pressão sobre a base de recursos não renováveis que, ou ocorreria uma catástrofe ecológica, ou se aprofundaria o processo da exclusão social, privando as grandes majorias, particularmente nos países de “terceiro mundo”, dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. Portanto, devido à limitação dos recursos disponíveis, a ideia de estender os padrões de consumo da minoria da humanidade que vive naqueles países ditos desenvolvidos às grandes massas de população em rápida expansão que formam a periferia seria uma simples miragem (FURTADO, 1974).

Além disso, segundo Furtado (1974), a maioria dos países é excluída dos benefícios do crescimento, e essa parcela não parece elevar-se de forma significativa com a industrialização. A relação de dependência das economias periféricas com os países centrais inviabiliza qualquer tipo de desenvolvimento para os primeiros, visto que essa relação aumenta as disparidades entre esses dois grupos e entre ricos e pobres dentro dos países subdesenvolvidos. Isso porque o crescimento econômico por si só não proporciona desenvolvimento como consequência sem que haja vontade política organizada para a ação no sentido de

estender os frutos em um projeto social. Tal ideia, no entanto, tem sido útil para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios, legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico e justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974).

De acordo com Foladori (1991), as causas das crises ambientais, econômicas e sociais se devem às características intrínsecas do sistema capitalista: a dominação dos meios de produção, a falta de controle consciente sobre o processo de produção, a exploração do trabalho, o lucro e o acúmulo como objetivos econômicos finais. Assim, a crise é completamente natural nesse sistema, visto o estímulo para que cada indivíduo explore a natureza ao máximo possível e usufrua ou guarde para si os frutos econômicos ou materiais dessa exploração, seja em quantidade de dinheiro ganhada ou no consumo de carros, casas, roupas, viagens etc. Há, portanto, nessas crises, que parecem ser independentes mas não o são, um papel de regulação da superprodução, uma fase de preparo para outra fase seguinte de acumulação, indefinidamente.

Por pregar o crescimento econômico infinito, a economia neoclássica gera suas próprias crises ambientais como resultado da não observância da origem dos *inputs* (natureza) e do destino dos *outputs* (resíduos) desse sistema que se pretende fechado, mas é de fato um sistema aberto (FOLADORI, 1991). Sendo assim, de acordo com a economia ecológica não é possível um crescimento sustentável porque crescer implica em menos meio ambiente e o planeta (ecossistema global) não cresce. Além do que, diversas transformações nos sistemas naturais já foram causadas pela espécie humana (CAVALCANTI, 2012).

De forma complementar, para a ecologia política faz-se também necessário identificar quem se apropriará dos benefícios do crescimento e quem paga pela destruição dos recursos ambientais (MARTÍNEZ ALIER, 2012). Nesse sentido, a corrente denominada justiça ambiental observa que os impactos ambientais decorridos do crescimento econômico são desiguais quando as áreas são habitadas por ricos ou pobres, brancos ou minorias étnicas, atingindo grupos sociais que por vezes resistem e protestam em defesa de seus direitos (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

O modelo hegemônico de desenvolvimento tem provocado desequilíbrio ambiental e grandes desigualdades sociais, inclusive no acesso e partilha dos recursos naturais, privando-se as majorias dos benefícios de um autêntico



desenvolvimento, o qual vai além do crescimento econômico: benefícios sociais e limitação no uso de recursos naturais são intrínsecos ao desenvolvimento enquanto projeto político (FURTADO, 1974). Por sua vez, Amartya Sen (2000) entende desenvolvimento como o processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. Consequentemente, se a liberdade é o seu resultado este é o objetivo no qual se deve focar. Sen (2000) conclui que a condição de agente livre e sustentável é fator fundamental: a expansão da liberdade é percebida tanto como o fim primordial (papel constitutivo da liberdade) quanto o principal meio (papel instrumental da liberdade) do desenvolvimento.

Conforme enuncia Harvey (2007), a condição pós-moderna sinaliza um desejo de rompimento com tais estruturas e modelos que se demonstraram insustentáveis, abrindo espaço para propostas contra hegemônicas. E sendo distintas as motivações humanas e suas múltiplas dimensões, existe uma diversidade de correntes de pensamento que mobilizam as iniciativas e os atores locais, tais qual a economia solidária e o desenvolvimento local (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010), enquanto modelos alternativos de desenvolvimento compreendido em suas multidimensões cultural, econômica, social, política, ambiental etc. e promovido como projeto social.

O surgimento e avanço de formas solidárias de organização do trabalho é uma das respostas às crises provocadas pelo capitalismo, diante da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda (SINGER, 2013). Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a economia solidária como: “O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (BRASIL, 2003<sup>1</sup> *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 92). Seus princípios organizativos são a posse coletiva dos meios de produção por aqueles que produzem; a gestão democrática e destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Ao mesmo tempo, frente às incertezas e vertigens da globalização, nota-se o retorno das pessoas aos territórios, uma vez que precisam de sítios e de proximidade, onde se projetam suas identidades. Nos sítios a vida econômica está

---

<sup>1</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência da Economia Solidária**. Plano Nacional de Qualificação, 2003.

apoiada em mecanismos de solidariedade, apesar da invasão do mercado. Sendo o desenvolvimento local apoiado na auto-organização dos atores locais, e a economia solidária tendo forte embasamento territorial, há uma aproximação e aliança de saberes e práticas que deve ser investigada e promovida (ZAOUAL, 2006, 2010). É nesse contexto que, em contraposição ao turismo convencional, surgem e crescem em número e visibilidade experiências de turismo de base comunitária – tema dessa dissertação –, as quais se aproximam da aliança entre a economia solidária e o desenvolvimento situado.

A observação das tendências da demanda turística mundial deixa entrever que o modelo de produção fordista de serviços turísticos, padronizador e massivo, não está mais totalmente em uso frente à evolução das necessidades manifestadas pelo mercado. A demanda turística tende a se focar cada vez mais sobre a qualidade e em sintonia com a cultura e o meio ambiente. Os turistas procuram verdadeiros sítios que combinam a autenticidade e a profundidade do intercâmbio cultural, a harmonia com a natureza e a memória dos lugares visitados. Tais exigências parecem em total contradição à oferta do turismo de massa, que privilegia o lucro imediato e a grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos (ZAOUAL, 2009).

O fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis, portanto, o desafio para um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas “na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2009, p. 108). A percepção de que o desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais demandou medidas de ajuste em planejamento. Assim sendo, no Brasil e no mundo passou-se a recomendar para a prática turística a conservação dos recursos naturais e culturais; o compromisso de desenvolvimento socioeconômico das comunidades receptoras, incluindo sua participação em todas as etapas desde o planejamento até a implementação de projetos; e a autonomia dessas comunidades no processo de decisão (IRVING, 2009).

Coriolano (2003, 2006) afirma que, de forma contraditória, também no turismo alguns espaços não ocupados pelo grande capital acabam configurando-se em oportunidades de trabalho para desfavorecidos. Dessa maneira, indivíduos de uma localidade se reúnem para produzir de forma diferenciada, buscando

alternativas de sobrevivência econômica na atividade: pequenos empreendedores, pequenos núcleos receptores e comunidades realizam serviços turísticos como hospedagem, alimentação, passeios de barco, trilhas, e comercializam produtos como artesanato, vestuário, acessórios, produtos alimentícios, dentre outros. As organizações produtivas com este fim – solidárias, informais, comunitárias – podem ser vistas como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais.

Nesses casos, tem-se como objetivos a geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais, e a essas experiências vem sendo atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária (TBC) (BARTHOLLO JR *et al.*, 2011). Essa modalidade de turismo adquire sentido além de um produto turístico convencional, baseado apenas na troca monetária entre turistas e destinos turísticos, e assume papel preponderante no encontro entre os viajantes e a comunidade receptora e seu ambiente (ZAOUAL, 2009). Além disso, favorece o desenvolvimento local a partir do protagonismo da própria comunidade e respeitando-se limites da capacidade de carga do local. Desse modo, o TBC favorece não apenas o desenvolvimento social e econômico, mas também orienta uma atividade de mínimo impacto ambiental, e por esse motivo vem sendo discutido como alternativa também no contexto de áreas naturais protegidas.

O turismo contemporâneo é um grande consumidor da natureza e sua evolução nas últimas décadas ocorreu como consequência da “busca do verde” e da “fuga” dos tumultos dos grandes conglomerados urbanos pelas pessoas que tentam recuperar o equilíbrio psicofísico em contato com os ambientes naturais durante seu tempo de lazer (RUSCHMANN, 2008, p. 9). Em áreas naturais protegidas o turismo tem sido promovido como atividade capaz de conciliar a conservação da biodiversidade, a sensibilização da sociedade com relação às questões ambientais e o desenvolvimento de alternativas econômicas que beneficiem a manutenção dessas áreas e as comunidades locais. No entanto, não necessariamente tem sido planejado e gerido de modo a estender às comunidades receptoras seus benefícios (CORIOLANO, 2006; IRVING, 2009).

A proteção de áreas naturais passou a ser utilizada para preservação de comunidades biológicas e de espécies em larga escala, bem como para manutenção de serviços ambientais essenciais à sobrevivência de todos os seres vivos perante

diferentes impactos causados pela espécie humana (PRIMACK; RODRIGUES, 2002). No Brasil, entre as áreas legalmente protegidas encontram-se as unidades de conservação (UCs), que constituem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) formado pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais (BRASIL, 2000). Ao todo são doze categorias, com objetivos específicos de uso e formas de gestão, divididas em dois grupos: as de uso sustentável, que permitem a exploração do ambiente e a permanência de populações humanas, e as de proteção integral, que admitem apenas o uso indireto do espaço e de seus recursos.

Em que pese a importância da conservação, o estabelecimento de UCs inúmeras vezes gera conflitos com as populações locais ao limitar ou impedir sua permanência e o uso dos recursos naturais nesses territórios, especialmente naquelas de proteção integral. Para Diegues (1997, 1998, 2000), o impedimento de uso em algumas categorias de UCs e conseqüentemente da manutenção de práticas tradicionais e de subsistência é discriminatório, pois não leva em consideração a importância de determinadas populações humanas na conservação da natureza. De forma complementar, Guha (1994) afirma que as disputas vividas por comunidades que tiveram o controle sobre tais recursos, cujos usos eram menos intensivos em gasto energético e de capital, podem ser consideradas como expressão de um novo tipo de conflitos de classe. Disputa na qual o objeto são os recursos naturais, desejados por todos, porém cada vez mais monopolizados por alguns.

Diante da relevância dos espaços territoriais das UCs, seu planejamento e gestão de modo a conservarem a diversidade natural e sociocultural, os serviços ambientais e ainda propiciarem desenvolvimento local é um desafio. Ainda mais porque o cumprimento dos objetivos do SNUC enfrenta diferentes obstáculos na implementação e gestão destas unidades, dentre os quais estão os baixos orçamentos públicos destinados ao meio ambiente. Frente a essa realidade a terceirização de serviços de apoio ao turismo à iniciativa privada, especialmente grandes concessões, tem sido apontada como possível solução para a sustentabilidade econômica das UCs.

Para Rodrigues (2009), a formulação e a implementação de políticas que incrementem a renda para a conservação da biodiversidade e estimulem a adoção de alternativas econômicas de baixo impacto ambiental representam um desafio

para as políticas públicas atuais, tanto nos países em desenvolvimento, que almejam a melhoria da qualidade de vida e a redução da pobreza, quanto nos países desenvolvidos, que necessitam rever os seus padrões de produção e consumo. Desafio este acentuado quando interesses de cunho estritamente econômico influenciam as políticas ambientais e distorcem o seu propósito original, uma vez que a ênfase na eficiência econômica via “privatização” produz uma perspectiva excludente, que acaba transferindo os benefícios à elite (MORE; MANNING, 2004, p. 297), tanto na exploração comercial quanto no desfrute desses bens públicos.

Desse modo, entendendo-se que os serviços ambientais gerados pelas UCs podem ser estendidos globalmente, mas são as populações locais as impactadas diretamente por restrições a atividades econômicas e socioculturais decorrentes da legislação ambiental aplicada; considera-se que na medida em que o uso turístico de UCs públicas favorece grupos externos e minoritários, como nos casos das grandes concessões, em detrimento de incentivo à organização do turismo de base endógena, a injustiça ambiental (MARTÍNEZ ALIER, 2012) se acentua, distribuindo-se ônus e bônus de maneira desigual entre grupos sociais.

Em distintos casos de unidades de conservação o turismo é a única atividade econômica permitida ou representa importante forma complementar de renda para as populações locais. Existe, portanto, urgência em se determinar maneiras de envolver estas comunidades na gestão das UCs, mesmo que indiretamente, por meio da prestação de serviços turísticos (LEUZINGER, 2010). Considerando-se o papel das UCs no desenvolvimento local, os impactos positivos do turismo podem ser ambientalmente mais justos nas comunidades receptoras via um formato de base comunitária.

Dado todo o contexto, as seguintes questões orientam esse estudo: o planejamento e a gestão do turismo em unidades de conservação favorecem as iniciativas de TBC? As experiências de TBC em unidades de conservação estão, de fato, contribuindo para o desenvolvimento local?

Para responder tais questões realiza-se estudo de caso tendo como recorte espacial o município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do estado do Paraná. Guaraqueçaba caracteriza-se por integrar uma das mais importantes áreas remanescentes de mata atlântica do país, inserir-se totalmente na Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba e conter diversas categorias de UCs no seu interior: o Parque Nacional do Superagüi (PNS), a Estação Ecológica de

Guaraqueçaba, a Reserva Biológica Bom Jesus e cinco Reservas Particulares do Patrimônio Natural (Salto Morato, Sebuí, Itaqui I, II e III). Ao mesmo tempo, detém um dos mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano do estado do Paraná, indicando a necessidade de atenção às demais dimensões do desenvolvimento.

O objetivo geral é investigar formas de organização comunitária denominadas Turismo de Base Comunitária enquanto modelo alternativo de turismo em Unidades de Conservação da Natureza para o desenvolvimento local em duas UCs federais: no Parque Nacional do Superagüi (proteção integral) e na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba (uso sustentável). Como objetivos específicos delimitaram-se inicialmente analisar o contexto atual do TBC em ambas as UCs, a partir da compreensão de como diferentes atores do território entendem essa modalidade de turismo e da identificação de iniciativas comunitárias a ela relacionadas. Posteriormente, dentre as experiências identificadas, analisar quais pressupostos do TBC são atendidos e se estas contribuem para o desenvolvimento local. Por fim, visou-se indicar perspectivas para o planejamento e a gestão do TBC nas unidades de conservação estudadas.

A justificativa para a realização deste estudo reside no fato de que a criação de unidades de conservação tende a interferir de maneira significativa na dinâmica econômica e sociocultural de seus territórios, ainda que consideradas uma das mais eficientes formas de proteção da diversidade biológica e geradora de outros benefícios sociais, demandando-se alternativas compatíveis às realidades locais tais quais o turismo de base comunitária. O TBC, no entanto, é ainda pouco conhecido, apresenta-se visível como campo de estudo e demandante de ação mais efetiva por parte do poder público para sua consolidação (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009). Portanto, a pesquisa visa contribuir para a construção desse conhecimento.

Para cumprir os objetivos propostos foi realizada pesquisa qualitativa utilizando-se o método de estudo de caso, enquanto estratégia utilizada quando se busca examinar acontecimentos contemporâneos e não existe a necessidade ou o interesse em manipular os comportamentos relevantes identificados. O método permite fazer uso de múltiplas fontes de evidências, utilizar abordagem qualitativa e quantitativa, analisar e correlacionar variáveis diferentes, e beneficiar-se de proposições teóricas anteriores que guiam a coleta e a análise de dados (YIN, 2010). Assim sendo, distintas técnicas foram empregadas.

Para compreensão do contexto atual do TBC em Guaraqueçaba realizaram-se entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental no intuito de identificar iniciativas existentes e compreender como diferentes atores do território entendem essa modalidade, ou seja, suas abordagens conceituais e justificativas para desenvolvimento do TBC nas UCs em questão.

Durante a pesquisa de campo foram identificadas oito iniciativas solidárias relacionadas ao turismo de base comunitária: a Cooper guará Ecotur - Cooperativa de Ecoturismo; o Restaurante Cozinha Comunitária Ilha das Peças; a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa Guaraqueçaba; o Clube das Artesãs Berço dos Golfinhos; a Associação de Mulheres Produtoras de Cataia; a Associação de Condutores de Ponta da Ilha das Peças; a Associação Cristã Feminina do Superagüi e o Espaço Comunitário William Michaud.

Dentre estas foram selecionadas para estudo a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa - inserida na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, unidade de uso sustentável; e o Restaurante Ilha das Peças, autogerido por uma associação de mulheres - localizado no entorno imediato do Parque Nacional do Superagüi, unidade de proteção integral. Ambas foram analisadas por meio de observação direta, entrevistas individuais baseando-se em um roteiro semiestruturado e atividades em grupo denominadas Círculos de Cultura.

A coleta dos dados realizada em um Círculo de Cultura em cada empreendimento teve como intuito observar aspectos de protagonismo e interação entre seus membros, elaborar um diagnóstico participativo e cenários desejados a partir da discussão e de proposições em torno determinadas questões. Nas palavras de Paulo Freire (1967, p. 103), principal idealizador dos Círculos de Cultura, esse método privilegia, em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o coordenador de debates; em lugar de aula discursiva, o diálogo; em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo.

A partir do conjunto de dados obtidos analisou-se o atendimento aos seguintes pressupostos do TBC: a) base endógena da iniciativa; b) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos; c) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; d) geração de benefícios diretos à população local; e) afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro (IRVING, 2009). Identificados os pressupostos atendidos foi possível analisar se as iniciativas contribuem para o desenvolvimento local.

Por fim, para identificar perspectivas no planejamento e gestão do TBC na APA e no PNS investigou-se sua inserção em instrumentos de planejamento e gestão das unidades por meio de pesquisa documental (leis e decretos de criação, estudos e planos de manejo e gestão das unidades), pesquisa bibliográfica (pesquisas, parecer e relatórios técnicos) e entrevistas aos gestores das UCs.

Apresentada a seguir, a pesquisa está estruturada em quatro capítulos. No capítulo 1 é abordado o tema desenvolvimento em uma perspectiva multidimensional (FURTADO, 2004) diante do cenário da problemática ambiental (LEFF, 2007, 2013). Buscando-se racionalidades alternativas ao modelo hegemônico capitalista, será abordada a Teoria dos Sítios (ZAOUAL, 2006, 2010) e, sob esse viés, duas correntes singulares interligadas em suas lógicas: o desenvolvimento local (ZAOUAL, 2006, 2009) e a economia solidária (SINGER, 2013). Tais conceitos embasam a discussão seguinte, envolvendo unidades de conservação. Será caracterizado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e as implicações da distribuição desigual no acesso a recursos naturais e dos impactos ambientais decorrentes do crescimento econômico, em uma análise apoiada no conceito de justiça ambiental (MARTÍNEZ ALIER, 2012). Compreende-se ao fim do capítulo que não há desenvolvimento sem que haja justiça ambiental, fazendo-se necessário integrar as questões sociais às ambientais.

O capítulo 2 apresenta o turismo de base comunitária em unidades de conservação como meio de contribuição para o desenvolvimento local. Inicialmente expõe o contexto do turismo e da terceirização de serviços turísticos em UCs como potencialidades para beneficiar as populações locais (LEUZINGER, 2010; RODRIGUES, 2009). Em seguida, discute o TBC, seus pressupostos (IRVING, 2009), políticas públicas que vêm sendo desenhadas para seu fomento em UCs e algumas de suas experiências, como exemplos de sua diversidade e possibilidades. Considera-se ao fim deste capítulo que ao referir-se à justiça ambiental é preciso apreciar as diferentes formas de acesso aos serviços e benefícios provenientes dos recursos naturais também no desenvolvimento do turismo nas UCs, configurando-se o TBC como uma alternativa.

O capítulo 3 explana a metodologia da pesquisa, a caracterização do município e das UCs selecionadas, aportando aspectos relacionados à conservação da natureza e outras dimensões do desenvolvimento local. Posteriormente, o capítulo 4 apresenta o contexto atual do TBC, a análise da Cooperativa de Artesãos



Arte Nossa e do Restaurante Ilha das Peças e, por último, discute perspectivas para essa modalidade de turismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi.

## **2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E JUSTIÇA AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO**

O capítulo discute como as unidades de conservação da natureza (UCs) dialogam com o desenvolvimento local. Compreendendo-se a existência de um contexto estruturante que determina tanto a necessidade como as características das unidades de conservação na distribuição de seus benefícios, inicialmente será abordado o tema do desenvolvimento, indicando-se como a problemática ambiental contemporânea insere-se no modelo hegemônico. Posteriormente, o desenvolvimento será abordado em uma perspectiva multidimensional e duas correntes que se baseiam em racionalidades diferentes da hegemônica serão apresentadas a partir da Teoria dos Sítios: o desenvolvimento local e a economia solidária. Por fim, serão discutidos aspectos da criação de unidades de conservação no que tange o desenvolvimento local, em uma análise apoiada no conceito de justiça ambiental.

### **2.1 DESENVOLVIMENTO: UMA PERSPECTIVA MULTIDIMENSIONAL**

Nas últimas quatro décadas do século XX, a problemática ambiental – a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos – surgiu como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e tecnológica dominantes. Mudanças globais em sistemas socioambientais complexos que afetam as condições de sustentabilidade do planeta foram geradas, indicando a necessidade de internalizar as bases ecológicas e os princípios jurídicos e sociais para a gestão democrática dos recursos naturais, associados a novos valores, princípios epistemológicos e estratégias conceituais que orientam a construção de uma racionalidade produtiva sobre as bases da sustentabilidade ecológica e de equidade social (LEFF, 2007).

Frente a essa problemática surge o conceito de desenvolvimento sustentável como possível resposta, definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46). Segundo Cavalcanti (2012),

aparentemente um consenso entre governos, setores econômicos, Organização das Nações Unidas (ONU), sociedade civil, ambientalistas, entre outros na sociedade, já que ninguém afirmaria desejar um desenvolvimento insustentável. No entanto, “a noção de sustentabilidade dá a impressão de ter se convertido numa espécie de mantra da atualidade”, sem maior compromisso quanto ao que representa na essência e também na prática (CAVALCANTI, 2012, p. 35).

A proposta hegemônica do desenvolvimento sustentável compõe-se da continuidade do crescimento econômico aliada a certas margens de conservação e cuidado ambiental. Porém, de acordo com a economia ecológica, não é possível um crescimento sustentável porque crescer implica em menos meio ambiente e o planeta (ecossistema global) não cresce (CAVALCANTI, 2012). Além disso, as transformações que a espécie humana diretamente vem causando aos sistemas naturais já são inúmeras: extinção de espécies, alteração de ciclos hidrológicos e químicos e até mesmo o clima pode ter sido alterado por uma combinação de poluição atmosférica e desmatamento.

Considerando a economia como sistema aberto inserida no planeta Terra, por sua vez, um sistema fechado, isso implicaria em determinar-se o tamanho ótimo da escala econômica que a natureza pode admitir, ou seja, requer que a economia seja vista como subsistema do ecossistema. É dessa maneira que a economia ecológica percebe a realidade e postula o conceito de sustentabilidade ecológica, o que não faz parte da visão dominante dos economistas convencionais (CAVALCANTI, 2012). Paralelamente, a ecologia política trabalha outro tema relacionado, que é a identificação de quem se apropriará dos benefícios do crescimento e de quem paga pela destruição dos recursos ambientais (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Compreende-se assim que mudanças no sistema econômico são inevitáveis como forma de adaptação às restrições que o processo econômico enfrenta. O desafio é saber qual é a escala ótima da economia que garante sua sustentabilidade pelo ecossistema. Essa é a escala sustentável e corresponde ao máximo de economia compatível com a disponibilidade de recursos da natureza (ar, água, solo, minérios, fotossíntese...) e com sua capacidade de resiliência. Para defini-la é preciso indagar o que é que se deseja sustentar, qual tipo de sociedade e modelo de consumo, e em que escala de tempo (CAVALCANTI, 2012), ou seja, é preciso optar por qual sentido de desenvolvimento se pretende seguir.

O conceito de desenvolvimento correntemente é associado à ideia de progresso, em que a ampliação de riquezas materiais e a geração de bem estar e conforto levariam à satisfação das necessidades humanas. Esta concepção compreendida como crescimento econômico surge na metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial, em um clima favorável ao chamado desenvolvimentismo, guiado pela industrialização e urbanização.

Mais de meio século depois, se observa que o modelo de desenvolvimento baseado no aumento constante da riqueza econômica e na competitividade entre mercados, desconsiderando a importância das dimensões sociais e ambientais, gerou a crise socioambiental contemporânea. Os resultados positivos prometidos foram alcançados apenas por alguns países e para uma parte das pessoas, e os efeitos negativos econômicos, ecológicos e culturais distribuídos desigualmente sobre regiões, populações, classes e grupos sociais (FURTADO, 1974; LEFF, 2007). Os indicadores econômicos (produto interno bruto, inflação, câmbio, taxas de juros etc.) e sociais (educação, trabalho, padrão de vida, distribuição de renda, entre outros)<sup>2</sup> marcam as fronteiras da pobreza e da riqueza entre continentes, países e suas populações, e a degradação da natureza e inúmeros problemas ambientais demonstram a insustentabilidade proposta por tal modelo.

Dentre as diferentes perspectivas de análise dessa conjuntura, pode-se considerar a vanguarda do economista brasileiro Celso Furtado. No início dos anos 1970, quando pela primeira vez se teve uma ideia aproximada das consequências que a planetarização do sistema econômico causaria no sistema ecológico, Furtado escreveu *O mito do desenvolvimento* (1974). No livro, afirmou que a continuidade do modelo econômico seguido provocaria forte pressão sobre a base de recursos não renováveis e, conseqüentemente, haveria um grande desequilíbrio ecológico ou o aprofundamento no processo da exclusão social, privando-se as grandes maiorias, particularmente nos países de terceiro mundo, dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. O desenvolvimento prometido a todos é então considerado por Furtado como mito, uma simples miragem, uma vez que a relação de dependência das economias periféricas com os países centrais inviabiliza qualquer tipo de

---

<sup>2</sup> Indicadores sociais permitem avaliar não só a qualidade de vida e os níveis de bem-estar das pessoas, famílias e grupos sociais, como também a efetivação de direitos humanos e o acesso a diferentes serviços, bens e oportunidades. O tema “qualidade de vida” inclui toda a gama de fatores que influenciam o que se valoriza na vida, alcançando aspectos além de seu lado material (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013, s/p).

desenvolvimento para os primeiros, pois essa relação aumenta as disparidades entre os dois grupos e entre ricos e pobres dentro dos países subdesenvolvidos. Além disso, um mito para a maioria porque é impossível estender os padrões de consumo daqueles países ditos desenvolvidos para todos os demais, visto a limitação dos recursos disponíveis (FURTADO, 1974).

Nesta perspectiva, Furtado considera o subdesenvolvimento como processo histórico autônomo, não sendo uma fase inevitável do processo de formação das economias capitalistas, mas constituindo na realidade uma “deformação” (FURTADO, 1974, p. 21, 1992). No entanto, a propagação do mito do desenvolvimento tem sido bastante útil para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar sacrifícios, para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico e para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo (FURTADO, 1974). Assim mantém-se a distância entre os países realmente desenvolvidos e aqueles subdesenvolvidos: colocando-se no horizonte a promessa de um desenvolvimento que não se realizará.

Nas origens históricas do subdesenvolvimento na periferia, concomitante ao crescimento econômico dos países do centro, se encontraria uma “dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes” (FURTADO, 1974, p. 80). Ou seja, nos países pobres a geração de um excedente, apropriada por uma elite, permitiria sua utilização por esse pequeno grupo para a adoção de cópias de padrões de consumo dos países ricos. Consequência de um processo histórico internamente concentrador e externamente de dependência, “o subdesenvolvimento constituiria uma projeção da miniaturização, nos países periféricos, de sistemas industriais de países do centro, com alto grau de acumulação, acompanhada da diversificação das pautas de consumo de sua minoria privilegiada” (CAVALCANTI, 2001, s/p). Seus resultados produzem uma situação de convivência de formas heterogêneas de vida entre grupos sociais afluentes, cópia dos novos modelos de consumo, e grupos sociais submetidos a níveis mínimos de subsistência, excluídos do consumo moderno.

Com o agravamento da concentração de renda, as taxas mais altas de crescimento do produto, “longe de reduzir o subdesenvolvimento, tendem a agravá-lo” (FURTADO, 1974, p. 94). Adicionando-se custos ecológicos crescentes a custos sociais elevados, ambos omitidos do cálculo do Produto Interno Bruto (PIB) e da

renda nacional, os dados utilizados para expor o comportamento da economia brasileira são totalmente inadequados, embora sirvam de instrumento para “as estruturas de dominação que sustentam a estratégia globalizadora” (FURTADO, 1998<sup>3</sup>, p. 81 *apud* CAVALCANTI, 2001, s/p).

Diante dessas observações, Furtado (1974) destaca diferenças entre o desenvolvimento e o crescimento econômico. O crescimento econômico “vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente” (FURTADO, 2004, p. 484). Não basta apenas dispor de recursos para investir, mas faz-se necessário um projeto social que priorize a efetiva melhoria das condições de vida da população. Então, “o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento [...] fruto da realização de um projeto, expressão de uma vontade política (FURTADO, 2004, p. 484). Nas palavras de Furtado,

[...] desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade (FURTADO, 2004, p. 485).

Em suma, o crescimento econômico por si só não proporciona desenvolvimento como consequência sem que haja vontade política organizada para a ação no sentido de estender os frutos em um projeto social. Ao conceituar desenvolvimento para além do crescimento econômico o autor evidencia que benefícios sociais e limitação no uso de recursos naturais são intrínsecos ao desenvolvimento enquanto projeto político.

A abordagem de Amartya Sen (2000) igualmente amplia o conceito de desenvolvimento e o apresenta como um processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas. O enfoque também contrasta com visões mais restritas de desenvolvimento, como aquelas que o identificam com crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB<sup>4</sup>), aumento de rendas pessoais, industrialização,

<sup>3</sup> Furtado, Celso. **O Capitalismo Global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

<sup>4</sup> A diferença entre o PIB e o PNB está no fato de que o primeiro representa todas as riquezas produzidas dentro das fronteiras de uma região, independentemente do destino dessa renda. O conceito de PIB também descarta a entrada de verbas do exterior. O que é levado em consideração é simplesmente aquilo que é produzido dentro das fronteiras da região ou país. Já o PNB considera todos os valores que um país, por exemplo, recebe do exterior, além das riquezas que foram apropriadas por outras economias, ou seja, os valores que saem. É justamente essa a diferença: o PNB considera as rendas enviadas e recebidas do exterior, enquanto o PIB, não. (BRASIL ESCOLA, 2014).

avanço tecnológico ou modernização social. Ainda que esses aspectos possam significar *meios* de expansão das liberdades desfrutadas pelas pessoas, tais liberdades dependem também de outros fatores determinantes, como as disposições sociais e econômicas (educação, saúde etc.) e os direitos civis (liberdade de participar de discussões públicas etc.).

De modo semelhante, a industrialização ou a modernização social, por exemplo, na medida em que podem ser meios de expansão das liberdades humanas, igualmente dependem de diversas influências para se realizar, como as condições de educação e saúde da sociedade. O autor afirma que se a liberdade é o resultado do desenvolvimento, ela é o objetivo no qual se deve focar: “Se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico ou em alguma lista de instrumentos especialmente escolhida.” (SEN, 2000, p. 17). Ou seja, é necessário dirigir-se a atenção para os fins que tornam importante o desenvolvimento.

Devem então ser removidas as principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. O autor demonstra como tais privações estão ligadas e podem impactar na qualidade de vida dos indivíduos:

Às vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (SEN, 2000, p. 18).

A liberdade é central para o processo de desenvolvimento por duas razões: a *razão avaliatória*, para a qual o progresso é avaliado verificando-se primordialmente se houve aumento das liberdades das pessoas; e a *razão da eficácia*, segundo a qual a realização do desenvolvimento depende inteiramente da livre condição de agente das pessoas. Para Sen (2000, p. 19), “A livre condição do

agente não só é, em si, uma parte ‘constitutiva’ do desenvolvimento, mas também contribui para fortalecer outros tipos de condições de agente livres”. Dessa maneira, apesar de sua importância constitutiva, a liberdade individual vai além em sua relação ao desenvolvimento.

As oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e condições como saúde, educação e aperfeiçoamento de iniciativas influenciam o que as pessoas conseguem realizar positivamente. Do mesmo modo, as disposições institucionais que proporcionam todas essas oportunidades são influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas por meio de sua “[...] liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades.” (SEN, 2000, p. 19). Portanto, as liberdades individuais são influenciadas e influenciam a proporção de liberdades substantivas no desenvolvimento seguido por uma sociedade. Nesse contexto, o autor conclui que a condição de agente livre e sustentável é fator fundamental no desenvolvimento.

Se o desenvolvimento é um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam, então, a expansão da liberdade é percebida tanto como o *fim primordial* (papel constitutivo da liberdade) quanto o *principal meio* (papel instrumental da liberdade) do desenvolvimento. O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como poder evitar privações tais qual a fome e a subnutrição, saber ler, participar da política, ter liberdade de expressão etc. Nessa perspectiva constitutiva, o desenvolvimento envolve a expansão dessas e de outras liberdades humanas básicas.

Para ilustrar a importância de considerar a liberdade como o principal fim do desenvolvimento, Sen (2000) cita alguns exemplos. Afirma que, em contextos de visões mais restritas de desenvolvimento, como crescimento de PNB ou industrialização, frequentemente se pergunta se determinadas liberdades políticas ou sociais, como liberdade de dissensão política ou educação básica (liberdades substantivas), conduzem ou não ao desenvolvimento. A questão colocada desse modo tende a passar ao largo da concepção de que essas liberdades substantivas são entendidas como componentes constitutivos do desenvolvimento. Assim, sua relevância não deve ser fundada com base em sua contribuição indireta para a industrialização ou para o crescimento do PNB, ainda que essas liberdades e direitos também contribuam para o progresso econômico. Embora haja esta relação



causal e ela seja significativa, tal ligação deve ser adicional à justificação das liberdades e direitos estabelecida, ou seja, ao papel diretamente constitutivo dessas liberdades no desenvolvimento.

Outro exemplo relaciona-se à dissonância entre sociedades que por terem maior renda *per capita* não garantem maior liberdade dos indivíduos para ter uma vida longa e viver bem: na relação Brasil e Índia, o primeiro apresenta maior riqueza quanto ao PNB *per capita*, porém, na Índia as pessoas têm expectativas de vida mais elevadas.

O terceiro exemplo apresentado por Sen (2000) refere-se ao papel dos mercados integrando o processo de desenvolvimento. Sendo que trocar palavras, bens ou presentes é inerente ao modo como vivem e interagem os seres humanos, os mercados expressam a liberdade de troca e transação como parte essencial das liberdades básicas valorizadas pelas pessoas. Dessa maneira, independentemente das possibilidades do mecanismo de mercado para promover o crescimento econômico ou a industrialização, a simples liberdade de entrar em mercados representa importância anterior e pode ser contribuição expressiva para o desenvolvimento<sup>5</sup>.

Esses exemplos pretendem indicar a diferença em se adotar a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades substantivas interligadas (SEN, 2000). A abordagem permite tratar simultaneamente dos papéis de diferentes instituições, como mercados, governos, autoridades, partidos políticos, sistema educacional e oportunidades de diálogo e debate abertos, incluindo-se a mídia e demais meios de comunicação. Permite ainda reconhecer o papel dos valores sociais e costumes prevaletentes que podem influenciar as liberdades prezadas e desfrutadas pelas pessoas.

Para Sen (2000), as normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos e o tratamento dispensado ao meio ambiente, por exemplo. Assim sendo, “O exercício da liberdade é mediado por valores que, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações

---

<sup>5</sup> A abordagem do autor pretende expandir o modo de ver os mercados, seja na defesa ou crítica ao mecanismo. Ainda que considere difícil imaginar qualquer processo de desenvolvimento substancial prescindindo do seu uso amplo, Sen (2000) ressalta que não se exclui [...] “o papel do custeio social, da regulamentação pública ou da boa condução dos negócios do Estado quando eles podem enriquecer - ao invés de empobrecer - a vida humana.”. (SEN, 2000, p. 22).

sociais, que são, elas próprias, influenciadas pelas liberdades de participação.” (SEN, 2000, p. 24).

A relevância dessas liberdades para uma compreensão adequada do desenvolvimento não tem de ser estabelecida por meio de sua contribuição indireta a outras características do desenvolvimento, como o crescimento econômico ou industrialização: são liberdades que integram o enriquecimento do processo de desenvolvimento. Por outro lado, a relação instrumental dessas liberdades e direitos é igualmente importante, uma vez que podem colaborar, também, para o progresso econômico. Portanto, a liberdade tem papel instrumental relevante como *meio* para o desenvolvimento, sem que haja redução de sua importância na avaliação da liberdade enquanto *fim* do desenvolvimento. Porém, nas palavras do autor, “A importância *intrínseca* da liberdade humana como objetivo preeminente do desenvolvimento precisa ser distinguida da eficácia *instrumental* da liberdade de diferentes tipos na promoção da liberdade humana.” (SEN, 2000, p. 53).

Considerando-se que a privação de liberdade econômica pode provocar a privação de liberdade social, do mesmo modo que a privação de liberdade social ou política pode gerar a privação de liberdade econômica, por exemplo, faz-se importante ressaltar o papel de outras liberdades econômicas, sociais e políticas voltadas à melhoria e ao enriquecimento da vida das pessoas e como umas podem se complementar e estimular as outras liberdades, uma vez que são distintas, mas inter-relacionadas.

As liberdades instrumentais aumentam as capacidades das pessoas, suplementam-se e podem se reforçar mutuamente. Os papéis instrumentais da liberdade incluem componentes distintos, porém inter-relacionados, como facilidades econômicas, liberdades políticas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Esses direitos, oportunidades e intitamentos instrumentais apresentam fortes encadeamentos entre si, possíveis em diferentes direções, e influenciam crucialmente o processo de desenvolvimento. Por exemplo, o crescimento econômico não apenas eleva rendas privadas, mas também possibilita ao Estado financiar a seguridade social. Igualmente, a criação de oportunidades sociais via educação pública e serviços de saúde pode contribuir para o desenvolvimento econômico e a redução da taxa de mortalidade infantil etc.

De acordo com Sen (2000), o papel central das liberdades individuais no processo de desenvolvimento faz com que seja particularmente importante examinar

seus dois tipos de determinantes. As liberdades individuais recebem influências tanto pela garantia social de liberdades, tolerância e possibilidade de trocas e transações, como também do apoio público substancial no fornecimento de facilidades como serviços básicos de saúde e educação, decisivas na formação e aproveitamento das capacidades humanas. Ao analisar a relação entre crescimento econômico e elevação da expectativa de renda, o autor conclui que esta relação se dá por meio do dispêndio público com serviços de saúde e por meio do êxito na eliminação da pobreza, ou seja, o impacto do crescimento econômico está atrelado ao modo como seus frutos são aproveitados (SEN, 2000).

Em casos como o Brasil, o crescimento do seu PNB tem sido elevado, mas o país também apresenta longa história de desigualdade social, desemprego e descasos com o serviço público de saúde, e, portanto, demonstra maior lentidão quanto à suas realizações no que diz respeito à longevidade da população. Por outro lado, indivíduos de países como Kerala e Sri Lanka apresentam níveis de renda baixíssimos e expectativa de vida imensamente mais elevada do que as populações muito mais ricas do Brasil, entre outros países. Desse modo, a partir de diferentes análises e destacando o papel do custeio público, Sen (2000) conclui que a qualidade de vida pode ser melhorada mediante um programa adequado de serviços sociais, a despeito dos baixos níveis de renda.

Em suma, na abordagem de Sen (2000), a expansão da liberdade humana é tanto o principal fim como o principal meio do desenvolvimento, cujo objetivo relaciona-se à avaliação das liberdades reais desfrutadas pelas pessoas:

Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas – dada a oportunidade – na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento. O Estado e a sociedade têm papéis amplos no fortalecimento e na proteção das capacidades humanas. São papéis de sustentação, e não de entrega sob encomenda. (SEN, 2000, p. 71).

Portanto, as capacidades individuais dependem fundamentalmente de disposições econômicas, sociais e políticas, entre outras, e ao se instituírem disposições institucionais apropriadas, os papéis instrumentais de tipos distintos de liberdade precisam ser levados em conta. Assim, entende-se que essa concepção de economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade está voltada para o agente, o qual tendo oportunidades sociais adequadas pode ser protagonista

e moldar seu próprio destino e ajudar aos demais. Desenvolver as pessoas, suas habilidades e capacidades pode então ser considerado como importante passo a ser dado rumo ao desenvolvimento.

Dado o contexto, conclui-se que também a dimensão ambiental é influenciada pela liberdade dos agentes via diferentes disposições institucionais. Nesse caso, entende-se que as formas de utilização do meio ambiente e de seus recursos naturais são determinadas por aqueles agentes com maior influência e liberdade de participação, por sua vez, orientados por seus próprios valores. De maneira que um projeto político no sentido de crescimento econômico ou de desenvolvimento multidimensional determinará resultados diferentes quanto à relação da sociedade com a natureza e quanto àqueles que serão beneficiados por esta relação.

Como visto até o momento, no primeiro caso, o crescimento econômico tende a aumentar a pressão sobre os recursos naturais, privilegiar minorias e aumentar a distância entre as classes sociais. Já no segundo caso, abrange-se um projeto social de desenvolvimento para além do econômico, mas também social, cultural, ambiental e político para toda a sociedade.

Dado o exposto, conclui-se que no cenário atual o modelo hegemônico de desenvolvimento tem provocado desequilíbrio ambiental e grandes desigualdades sociais, inclusive no acesso e partilha dos recursos naturais, privando-se as maiorias dos benefícios de um autêntico desenvolvimento. Aliando-se o pensamento de Furtado (1974) e de Sen (2000), entende-se que o conceito de desenvolvimento inclui multidimensões (cultural, econômica, social, política, ambiental etc.) e deve ser promovido como projeto social, baseado na capacidade dos indivíduos e objetivando-se a expansão de suas liberdades, para que sejam agentes da situação, uma vez que lhe sejam dadas as devidas oportunidades.

## 2.2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A teoria econômica hegemônica capitalista não considera as diversas motivações humanas e suas múltiplas dimensões. Ao contrário, prega um modelo reducionista e uniformizante, abordando apenas alguns aspectos dessas relações

econômicas e esforçando-se para torná-la uma verdade científica e aplicada. Contudo, existe uma diversidade de correntes de pensamento que mobilizam as iniciativas e os atores locais, como se observa na proliferação das economias dissidentes: economia social, solidária, desenvolvimento local, economias paralelas. São correntes que não mais respondem ao modelo econômico considerado padrão e necessitam ser explicadas de acordo com uma concepção mais abrangente e flexível de economia (ZAOUAL, 2006, 2009, 2010).

Na prática, a capitalização de fracassos das concepções econômicas que não levam em conta a complexidade, a diversidade e as contingências dos contextos da ação dos agentes econômicos deu lugar à aproximação particular pelo local, que coloca em destaque o papel das crenças partilhadas pelos atores em todo o processo econômico. As debilidades sociais, econômicas e ambientais da globalização, que tem sua função na mercantilização do mundo enquanto meio de fortalecimento e extensão do “império do mercado” (ZAOUAL, 2010, p. 33), explicam o ressurgimento deste local: diante das incertezas e vertigens da globalização, os homens retornam aos territórios porque precisam de sítios e de proximidade, onde se projetam suas identidades (ZAOUAL, 2006, 2010).

Para Zaoual (2006, p. 24), “[...] o sentido ‘oculto’ que cada sítio dá ao seu mundo impregna os múltiplos aspectos das ações individuais e coletivas. O todo se estrutura em torno de um tipo de ética do lugar.” A *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento, Teoria Econômica dos Sítios, Teoria dos Espaços Locais* ou apenas *Sitiologia*, de Hassan Zaoual (2006, 2009, 2010), abre-se à complexidade e à diversidade das motivações humanas e reconhece a singularidade dos espaços vividos e às diferentes situações de sua evolução, assim como sua marca profunda nos comportamentos individuais e coletivos.

Desta maneira, apenas considerando a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio é possível decifrar em profundidade o comportamento econômico do que o autor define como *homo situs*. Diferente do *homo sociologicus*, indivíduo que adere a uma norma social estática, o *homo situs* não é determinado pelo meio, ele é único, mesmo quando compartilha características com outros. O sítio impregna os indivíduos, porém não determina seus comportamentos. O sítio modela e é modelado pelo *homo situs* em um interacionismo:

[...] as interações que os atores empreendem entre eles reconfiguram seu local, e este também está sujeito a mudanças vindas do exterior. O sítio adapta-se à evolução de seu meio ambiente local, regional, nacional e internacional. O que lhe confere um caráter emaranhado. Nestas condições, o sítio aparece-nos como um modelador-modelado (ZAOUAL, 2010, p. 26).

Sendo assim, o *homo situs* é aquele que interage com as dimensões do contexto e nas escalas coletivas e individuais. Os sítios são mundos complexos em movimento e seus atores, a partir de suas características individuais, recompõem os sítios enquanto organismos coletivos, sendo essa dimensão coletiva vital para cada um deles e fundadora do caráter social do homem vivo concreto.

A exploração dos potenciais de inovações locais do sítio deve ser feita levando em conta o conjunto dos dados sitológicos do contexto local, incluindo-se as crenças, os conhecimentos comuns, a diversidade, a memória histórica etc., do contrário não se faz possível o desenvolvimento local. Zaoual (2006) assegura ser impossível transpor modelos de economia, administração e desenvolvimento de um território para outro, uma vez que, não se corresponderia à complexidade dos territórios e da atualidade. A pluralidade de caminhos é fundamental para que os atores de uma comunidade possam conduzir seus próprios destinos de acordo com a sua diversidade cultural e suas verdades locais.

Estando em permanente recomposição, a supremacia territorial é disputada, os sítios moderam as leis econômicas e até mesmo as contornam, “[...] quando o capital tenta apoderar-se totalmente do real, o sítio o contém. Essa resistência apoia-se em uma ativação das práticas não mercantis que, aliás, vêm mesmo preencher as fraquezas do mercado” (ZAOUAL, 2010, p. 31). Deste modo, as relações não mercantis são importantes também para a economia em si, e não apenas para a coesão social, “O que significa claramente que a ideia de uma total autonomia do econômico é uma ilusão científica” (ZAOUAL, 2010, p. 30-31).

Nos sítios a vida econômica está apoiada em mecanismos de solidariedade, apesar da invasão do mercado. Desta maneira, entende-se desenvolvimento local como aquele construído solidariamente por atores do sítio que, a partir de suas características individuais, recompõem seus sítios de pertencimento enquanto organismos coletivos ao integrar o conjunto dos dados sitológicos do contexto, incluindo-se as crenças, os conhecimentos comuns, a diversidade, a memória histórica, entre outros, contribuindo para a consolidação das multidimensões do desenvolvimento.

Devido a suas características de proximidade, Zaoual (2010, p. 32) considera a economia solidária vizinha às práticas do desenvolvimento local: “Esta proximidade paradigmática, potencialmente valorizável no plano científico, é revelável quando há um esforço de distanciamento em relação à grande diversidade das correntes de pensamento que mobilizam os atores locais”. Sendo o desenvolvimento local apoiado na auto-organização dos atores locais, e a economia solidária tendo forte embasamento territorial, há uma aproximação e aliança de saberes e práticas que deve ser promovida.

O surgimento de iniciativas de economia solidária se dá frente ao quadro de desigualdade social citado anteriormente. Para garantir sua sobrevivência, inúmeras pessoas foram e são levadas a se sujeitar a ocupações nas quais seus direitos sociais são abdicados, diante do aumento da informalidade e da precarização das relações formais de trabalho. Esta é uma tendência ante o estado de desemprego em massa, resultante da fragilização do modelo tradicional de relação capitalista de trabalho após diversas mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas. Nesse contexto, abriu-se espaço para o surgimento e avanço de formas solidárias de organização do trabalho como resposta à crise provocada pela necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda (SINGER, 2013).

Apesar da diversidade de conceitos, pode-se caracterizar a Economia Solidária como: “O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (BRASIL, 2003<sup>6</sup> *apud* NASCIMENTO, 2011, p. 92). A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, sendo seus princípios organizativos a posse coletiva dos meios de produção por aqueles que produzem; a gestão democrática - por participação direta (quando o número de cooperados não é demasiado), por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos, e destinação do excedente anual (denominado sobras) por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Contrastantes com a economia capitalista, os princípios da economia solidária são: solidariedade; cooperativa (protótipo da empresa solidária); autogestão e propriedade coletiva (SINGER, 2013). Uma das principais prerrogativas de

---

<sup>6</sup> BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Termo de referência da Economia Solidária**. Plano Nacional de Qualificação, 2003.

empreendimentos solidários está na forma autogestionária:

A autogestão é mais um “ideal” de democracia econômica e gestão coletiva que caracterizam um novo modo de produção. Contudo, este “ideal” se expressa em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas de os trabalhadores constituírem sua utopia de uma sociedade igualitária e socialista. Isto significa uma radicalização da Economia Solidária, no sentido de os trabalhadores se reapropriarem daquilo que o capital lhes expropriou ao longo da história. (NASCIMENTO, 2011, p. 92).

Nascimento (2011, p. 96) considera que a estratégia da economia solidária autogestionária “[...] se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do modo de produção capitalista”. Assim, a sociedade autogestionária surge, em um primeiro momento, como estratégia para desempregados marginalizados na economia capitalista e, desta forma, impulsionam a economia solidária, ainda que dependam do Estado, do fundo público e de agências de fomento em seu início.

As iniciativas locais e solidárias vêm surgindo em meio às contradições do modelo hegemônico e constituem-se em alternativas para o desenvolvimento local na medida em que organizam os grupos, fortalecem suas lutas e o sentimento de pertencimento, conseqüentemente aumentando o protagonismo social. Além disso, associações e cooperativas configuram-se como estratégia importante de participação e acesso a benefícios em situações que exigem a formalização jurídica dos grupos, tais como na formação de parcerias público-privadas, para participação de licitações públicas e outros editais de fomento, entre outras.

### 2.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E JUSTIÇA AMBIENTAL

Os conceitos e as perspectivas teóricas apresentados anteriormente questionam como o modelo de desenvolvimento hegemônico vem privilegiando o crescimento econômico, os avanços tecnológicos, a industrialização etc. em detrimento de um desenvolvimento multidimensional. As conseqüências dessa concepção de mundo que serve de base à civilização ocidental (LEFF, 2013) refletem-se em impactos causados no ambiente natural tais como desmatamento,



fragmentação de habitats, degradação de solos e recursos hídricos, perda de diversidade biológica, superexploração de ecossistemas, alterações na paisagem, poluição do ar, mudança do clima, entre outros.

Diante desses impactos, a proteção de áreas naturais, “uma das medidas mais controvertidas na preservação de comunidades biológicas”, passou a ser importante forma de conservação de comunidades biológicas, de modo a preservar espécies em larga escala e manter serviços ambientais<sup>7</sup> essenciais à sobrevivência de todos os seres vivos, tais como água, ar e alimentos (DOUROJEANNI; PÁDUA, 2007; PRIMACK; RODRIGUES 2002, p. 200).

No Brasil, entre as áreas legalmente protegidas encontram-se as unidades de conservação da natureza (UCs). Ao todo são doze categorias criadas e geridas a partir de diferentes objetivos. Conseqüentemente, as UCs são orientadas por valores e interesses sociais e assim implicam distintas possibilidades de desenvolvimento local, uma vez que determinam quem serão os beneficiários dos bônus e a quem caberão os ônus resultantes de sua instituição, nem sempre havendo justiça ambiental nessa equação.

As unidades de conservação apresentam regras próprias de manejo<sup>8</sup> e definição legal para sua criação, e são definidas como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (BRASIL, 2000).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) constitui-se pelo conjunto das UCs federais, estaduais e municipais, classificadas dentre doze categorias, que por sua vez dividem-se em dois grupos: o de uso sustentável e o de proteção integral (QUADRO 1). Define-se como proteção integral

<sup>7</sup> Serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos são benefícios que as pessoas obtêm da natureza direta ou indiretamente, a fim de sustentar a vida no planeta. A *Avaliação Ecossistêmica do Milênio*, publicada pela ONU em 2005, classificou os serviços ambientais da seguinte forma: serviços de provisão: produtos obtidos dos ecossistemas (alimentos, água doce, fibras, produtos químicos, madeira, etc.); serviços de regulação: benefícios obtidos a partir de processos naturais que regulam as condições ambientais (absorção de CO<sup>2</sup> pela fotossíntese das florestas; controle do clima, polinização de plantas, controle de doenças e pragas, etc.); serviços culturais: benefícios intangíveis de natureza recreativa, educacional, religiosa ou estético-paisagística; serviços de suporte: contribuem para a produção de outros serviços ecossistêmicos (ciclagem de nutrientes, formação do solo, dispersão de sementes etc.) (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2005).

<sup>8</sup> Todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas (BRASIL, 2000).

a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto<sup>9</sup> dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000, s/p). E como uso sustentável, a “exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável” (BRASIL, 2000, s/p).

O domínio de uma UC pode ser público ou privado, admitir ou não a presença de populações em seu interior, e permitir ou não a visita pública, questões que variam de acordo com a categoria e as normas específicas de cada unidade definidas em seu plano de manejo<sup>10</sup>.

<b>Grupo de proteção integral</b>	Parque Nacional - PARNA
	Estação Ecológica - ESEC
	Reserva Biológica - REBIO
	Monumento Natural - MN
	Refúgio de Vida Silvestre - REVIS
<b>Grupo de uso sustentável</b>	Área de Proteção Ambiental - APA
	Floresta Nacional - FLONA
	Reserva Extrativista - RESEX
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS
	Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN <sup>11</sup>
	Áreas de Relevante Interesse Ecológico - ARIE
Reservas de Fauna - REFAU	

QUADRO 1 - GRUPOS E CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO SNUC  
FONTE: BRASIL (2000)

A variedade das categorias de manejo justifica-se dada a multiplicidade dos objetivos de conservação, que incluem desde a proteção de espécies ameaçadas de extinção até a promoção do desenvolvimento sustentável a partir do uso dos recursos naturais. Porém, ainda que objetivos ligados aos aspectos sociais possam

<sup>9</sup> Com exceção dos casos previstos na Lei Federal nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000).

<sup>10</sup> Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

<sup>11</sup> A Lei nº 9.985 (BRASIL, 2000) define as RPPNs como sendo de uso sustentável, no entanto, o Presidente da República vetou em parte o artigo que facultava o uso sustentável (item III do § 2). Desse modo, a categoria RPPN é de fato e de direito de proteção integral, com objetivos claros de unidades de conservação de uso indireto dos recursos naturais, permitindo somente a pesquisa científica e a visita pública (PÁDUA, 2007).

ser contemplados na escolha da categoria de UC, “[...] a classificação criada pelo SNUC para os tipos de áreas protegidas baseia-se na necessidade específica de conservação da biodiversidade para cada área, dando maior enfoque ao aspecto ecológico” (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2009, s/p).

O desafio das UCs começa no fato de que, não raramente, a ideia de conservação é associada a impedimento ao desenvolvimento. No entanto, pode-se afirmar que as UCs contribuem para o desenvolvimento do país como um todo, considerando-se, por exemplo, o fomento ao conhecimento científico ou os benefícios diretamente proporcionados à produtividade agropecuária devido à proteção dos solos, à regulação do regime hídrico e à manutenção das condições climáticas (GURGEL *et al.*, 2009). Por outro lado, na instituição de UCs observam-se lacunas que de fato podem prejudicar o desenvolvimento local.

Unidades de conservação geram nova dinâmica de apropriação dos espaços e dos recursos naturais de uso comum do território<sup>12</sup> no qual se inserem. Podem proporcionar benefícios como conservação dos recursos naturais necessários para a subsistência das populações, garantia de direitos às comunidades locais, barreira à especulação imobiliária, implementação de políticas públicas etc. Entretanto, podem implicar impactos negativos quando as populações não são inseridas no processo de criação e gestão dessas áreas; não são realizados estudos prévios aprofundados; não há implementação das UCs e, principalmente, quando a permanência da população local não é admitida, sendo realocada ou tendo práticas de subsistência, como a agricultura, proibidas. Nestes casos, conflitos socioambientais são gerados e por vezes as comunidades se colocam em oposição às unidades por sentirem seus direitos cerceados.

Uma vez que as UCs geram benefícios a toda a sociedade, mas sendo as populações locais as diretamente envolvidas, faz-se preponderante observar como a criação das diferentes categorias destes espaços especialmente protegidos, ao repartir os ônus e bônus da conservação, interferem no desenvolvimento local.

De acordo com Leff (2007), a problemática ambiental segue uma ideologia vinculada a interesses econômicos e sociais, fundada num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista. Porém, “as formações

---

<sup>12</sup> O território pode ser definido como “uma construção social de um grupo combinado, por vezes provisório, estruturado em torno de recursos compartilhados. Com muita frequência, esses recursos estão ligados a (ou oriundos de) um espaço físico bem delimitado.” (PECQUEUR, 2006, p. 149).

ideológicas que cobrem o terreno ambiental geram práticas discursivas que têm por função neutralizar na consciência dos sujeitos o conflito dos diversos interesses que ali entram em jogo” (LEFF, 2007, p. 69). Segundo Martínez Alier (2012, p. 21), surgem três correntes do movimento ecologista ou ambientalista global, divididas de acordo com suas práticas discursivas e interesses, sendo possível relacioná-las à criação e ao uso de unidades de conservação:

1ª) O “culto ao silvestre” ou ao “mundo selvagem” preocupa-se com a preservação da natureza silvestre e respalda-se na biologia da conservação. Atenta-se para o crescimento populacional, mas não se pronuncia sobre a indústria ou a urbanização, mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento econômico. A proteção da natureza é feita separando-a da sociedade, o que Diegues (1998) caracteriza como *mito moderno da natureza intocada*, e pode ser representada por unidades de conservação de proteção integral cuja permanência de populações em seu interior é proibida, tal qual a categoria Parque Nacional.

2ª) A linha predominante e cada vez em maior evidência, o “credo da ecoeficiência”, defende o desenvolvimento sustentável, uso prudente dos recursos naturais e controle de contaminações na indústria, agricultura, pesca e silvicultura. Respalda-se na economia ambiental e na ecologia industrial para defender sua crença em novas tecnologias e na internalização das externalidades ambientais como instrumentos voltados à modernização ecológica. Aliada a esta corrente encontra-se a chamada economia verde, tratada recentemente na Rio+20. A economia verde não propõe nova forma de relação com a natureza, e no sentido contrário, faz da emergente consciência ambiental um negócio, a capitaliza. A mercantilização da natureza é justificativa como medida de conservação, o que McAfee (1999<sup>13</sup> *apud* BÜSCHER *et al.*, 2012, p. 4) rotulou como “*selling nature to save it*”<sup>14</sup>. Este caso pode ser representado pela concessão de serviços turísticos à iniciativa privada, como acontece na mesma categoria Parque Nacional<sup>15</sup> que proíbe

<sup>13</sup> McAfee, K. Selling nature to save it? Biodiversity and green developmentalism. **Society and Space** 17, p. 203-219, 1999.

<sup>14</sup> Vender a natureza para salvá-la (tradução nossa).

<sup>15</sup> A título de exemplo de como a conservação pode ser útil à mercantilização da natureza tem-se a empresa concessionária do Parque Nacional do Iguaçu (PR) *Cataratas do Iguaçu S.A.* Em seu slogan apresenta-se como “Uma empresa com exclusiva tecnologia na administração de serviços em Parque Nacional”. A mesma também gere serviços no Parque Nacional de Fernando de Noronha (PE) e no Parque Nacional da Tijuca (RJ). Em março de 2014 os valores consultados para diferentes serviços ofertados no Parque Nacional do Iguaçu eram: entrada mais transporte para um adulto brasileiro R\$ 29,20, R\$ 39,20 para estrangeiros com nacionalidade de países do MERCOSUL e R\$ 49,20 para demais estrangeiros; estacionamento R\$ 17,00; Macuco Safári

a permanência de populações.

3ª) Já a corrente conhecida como movimento pela justiça ambiental, ecologismo popular ou ecologismo dos pobres – com a qual se identifica a autora e cujos preceitos orientam essa pesquisa – origina-se nos conflitos ambientais pelo uso de água e de florestas ou a respeito das cargas de contaminação, por exemplo. Tais conflitos acontecem de nível local a global e, sendo gerados pelo crescimento econômico e pela desigualdade social, envolvem questões estudadas pela ecologia política. Ao seu encontro segue a economia ecológica, na medida em que considera a natureza em seus limites físicos e sociais.

Ressalta-se que nesta corrente o discurso ambientalista nem sempre é utilizado pelos atores envolvidos, razão determinante para que até os anos 1980 não tenha sido identificada como corrente do ecologismo. Como exemplo prático tem-se a união dos seringueiros a habitantes indígenas da Amazônia ocorrida no Acre em 1987. A então formada *Aliança dos Povos da Floresta* comprometeu-se em defender a mata e os direitos territoriais dos seus membros e “criou novas modalidades comunitárias de propriedade do solo, as chamadas ‘reservas extrativistas’ [...]”, unidades de conservação nas quais as populações tradicionais são mantidas e podem praticar o extrativismo de maneira sustentável (MARTÍNEZ ALIER, 2012, p. 175).

A corrente da justiça ambiental ou ecologismo dos pobres observa que os impactos ambientais decorridos do crescimento econômico são desiguais quando as áreas são habitadas por ricos ou pobres, brancos ou minorias étnicas, atingindo grupos sociais que por vezes resistem e protestam em defesa de seus direitos. Esses casos incluem movimentos de camponeses que têm suas terras destruídas pela mineração, pescadores artesanais opondo-se à pesca industrial que esgotam os recursos pesqueiros, dentre outros (MARTÍNEZ ALIER, 2012). Nesta corrente podem ser incluídos tanto os grupos que reivindicam a criação de UCs para preservação de seus direitos aos territórios, quanto aqueles que protestam contrários a elas quando afetam negativamente seu modo de vida.

---

(passeio de barco pelas Cataratas) R\$ 170,00 por adulto e trilha do Poço Preto R\$ 135,00. Consultou-se também valor de uma diária de hospedagem para um casal no Hotel das Cataratas, localizado dentro do parque, para a data 24/05/2014: a menor tarifa disponível foi de R\$ 915,00 e a mais alta R\$ 1.150,00, em ambas incluso café da manhã e uso da internet *wireless*. O almoço no restaurante Porto Canoas, igualmente dentro do parque, cobrava na ocasião R\$ 48,00 mais 10% por refeição em bufê livre, não incluso bebidas nem sobremesa. Disponível em < <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/>>. Acesso em 02/03/2014.

No ecologismo dos pobres o principal é o interesse material pelo meio ambiente para a própria subsistência, ainda que existam tradições em alguns países que se preocupam com a preservação de áreas naturais para reverência à natureza, tal qual ocorre na Índia (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Segundo o historiador indiano Ramachandra Guha (1994) o movimento ecologista em seu país envolve os conflitos distributivos ecológicos, as resistências e alternativas das populações rurais frente a um modelo de desenvolvimento destrutivo tanto da natureza como da sociedade rural. As populações que dependem dos recursos naturais para sobreviver e são atingidas por iniciativas tais como reflorestamento e construção de barragens passam a ser “refugiados ecológicos” (GUHA, 1994, p. 137). São aqueles que vão para as cidades em busca de emprego e encontram mais problemas como escassez de água, energia etc., causados pelo modelo de desenvolvimento que promove o esgotamento do meio ambiente sem pensar em sua renovação. Estas carências, por sua vez, conduzem a conflitos entre os grupos que querem usar os mesmos recursos: entre pobres contra pobres, ricos contra ricos e, nos casos mais dramáticos, opondo ricos e pobres, situação na qual o poder de cada grupo e suas condições para disputá-los é desigual.

Conforme indica Guha (1994), o que acontece em seu país contraria as teses convencionais das ciências sociais ocidentais, que se baseiam em pontos de vista tal como do economista norte americano Lester Thurow (1980)<sup>16</sup>, para quem os indivíduos que apoiam o ambientalismo são oriundos da classe média-alta e os pobres simplesmente não se interessam pelo meio ambiente. No entanto, o que se observa em países como o Brasil, Índia e Quênia indica que os países pobres, e especialmente os grupos de pessoas pobres, podem também ser ecologistas (e não necessariamente todos o serão). Porém as motivações e formas de expressão são distintas do ambientalismo pós-materialista, chamado por Martínez Alier de ecologia da abundância, característico das sociedades avançadas industriais do Norte (GUHA, 1994).

No Brasil, movimentos sociais bem constituídos ambientalizam as questões de seus grupos<sup>17</sup>, tal como o ocorrido na luta dos seringueiros liderados por Chico Mendes nos anos 1980, e da mesma forma como acontece hoje no Movimento de

---

<sup>16</sup> THUROW, Lester. **The Zero-Sum Society**: distribution and the possibilities for change. Nova York: Basic Books, 1980.

<sup>17</sup> No País, o movimento da justiça ambiental está organizado através da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. Mais informações em: < <http://www.justicaambiental.org.br>>. Acesso em: 05/03/2014.

Atingidos por Barragens (MAB), que acusa o setor elétrico de rentabilizar seus investimentos pela expropriação do ambiente dos atingidos. Da mesma forma ocorre no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), ao sustentar que “não é ‘produtiva’ a terra que produz qualquer coisa a qualquer custo, acusando a grande agricultura químico-mecanizada de destruir recursos em fertilidade e biodiversidade, e, assim, descumprir a função social da propriedade” (ACSELRAD, 2010, p. 106).

Outros movimentos envolvem diferentes UCs do País. Na região Sul, destaca-se o Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná (MOPEAR)<sup>18</sup>, organizado para “defesa dos direitos dos pescadores artesanais paranaenses, principalmente os que atuam no entorno do Parque Nacional do Superagui” (PNS). O MOPEAR atua junto a órgãos públicos como o Ministério Público Federal, a Polícia Ambiental e o Instituto Ambiental do Paraná “contra o abuso de poder e desrespeito ao modo tradicional de vida” e “na luta pela recuperação de territórios tradicionalmente ocupados por pescadores artesanais, hoje situados dentro do Parque”, e dentre suas reivindicações está a criação de uma RESEX marinha na região (FUNDO BRASIL DOS DIREITOS HUMANOS, 2010, s/p).

A discordância sobre a elaboração do Plano de Manejo do PNS<sup>19</sup> em andamento e a recente criação do Parque Nacional Marinho da Ilha de Currais (BRASIL, 2013) no Paraná motivaram as lideranças do MOPEAR a realizar uma Audiência Pública em dezembro de 2013 na comunidade da Barra do Superagüi (FIGURAS 1 e 2). O objetivo foi “[...] tratar de uma das principais ameaças aos territórios pesqueiros e aos modos de vida das comunidades tradicionais da região: a criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral” (AZEVEDO, 2013, s/p).

Na ocasião foram apresentadas demandas incluindo a liberação de áreas

---

<sup>18</sup> Em nível nacional, o Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) atua em prol dos direitos das comunidades pesqueiras, incluindo-se a construção de instrumentos legais. Em junho de 2012 lançou-se a *Campanha pelo Território Pesqueiro* e busca-se a assinatura de 1% do eleitorado brasileiro (equivalente a 1.406.466 assinaturas) para uma lei de iniciativa popular que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras. Disponível em: <<http://www.campanhaterritorio.blogspot.com.br/>>. Acesso em 27/02/2014.

<sup>19</sup> O MOPEAR solicitou a pesquisadores atuantes na região um Parecer Técnico sobre dois estudos que subsidiarão o Plano de Manejo do PARNA do Superagüi: o Estudo Socioeconômico e Cultural e o Diagnóstico de Uso Público e Turismo, os quais foram realizados por consultorias contratadas. Dentre outras considerações, o Parecer questionou as condições de participação das comunidades na elaboração do Plano de Manejo; a necessidade de um estudo antropológico e do reconhecimento dessas comunidades como tradicionais. Criticou: a ausência de transcrição das falas das pessoas das comunidades nos estudos; a afirmação de que o turismo seja uma vocação natural dessas comunidades; a proposição de turismo de base comunitária sem que as populações tenha se manifestado a respeito e sem que as práticas tradicionais da agricultura, da pesca e do extrativismo sejam permitidas, contrariando-se os pressupostos dessa modalidade de turismo (BARBOSA *et al.*, 2013).

agricultáveis dentro e no entorno do Parque e a permissão de práticas de pesca tradicionais, como o cerco, e expostas críticas à elaboração do Plano de Manejo. Pescadores também denunciaram sofrer violência e discriminação por diferentes órgãos ambientais, impactos em sua cultura e a dissolução de laços sociais devido às proibições ambientais e ao êxodo rural provocado:

Estamos aqui reunidos para denunciar o preconceito, a violência e o descaso que vem sofrendo nossas comunidades tradicionais da parte dos órgãos ambientais, em especial do ICMBio, ao criminalizar nossas comunidades e impedir o avanço de iniciativas e entendimentos baseados no diálogo democrático, uma vez que nosso interesse é verdadeiramente participar da elaboração do Plano de Manejo do PNS, para tanto o ICMBio necessita reconhecer nossos direitos territoriais. Denunciamos medidas e tomadas de decisão autoritárias e arbitrarias de gestores em posição de poder, que tem promovido a ampliação da desigualdade e da exclusão social em nossas comunidades, ao desconstituir direitos territoriais, ignorar o reconhecimento e a efetivação de nossos direitos, e impedir a reprodução do modo de vida de nossas comunidades, compatíveis com a conservação dos recursos naturais (MOPEAR/MPP, 2013, s/p).



FIGURAS 1 e 2: AUDIÊNCIA PÚBLICA NO SUPERAGÜI  
 FONTE: AZEVEDO (2013)

Medeiros, Irving & Garay (2006, p. 35) avaliam que, de forma agravante, a criação e implementação de áreas protegidas ocorre, “em geral, de forma autoritária e pouco negociada com os diferentes segmentos locais pelo Estado”, causando desordens devido à inexistência de uma estratégia clara de integração das unidades de conservação à dinâmica local. Tal fato é ilustrado com a instituição do Parque Nacional Marinho da Ilha de Currais via projeto de lei encaminhado pelo legislativo federal, sem a realização de consultas e audiências públicas e desconsiderando-se



o uso da área por comunidades tradicionais pesqueiras. Diante desse fato, na referida Audiência as lideranças dos pescadores questionaram os gestores do ICMBio a respeito e reivindicaram a recategorização ou redefinição dos limites do novo Parque (AZEVEDO, 2013).

O impedimento do uso de recursos naturais em algumas categorias de UCs e conseqüentemente na manutenção de práticas tradicionais e de subsistência é visto por Diegues (1997, 1998, 2000) como discriminatório, pois não leva em consideração a importância de determinadas populações humanas na conservação da natureza. Segundo Diegues (1997, p. 100), “Fala-se em interferência humana negativa sobre as áreas naturais protegidas sem se fazer distinção entre os interesses econômicos externos às áreas e às atividades daquelas populações [...]” (tradicionais ou não) que efetivamente contribuíram para a conservação ambiental. Dessa forma, o modelo de algumas categorias de UCs sem moradores, principalmente, está na base não apenas de conflitos graves pelo direito ao território e seus recursos, mas também é inadequado às condições ecológico-sociais dos países do Sul (DIEGUES, 1997, 2000).

Segundo Guha (1994), as lutas entre aqueles que querem acelerar o ritmo de exploração de um recurso natural a serviço da economia comercial-industrial crescente e as comunidades que tiveram o controle sobre tais recursos, cujos usos eram menos intensivos em gasto energético e de capital, podem ser consideradas como expressão de um novo tipo de conflitos de classe. Nesta disputa o objeto são os recursos naturais, desejados por todos, porém cada vez mais monopolizados por alguns. A preocupação principal destes ecologistas é o uso do meio ambiente e quem deve se beneficiar dele, e não apenas a conservação ambiental por si mesma, ou seja, o ecologismo dos pobres indica que não querem natureza sem justiça social, pois há a necessidade do ambiente para sua reprodução social.

No entanto, na maioria das vezes as iniciativas privadas de exploração têm a preferência e são beneficiadas pelo Estado, sobrando apenas a resistência como alternativa às populações desfavorecidas nessa disputa desigual (GUHA, 1994). Um caso como este vem ocorrendo no estado do Pernambuco, onde comunidades pesqueiras estão questionando contradições do governo no que diz respeito à conservação ambiental.

Em fevereiro de 2014 a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) convocou distintos segmentos da sociedade, incluindo pescadores e pescadoras

artesanais, para participarem de uma Consulta Pública que tratava da criação de uma APA Marinha no intuito de minimizar a degradação ambiental e regular o trabalho destes pescadores. Representantes do Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP) consideraram que a proposta, no entanto, retira o foco dos principais responsáveis pela destruição ambiental. Segundo esses representantes, o crescimento desordenado das indústrias, a especulação imobiliária no litoral e o turismo predatório são incentivados pelo próprio governo e não são abordados como grandes ameaças à biodiversidade no plano da CPRH, delatando a incongruência de objetivos do órgão. De acordo com uma agente do CPP,

O público-alvo dessas áreas de preservação são os pescadores, logo aqueles que já fazem um trabalho importante para a conservação do meio ambiente. Nós achamos importante as unidades de conservação, mas elas precisam ser implementadas com consultas junto aos pescadores. Além disso, não vai mudar muita coisa se o governo continuar conivente e investindo nas ações de Suape [porto], por exemplo. O complexo vai continuar aterrando rio, desmatando manguezal, acabando com o pescado e desrespeitando as comunidades tradicionais (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2014).

Os pescadores avaliam, portanto, ser contraditória a intenção governamental de conservar o meio ambiente baseada na regulação da pesca artesanal enquanto atividades como o porto são autorizadas e incentivadas na mesma região. Observa-se que a poluição causada pelo porto, entre outros impactos, afeta diretamente a atividade de subsistência dessas comunidades de pescadores.

Os casos apresentados são conflitos que nascem da crescente utilização do ambiente natural devido à expansão econômica, que avança e causa atritos em territórios já habitados por outras pessoas e espécies, e caracterizam o movimento ambientalista denominado ecologismo dos pobres ou justiça ambiental (MARTÍNEZ ALIER, 2012).

Medeiros, Irving e Garay (2006, p. 36) consideram que tais conflitos envolvendo UCs têm contribuído para o estabelecimento de uma “agenda positiva” de proteção da natureza, tais como incremento do processo participativo na criação e gestão de unidades e definição de novas categorias de manejo, mais flexíveis diante das demandas sociais, como as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Diegues (2000), nas últimas décadas vários conceitos e práticas conservacionistas estão sendo elaborados, em várias sociedades, tanto no Norte quanto no Sul, e permitem vislumbrar um novo enfoque

para uma conservação democrática e participativa.

Nesse sentido, dentre os exemplos possíveis a Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde (CE) é um caso emblemático. Em 2006, o Supremo Tribunal de Justiça reconheceu a ilegalidade dos documentos do empresário Antonio Sales que, desde os anos de 1970, afirmava ter propriedade de terras na comunidade. Em 2009, a partir da organização comunitária, Canto Verde conquistou o direito sobre as terras em questão e uma parte marinha utilizada na pesca artesanal, tornando-se uma Reserva Extrativista<sup>20</sup>.

Os direitos de povos sobre suas terras têm sido reconhecidos não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, Canadá e Malásia, ainda que geralmente os governos o façam somente “[...] após brigas em tribunais, na imprensa e na própria terra em questão. [...] várias vezes com perdas de vida [...]” (PRIMACK; RODRIGUES, 2002, p. 201).

Diante da importância natural, sociocultural e econômica dos espaços territoriais das UCs, seu planejamento e gestão de modo a conservarem a diversidade natural e sociocultural, os serviços ambientais e ainda propiciarem desenvolvimento local é um desafio. De acordo com Leuzinger (2007), as UCs devem conciliar os direitos culturais àqueles naturais de maneira a prover à sociedade um meio ambiente equilibrado:

Não se contesta, portanto, a necessidade de instituição de unidades de conservação, incluídas as UCs de proteção integral e domínio público, como necessárias à proteção do ambiente natural e, em especial, da diversidade biológica, mas defende-se que sua instituição deve obedecer aos requisitos constitucionais e infraconstitucionais, que permitem conciliar o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos culturais, dentro da perspectiva de ser o Brasil não apenas um país rico em biodiversidade, mas também um país sociodiverso, portador de imensa riqueza cultural, que conforma o seu patrimônio cultural, essencial à formação da identidade nacional (LEUZINGER, 2007, p. 307).

Em outros termos, visto que a criação e gestão de UCs não envolve somente a preservação de recursos naturais, mas a manutenção de grupos sociais que vivem, trabalham e buscam sua reprodução social, os direitos destas populações locais também devem ser preservados nesse processo.

Para Acselrad (2010, p. 114), a questão da justiça ambiental brasileira propõe a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental para que sejam

---

<sup>20</sup> Mais informações podem ser encontradas em <<http://www.terramar.org.br>>. Acesso em 27/09/2013.

interrompidos os mecanismos de transferência dos custos ambientais do crescimento para os mais pobres, caso contrário, a pressão geral sobre o ambiente não cessará: “Aí se dá a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos, é preciso começar protegendo os mais fracos”. Ou seja, compreendendo-se que não há desenvolvimento sem que haja justiça ambiental, a questão da conservação deve principiar pela reavaliação dos motivos reais que levam à necessidade de criação de espaços especialmente protegidos como as UCs (concepção capitalista de crescimento infinito) e pelo apoio às causas dos grupos mais vulneráveis.

O enfrentamento à crise socioambiental instalada passa por uma reconstrução da racionalidade do formato hegemônico de produção e consumo, da organização e da participação de novos atores sociais, da relação social e da relação com a natureza. As unidades de conservação têm papel importante, uma vez que protegem em seus limites recursos fundamentais à sobrevivência de todas as espécies. Da mesma maneira, as populações locais têm seus direitos estabelecidos e podem contribuir de fato na conservação desses espaços, desde que sejam tratadas com justiça e lhes seja proporcionado o desenvolvimento de suas liberdades individuais e coletivas, bem como sejam oferecidas as devidas oportunidades de construção de seu desenvolvimento local.

No próximo capítulo será discutido tema específico em relação ao desenvolvimento local e à justiça ambiental em UCs: o turismo, sendo que a atividade é recorrentemente apontada como alternativa para comunidades inseridas nessas áreas protegidas. Assim sendo, o foco se dará no turismo de base comunitária, uma vez que essa modalidade apresenta diferentes processos organizativos em meio a uma diversidade de contextos socioambientais envolvendo UCs no Brasil, bem como dialoga com os princípios da economia solidária em prol do desenvolvimento local.

### 3 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

O seguinte capítulo tem como objetivo discutir o turismo de base comunitária como modalidade alternativa para o desenvolvimento local e a justiça ambiental em unidades de conservação. Inicialmente será apresentado um panorama do turismo em UCs no Brasil, abordando-se aspectos da terceirização de serviços turísticos e como essa pode beneficiar ou não comunidades locais. Em seguida, serão apresentados o TBC, seus pressupostos, políticas públicas que vêm sendo desenhadas para o TBC em unidades de conservação e algumas das experiências existentes, como exemplos de sua diversidade e de suas possibilidades.

#### 3.1 TURISMO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

O estímulo às atividades de uso público em unidades de conservação tem sido impulsionado por tendências mundiais, financiamentos de agências de cooperação e bancos internacionais e pela pressão nacional para que as UCs de fato contribuam para o desenvolvimento regional (KINKER, 2005). No âmbito local, para conquistar adeptos à causa ambiental entre as populações que habitam tais unidades e seu entorno, recorrentemente o turismo é apontado como alternativa, principalmente em áreas que sofrem pelo pouco desenvolvimento econômico, destacando-se seus benefícios potenciais via utilização sustentável da natureza.

Todavia não há no Brasil uma política nacional que oriente o desenvolvimento do turismo em UCs. No entanto, existe um conjunto de normativas, diretrizes e projetos que apontam diferentes caminhos de fomento à atividade, ora aproximando-se do conceito de desenvolvimento local, ora dele se distanciando.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a visitação pública é admissível em todas as categorias de UCs<sup>21</sup>, desde que prevista

---

<sup>21</sup> Caso a unidade de conservação esteja inserida em área privada deverá haver anuência do proprietário, a quem de direito serão revertidos os valores auferidos com a cobrança de ingressos, visto que “a exclusividade, assim como a possibilidade de exploração econômica e de disposição, devem ser garantidas ao titular do domínio e, quando afetadas, geram desapropriação indireta” (LEUZINGER, 2010, p. 14).

e respeitando-se as normas do plano de manejo e do plano de uso público da unidade em questão. Ressalta-se que ainda não há regulamentação específica para visitação em cada categoria<sup>22</sup> e que em estações ecológicas e reservas biológicas admite-se apenas visitação com fins educacionais (QUADRO 2).

<b>Grupo de proteção integral</b>	Estação Ecológica	Permitida visitação apenas com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o plano de manejo da unidade ou regulamento específico
	Monumento Natural	Visitação permitida, sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Parque Nacional	Visitação pública permitida, sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Refúgio de Vida Silvestre	Visitação permitida sujeita às condições e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento
	Reserva Biológica	Permitida a visita com objetivo educacional, de acordo com regulamento específico
<b>Grupo de uso sustentável</b>	Área de Proteção Ambiental	A visitação pública nas áreas de domínio público será definida pelo órgão gestor da unidade
	Áreas de Relevante Interesse Ecológico	Respeitados os limites constitucionais, podem ser estabelecidas normas e restrições para a utilização de uma propriedade privada localizada nesta categoria
	Floresta Nacional	A visitação é permitida, condicionada às normas estabelecidas para o manejo da unidade
	Reserva Extrativista	Visitação pública permitida, desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo
	Reservas de Fauna	A visitação pode ser permitida desde que compatível com o manejo e de acordo com as normas definidas pelo órgão responsável por sua administração
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável	É permitida a visitação desde que compatível com os interesses locais e de acordo com o disposto no plano de manejo da área
	Reserva Particular do Patrimônio Natural	É permitida a visitação com objetivos educacionais, recreativos e turísticos, conforme disposto no regulamento

QUADRO 2 - POSSIBILIDADES DE USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO  
 FONTE: BRASIL (2000); TAKAHASHI (2004)

<sup>22</sup> Os Parques Nacionais permitem a visitação pública de forma regulamentada. As condições e restrições de uso estão definidas no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, Decreto 84.017/79 (BRASIL, 1979).

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) entende como visitação “O aproveitamento e a utilização da Unidade de Conservação com fins recreacionais, educativos, entre outras formas de utilização indireta dos recursos naturais e culturais” e considera visitante toda pessoa que frequente uma UC de acordo com os propósitos e objetivos de cada área, incluindo turistas, excursionistas e a população local (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 9). A definição técnica considera tanto turistas quanto excursionistas como visitantes temporários em um local, sendo distinguidos pelo tempo de permanência no destino: turistas são aqueles que permanecem pelo menos vinte e quatro horas e excursionistas aqueles que ficam menos de vinte e quatro horas no local visitado (BENI, 2003).

Conforme enuncia Leuzinger (2010), as vantagens da visitação pública em unidades de conservação relacionam-se com a educação e a interpretação ambiental, o lazer em contato com a natureza, a geração de receita para a unidade por meio da cobrança de ingressos e a prestação de serviços, e a geração de renda para a população do entorno via oferta de serviços em pousadas e restaurantes, de guias, aluguel de material, entre outros.

As *Diretrizes para visitação em unidades de conservação*, elaboradas pelo MMA, trazem alguns subsídios para análise. Sua orientação ressalta a importância do planejamento da visitação no SNUC de modo a “cumprir os objetivos de sua criação, além de funcionar como uma ferramenta de sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional” (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 7). Em seus princípios indica que “a visitação é uma alternativa de utilização sustentável dos recursos naturais e culturais”, devendo “contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico e social das comunidades locais”. Afirma ainda que “A manutenção da integridade ambiental e cultural é essencial para sustentar a qualidade de vida e os benefícios econômicos provenientes da visitação em Unidades de Conservação” (BRASIL. Ministério do Meio Ambiente, 2006, p. 13).

Tais princípios demonstram que o entendimento do MMA a respeito de desenvolvimento local vai ao encontro do conceito adotado neste trabalho, além de privilegiarem não apenas o desenvolvimento econômico, mas também as dimensões ambientais, sociais e culturais, com extensão de benefícios às populações locais, favorecendo a promoção da justiça ambiental nas UCs. Ressalta-se, porém, que apesar da “marca” de uma unidade de conservação ser capaz de valorizar territórios

e atrair demanda turística ela por si só não garante a extensão de benefícios à população sem que haja projeto social de desenvolvimento do turismo com base local.

Assim sendo, analisando-se outros dados observam-se divergências entre o que preconiza a teoria dos objetivos do SNUC e das diretrizes estabelecidas pelo MMA e a atuação do Estado, no que diz respeito, por exemplo, ao baixo orçamento destinado à implementação de UCs e à tendência de apropriação mercadológica desses espaços públicos sob a justificativa de sustentabilidade, como será exposto na sequência.

O estudo *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional* (MEDEIROS *et al.*, 2011) afirma que, apenas nos parques nacionais, o incentivo à visitação tem potencial para gerar entre R\$ 1,6 bilhão e R\$ 1,8 bilhão por ano na economia nacional, considerando as estimativas de fluxo de turistas projetadas para o país até 2016, ano das Olimpíadas (cerca de 13,7 milhões de pessoas, entre brasileiros e estrangeiros). No ano dos Jogos Olímpicos estas UCs injetariam até R\$ 2,2 bilhões na economia a partir de ganhos obtidos com ingressos, parcerias e geração de renda nas populações do entorno, desde que, no entanto, haja investimentos significativos.

Porém, na prática observa-se justamente diminuição destes investimentos. Entre 2001 e 2010 a verba destinada às unidades federais manteve-se a mesma, cerca de R\$ 300 milhões por ano. No entanto, no mesmo período a área total protegida aumentou 83,5%. O investimento em cada hectare conservado pelo governo brasileiro, portanto, sofreu uma redução de 40% desde o início da década passada (MEDEIROS *et al.*, 2011). Este valor foi complementado, em parte, por recursos de compensação ambiental<sup>23</sup>, o qual proporcionou R\$ 33,4 milhões para os parques nacionais entre janeiro e junho de 2013 (GRANDELLE, 2013a).

Em 2010, quando realizado o estudo, existiam 67 parques nacionais, dos quais apenas 18 apresentavam visitação estruturada considerada satisfatória, com controle do fluxo de visitantes e cobrança de ingressos (MEDEIROS *et al.*, 2011).

---

<sup>23</sup> Instrumento que impõe ao empreendedor a obrigatoriedade de apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de proteção integral, quando, durante o processo de licenciamento e com fundamento em estudo de impacto ambiental e seu respectivo relatório, um empreendimento for considerado como de significativo impacto ambiental. Quando UCs específicas ou sua zona de amortecimento forem afetadas pelo empreendimento em questão deverão ser uma das beneficiárias da compensação, ainda que a UC não pertença ao grupo de proteção integral (BRASIL, 2000; 2002).



Em outubro de 2013 o número de parques nacionais havia aumentado para 69, mas o cenário pouco se modificou. Faltam serviços como centro de visitantes, mapas, lanchonetes, trilhas sinalizadas e guias qualificados, e os recursos humanos estão entre os pontos críticos (GRANDELLE, 2013b).

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), responsável pela gestão das UCs instituídas pela União, dispõe de aproximadamente dois mil funcionários para gerir 75 milhões de hectares, divididos em 313 unidades de conservação federais (ICMBIO, 2013a). Em 2010, o Brasil dispunha um funcionário para cada 18,6 mil hectares de áreas protegidas. Na África do Sul esta proporção era de um servidor para cada 1,1 mil hectare e nos Estados Unidos um para cada 2,1 mil hectares. No mesmo ano, o Brasil investia R\$ 4,43 para cada hectare de área protegida, valor muito inferior ao investido pela África do Sul (R\$ 67,09) e pelos Estados Unidos (R\$ 156,12) (MEDEIROS *et al.*, 2011).

Frente ao baixo investimento para implementação nas unidades de conservação federais de modo que cumpram os objetivos de sua criação, além de maior orçamento, o presidente do ICMBio, Roberto Vizentin, aponta como soluções projetos de cooperação internacional, entrada de mais recursos via compensação ambiental, ampliação de parcerias com estados, municípios e órgãos como o SEBRAE<sup>24</sup> e concessão de serviços à iniciativa privada (GRANDELLE, 2013a; ICMBIO, 2012). Este último item, a concessão, assim como a permissão, a autorização e a gestão compartilhada com Organizações Sociais com Interesse Público (OSCIP) são instrumentos de gestão que possibilitam ao Estado viabilizar o uso público nas UCs delegando a terceiros a prestação de serviços de apoio à visitação. Os diferentes instrumentos podem proporcionar a participação de populações locais, de organizações não governamentais e da iniciativa privada (RODRIGUES, 2009)<sup>25</sup>.

Em estudo sobre o tema, Rodrigues (2009) constatou que no caso dos parques nacionais brasileiros é incipiente a prestação de serviços por terceiros, tanto no que se refere a sua formalização quanto à diversidade e abrangência das modalidades de delegação. Porém, observa-se que dentre estes instrumentos a concessão tem despertado especial interesse, uma vez que possibilita maiores

---

<sup>24</sup> Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

<sup>25</sup> Para discussão aprofundada a respeito da dinâmica na prestação de serviços em UC por terceiros e tais instrumentos de gestão ver Rodrigues (2009).

investimentos da iniciativa privada. Em matéria do jornal *O Globo* sobre os recursos que podem ser injetados na economia brasileira incentivando-se a visitação aos parques nacionais, Vinícius Lummertz, secretário nacional de Políticas de Turismo do Ministério do Turismo, assegura que os maiores investimentos realizados são via concessões, e expõe o caso estadunidense como exemplo a ser seguido pelo Brasil:

Os parques com maior investimento são aqueles onde existem concessões. Nos EUA, por exemplo, estas parcerias levantam US\$ 155 bilhões. É um negócio. Aqui, ainda estamos aprendendo. O Parque da Tijuca já recebe R\$ 50 milhões da iniciativa privada. Adotando este caminho, não precisamos destinar para o turismo os recursos que poderiam ir para a educação ou para a saúde (GRANDELLE, 2013a, s/p).

Em suma, transparece na fala do secretário o interesse pela concessão enquanto negócio, sob argumentos referentes a crescimento econômico e não exatamente como projeto social de desenvolvimento local a partir das UCs.

De tal modo, os parques nacionais estão incluídos nas políticas públicas do Ministério do Turismo (MTur) e destacados no *Plano Nacional do Turismo*, que estabelece metas para tornar o Brasil o terceiro maior mercado turístico mundial até 2022 - atualmente ele é o sexto (BRASIL. Ministério do Turismo, 2013). Para tanto, uma ação do MTur refere-se ao *Projeto de Fomento ao Turismo em Parques Nacionais e Entorno*, o qual objetiva a integração dos parques nacionais com a cadeia produtiva do turismo<sup>26</sup>, sua qualificação e estruturação nos destinos priorizados.

De acordo com o projeto, “A partir do mapeamento de oportunidades de negócios que possam agregar valor e diluir custos, se pretende orientar o diálogo entre os elos [da cadeia produtiva do turismo] e o parque a fim de viabilizar e concretizar parcerias comerciais que tragam benefícios mútuos.” (BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE; ICMBIO; ABETA, 2011, p. 20). O documento indica a terceirização de serviços nas UCs somente a partir de iniciativas empresariais: “[...] devem ser abordados os meios legais através dos quais uma empresa pode prestar serviços dentro de uma unidade de conservação” (BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE; ICMBIO; ABETA, 2011, p. 20). A proposta revela que o MTur adota para a

---

<sup>26</sup> A cadeia produtiva do turismo se refere ao encadeamento de atividades econômicas, que se articulam em elos e integram o processo produtivo do turismo. (...) Os agentes da cadeia produtiva atuam com foco no consumidor final – o turista – para impulsionar o desenvolvimento integrado do setor. (BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE; ICMBIO; ABETA, 2011, p. 10).

visitação o caráter exclusivo de negócio empresarial, sem que se mencione intenção de envolvimento comunitário.

Dados do ICMBio indicam que o número de visitantes nos parques está crescendo em média 10% ao ano (GRANDELLE, 2013b), tornando-os mais atraentes a investimentos por meio de concessões. Em matéria do jornal *O Eco* sobre as licitações que vêm sendo implementadas para terceirização de serviços por concessões, o diretor de Unidades de Conservação do ICMBio, Ricardo Soavinski, frisou que estas se tratam de parcerias público-privadas para melhorar o atendimento ao turista.

No entanto, em algumas localidades, como no entorno do Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha (PE) e do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos (BA), contestaram-se os editais. Em Fernando de Noronha argumentou-se que não houve interação com as comunidades locais e que algumas medidas poderiam afetar a geração de renda na região. Moradores da ilha chamaram de privatização a taxa de entrada no Parque prevista pelo ICMBio. Para o advogado do Conselho Distrital de Noronha, João Paulo Rodrigues, “A taxa em si não é problema. A licitação é que é restritiva, e não dá oportunidade aos comerciantes, que não têm estrutura para concorrer” (CLARK, 2010, s/p).

Este caso também pode ser interpretado pelos princípios da justiça ambiental, considerando-se as lutas entre os que querem usufruir da exploração de um recurso natural a serviço da economia crescente, simbolizada pelas grandes empresas concessionárias que disputam as licitações, e do outro lado as comunidades que tiveram o controle sobre tais recursos, e cujos usos eram menos intensivos em gasto energético e de capital (ACSELRAD, 2010), representadas pelos ilhéus de Noronha.

Rodrigues (2009) avalia que a prestação de serviços por terceiros impulsiona a apropriação mercadológica em diversas escalas com a valoração econômica das UCs. No entanto, é possível que esta prestação seja diversificada no que diz respeito à contratação de serviços de micro e pequeno portes e com a participação de organizações da sociedade civil (RODRIGUES, 2009).

No Brasil observa-se que a concessão de serviços é o instrumento de terceirização mais conhecido, principalmente devido à experiência do Parque Nacional do Iguaçu (PR), “Contudo, ao mesmo tempo em que o parque é citado como exemplo, é tratado como um ‘caso à parte’, em função do elevado fluxo de

visitantes e das estruturas condizentes com essa demanda” (RODRIGUES, 2009, p. 310). Para Rodrigues (2009), o pouco uso e conhecimento a respeito de modalidades como permissão, autorização e parcerias com OSCIP dificulta a inserção de micro e pequenos empreendimentos de base comunitária, “[...] que podem atender a uma menor demanda de visitantes, não requerem investimentos de grande porte e fortalecem a cadeia produtiva do turismo no local” (RODRIGUES, 2009, p. 310). Nesse contexto, faz-se importante a formalização de organizações solidárias como associações e cooperativas, mas também o planejamento e gestão de UCs de modo a viabilizar e ampliar as possibilidades de participação.

Para Leuzinger (2010, p. 5), proporcionar benefícios à população do entorno de UCs constitui forma importante de se contornar conflitos advindos da instituição de unidades de proteção integral, as quais não admitem a utilização direta de recursos, antes realizada por aquelas pessoas: “Daí a urgência em se determinar maneiras de envolver a sociedade local na gestão da UC, mesmo que indiretamente, por meio da prestação de serviços que possam interessar aos turistas”, fazendo com que o turismo cumpra o papel de contribuir para o desenvolvimento local e a justiça ambiental.

A criação de UCs como parques nacionais, por exemplo, incentiva o uso indireto da área por turistas e proíbe a moradia e a utilização direta dos recursos pela população local. Assim, quando se fala em justiça ambiental, é preciso considerar as diferentes formas de acesso aos serviços e benefícios oriundos da biodiversidade. Sendo as populações locais as mais afetadas por impactos negativos com a criação de unidades de conservação de proteção integral, principalmente, e considerando-se diversos casos nos quais o turismo é a única alternativa econômica para o desenvolvimento local, também os impactos positivos decorrentes dessa atividade poderiam ser localmente mais expressivos, via um turismo de base comunitária em alternativa ao turismo convencional.

Como visto no capítulo anterior, o crescimento econômico não resulta em desenvolvimento sem que haja um projeto social contemplando todas as suas dimensões. Ao contrário, o crescimento é insustentável visto que aumenta as pressões sobre o meio ambiente e aprofunda a desigualdade social (FURTADO, 2004). Neste contexto, a atividade turística nas UCs, caso se disponha de fato a proporcionar desenvolvimento local, deve observar essas questões, ou seja, buscar

modelos alternativos ao turismo convencional, que se adéqua à orientação mercadológica em busca de maior lucro em curto prazo.

### 3.2 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

De acordo com Barreto (2000, p. 23), "o crescimento do turismo tem ocorrido ao sabor do mercado, dos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais sem levar em conta os demais atores sociais, e sem a participação das comunidades afetadas". Em concordância, Coriolano (2006, s/p) afirma que "O modelo de turismo adotado pelos grandes empreendedores e governos neoliberais objetiva acumular lucros e divisas, por isto não cumpriu, e provavelmente não cumprirá as promessas de gerar emprego e distribuir renda para todos. Estas ideias vão ficando nos discursos, não chegam às políticas".

De forma contraditória, em estreito diálogo com o que prediz a Economia Solidária, alguns espaços não ocupados pelo grande capital acabam configurando-se em oportunidades de trabalho para desfavorecidos (CORIOLANO, 2006). Nesta perspectiva, indivíduos de uma comunidade se reúnem para produzir de maneira diferenciada, buscando alternativas de sobrevivência econômica na atividade turística, aliadas a outros fatores como a valorização do modo de vida, da cultura e a conservação do meio ambiente (BRASIL. Ministério do Turismo, 2010).

As organizações produtivas com este fim – solidárias, informais, comunitárias – podem ser vistas como um movimento social de resistência ao processo de expansão econômica nos moldes convencionais. Ou podem ser potencializadas de forma complementar à ordem econômica vigente. Estas organizações têm como espaço um território delimitado, no qual se articulam, se mobilizam e estabelecem a cooperação estratégica para a inserção no mercado, a colaboração e a interdependência, e podem incentivar o desenvolvimento endógeno (BRASIL. Ministério do Turismo, 2010; CORIOLANO, 2006; IRVING, 2009). Tal modo de organizar o turismo visa à geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais, e a essas experiências vem sendo atribuído genericamente o título de Turismo de Base Comunitária (TBC) (BARTHOLO JR *et al.*, 2011).

Dentre os conceitos existentes, destacam-se variações adotadas por diferentes atores. A Organização Não Governamental (ONG) *World Wide Fund for Nature* (WWF) em 2003 publicou o *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Com foco no segmento do ecoturismo, segundo a ONG, o Ecoturismo de Base Comunitária pode ser entendido como o “Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade” (WWF, 2003, p. 23). Segundo Carlos Maldonado, especialista da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (RedTurs):

Por Turismo Comunitário entende-se toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos. A característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO, 2009, p. 31).

No entendimento da Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede Tucum), ao contrário do turismo convencional, “no turismo comunitário a população local possui o controle efetivo sobre o seu desenvolvimento, sendo diretamente responsável pelo planejamento das atividades e pela gestão das infraestruturas e serviços turísticos.” (REDE TUCUM, 2013, s/p). Na composição dos roteiros de visitação devem ser privilegiados momentos de vivências com a comunidade, trocas culturais entre visitantes e populações locais e planejadas trilhas de interpretação ambiental (REDE TUCUM, 2013). Para fins desse trabalho adota-se como definição de TBC a elaborada pela comunidade da Prainha do Canto Verde (2014, s/p):

Turismo Comunitário é uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a cogestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território. Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e na autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes.

O turismo de base comunitária adquire, então, um sentido além de um produto turístico convencional baseado em troca monetária entre turistas e destinos

turísticos, e assume papel preponderante no encontro entre os viajantes e a comunidade receptora e seu ambiente, com foco na qualidade da experiência para todos os envolvidos e gerando benefícios localmente.

As distintas definições apontam para a possibilidade de um modelo de desenvolvimento turístico, sustentável, integrado com foco no território. Trata-se de um modelo em que a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, havendo o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade. Além disso, o turismo é uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas localmente (CORIOLANO; LIMA, 2003). Tendo-se essas diferentes definições, observa-se que a gestão comunitária aliada à proposta de vivências com enfoque na troca de experiências destacam-se como as principais singularidades do TBC.

Desta maneira, o que distingue o turismo de base comunitária é o envolvimento, o contato diferenciado proporcionado, a autonomia e a participação das comunidades receptoras. Assim, a proximidade e a hospitalidade características do TBC contribuem para a maior intensidade dessas experiências, o turista é agora viajante, interpreta a cultura e a natureza, não apenas recebe passivamente informações ou fotografa paisagens alheios à sua própria experiência de vida. Compreende-se que no TBC há imersão do visitante nessa realidade diferente de sua rotina.

No TBC pequenos empreendedores, núcleos receptores e comunidades realizam serviços turísticos como hospedagem, alimentação, passeios de barco, trilhas, e na comercialização de produtos como artesanato, vestuário, acessórios, produtos alimentícios, dentre outros. Os empreendimentos turísticos solidários surgem num momento de resistência e ressignificação das formas de cooperação, em variados contextos de histórias, lugares e personagens. Na contradição do individualismo competitivo característico do capitalismo, a solidariedade encontrada nestes empreendimentos, no sentido de relação mútua no compromisso pelo qual os indivíduos se apoiam uns aos outros, está fortalecendo o movimento da economia solidária, ainda que não o façam conscientemente (BETTI, 2012).

O TBC é um fenômeno recente na América Latina e, de acordo com Maldonado (2009), as primeiras viagens a comunidades isoladas aconteceram em meados dos anos 1980. Inúmeras pequenas empresas familiares, cooperativas e comunitárias ao destacarem atributos próprios como suas características culturais e naturais contribuem para o enriquecimento da oferta turística nos âmbitos local,

nacional e internacional, já que a indústria do turismo precisa constantemente conquistar novos espaços e incorporar novas atrações para diversificar sua oferta e corresponder às novas tendências da demanda mundial. Como resultado dessa demanda mercadológica, o crescimento do mercado turístico, cujas correntes mais dinâmicas são o turismo cultural e o turismo de natureza, resultaram nas últimas três décadas em pressões sobre patrimônios naturais e culturais de comunidades rurais e indígenas (MALDONADO, 2009).

Iniciativas públicas e privadas passaram a incentivar o desenvolvimento de iniciativas locais de turismo principalmente em áreas rurais e em suas áreas protegidas, onde há tanto a necessidade de atenuar problemas de ordem social (êxodo rural, insegurança alimentar etc.) como ambientais (conservação da natureza). Desta maneira, organizações ambientalistas não-governamentais “encorajaram diversas comunidades a receber turistas em seus territórios por considerarem uma opção viável para a preservação de recursos naturais, do meio ambiente e da biodiversidade local” (MALDONADO, 2009, p. 26).

Estes incentivos são uma estratégia na criação de alternativas econômicas à população para minimizar os impactos nas áreas de conservação decorrentes de práticas tradicionais de extrativismo vegetal, pesca e caça, bem como promover os valores da conservação da natureza através do turismo, entre outros objetivos. Neste esforço aliaram-se algumas autoridades públicas e empresas privadas, incentivadas por bancos multilaterais convencidos de que as operações turísticas comunitárias contribuem para a diversificação da oferta turística e estão de acordo com as novas correntes da demanda mundial (MALDONADO, 2009).

Irving (2009) parte da interpretação do turismo não apenas em sua vertente de mercado, mas, principalmente, como fenômeno social complexo da contemporaneidade. No contexto global, novas tendências têm marcado sua ressignificação. Uma mudança sutil no perfil de turistas que passam a se conectar progressivamente com os temas da responsabilidade social e ambiental passou a influenciar operadoras e agências internacionais, que, por sua vez, buscaram dar maior visibilidade a destinos turísticos menos convencionais, mas capazes de viabilizar novas experiências e descobertas para um “cidadão global”, em busca de oportunidades de vivências e aprendizagens, para além do “cardápio” de opções disponíveis (IRVING, 2009, p. 109). De maneira complementar, a percepção de que



o desenvolvimento turístico nem sempre tem ocorrido a favor das populações locais passou a exigir medidas de ajuste em planejamento.

No Brasil as experiências de TBC datam de meados dos anos 1990, estabelecidas independentemente de ações públicas e tendo organizações não governamentais e pesquisadores do tema como porta-vozes das iniciativas (BRASIL. Ministério do Turismo, 2010). De acordo com Sansolo e Bursztyn (2009, p. 150), as iniciativas vêm se apresentando em todas as macrorregiões do país, em experiências que “têm em comum as lutas sociais, como a conservação dos recursos naturais, base da subsistência de diversas comunidades; a luta pela terra; a luta pelo direito à memória cultural; a luta por uma educação digna”.

A maior parte das experiências se situa na região nordeste do Brasil (nos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco). Ocorrem em pequenas comunidades, assentadas em povoados, aldeias e vilas e em nenhum dos casos aparece referência a experiências envolvendo um município como um todo. Cerca de 80% dos casos estudados ocorrem nas proximidades, no interior ou contêm áreas protegidas, tanto unidades de conservação quanto em Áreas de Preservação Permanente (APP), como manguezais, dunas, restingas, topos de morros, nascentes e margens de rios (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

Na maioria dos casos são comercializados produtos artesanais de produção local (cooperativas e associações de artesãos ou produção individual), sendo os materiais utilizados específicos de cada localidade. Nessas iniciativas o turismo não é desenvolvido como única atividade econômica, nem a mais importante. Ainda assim, tem fortalecido a autoestima dessas comunidades e se tornado um meio de apoio às suas lutas sociais. Políticas públicas que apoiem as iniciativas de TBC são necessárias, uma vez que os lugares que hoje o promovem são carentes de infraestrutura básica, planejamento e financiamento de ações em suas comunidades (SANSOLO; BURSZTYN, 2009).

### 3.2.1 Pressupostos para o turismo de base comunitária

De acordo com Irving (2009, p. 108), a reflexão sobre turismo de base comunitária no Brasil durante muitos anos trouxe “em sua expressão um sentido

marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”. No entanto, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de comum, de coletivo (IRVING, 2009, p. 111). Buscando uma reflexão balizadora sobre o tema em termos conceituais e metodológicos, Irving (2009) organizou as seguintes premissas centrais para o turismo de base comunitária.

a) Base endógena da iniciativa e desenvolvimento local

Embora frequentemente atores externos funcionem como indutores, o turismo de base comunitária resulta efetivamente de propostas elaboradas com e para os grupos sociais que residem no lugar turístico, os quais mantêm com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica.

O protagonismo social resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, que surge quando o ator se reconhece como agente na construção da realidade. Assim, o TBC está relacionado à perspectiva de desenvolvimento local, na medida em que tais iniciativas para serem sustentáveis, além da potencialidade econômica para uma determinada região, consideram igualmente a valorização da cultura, dos modos de vida, das tradições e das cosmologias locais (IRVING, 2009).

Para o Ministério do Turismo, o desenvolvimento local no turismo relaciona-se à oportunidade de inserção de atores sociais e econômicos em papel ativo na organização da oferta de produtos e serviços em destinos turísticos (BRASIL. Ministério do Turismo, 2010).

b) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos

De acordo com Coriolano (2006), no TBC observam-se mudanças de comportamentos e atitudes em comunidades ou grupos que se organizam proativamente em empreendimentos cooperativos e associativos de modo que a própria comunidade mantenha o controle efetivo da terra e das atividades

econômicas e culturais relacionadas, configurando-se estratégias de sobrevivência. Nestas experiências a comunidade é sujeito de seu próprio avanço, participando desde a concepção do turismo até seu desenvolvimento e gestão, considerando a complexidade, a diversidade e as realidades locais (ZAUOAL, 2009).

A participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos é essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultural (IRVING, 2009; REDE TUCUM, 2013). As vantagens relacionam-se ao compartilhamento da problemática local e a identificação de necessidades essenciais a serem incorporadas na visão de projeto; a adequação ao tempo de resposta do beneficiário; a maior possibilidade de engajamento efetivo dos atores envolvidos; ao desenvolvimento de postura proativa na resolução de problemas sob a ótica da corresponsabilidade; a avaliação realista de custo-benefício das intervenções propostas e, principalmente, na apropriação do projeto pelo próprio beneficiário.

No entanto, é importante compreender que os processos participativos são lentos, envolvem custos adicionais e exigem um elevado investimento em formação de recursos humanos e na construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais e de gerar respostas (IRVING, 2009).

### c) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados

O TBC visa à geração de impactos favoráveis nas dimensões econômica e social em harmonia com o meio ambiente e com as culturas locais (BARTHOLO JR *et al.*, 2011; PRAINHA DO CANTO VERDE, 2013; WWF, 2003). Assim, tem como premissa essencial seu desenvolvimento em escala limitada (IRVING, 2009). Para Irving (2009, p. 115), “Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é o objetivo de iniciativas desta natureza”. Ao contrário, o TBC vincula-se a uma nova filosofia no pensar e fazer o turismo enquanto alternativa real aos padrões de mercado. Busca-se assim assegurar a qualidade ambiental e social do destino (IRVING, 2009).

d) Geração de benefícios diretos à população local

A geração de benefícios diretos à população local representa um dos pré-requisitos para o TBC (BARTHOLO JR *et al.*, 2011; CORIOLANO, 2006; MALDONADO, 2009). Segundo Irving (2009, p. 116), “No entanto, as discussões sobre o tema são frequentemente teóricas e tendem a recair, na maioria dos casos, na ‘armadilha’ do turismo como garantia de geração de emprego e renda”. Sendo assim, as iniciativas de base comunitária devem assegurar dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo e evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela dos grupos envolvidos (IRVING, 2009).

e) Afirmação cultural e interculturalidade a partir do “encontro”

A valorização da cultura assume importância não como a configuração de um “produto”, mas com o objetivo de afirmação de identidade e pertencimento. O lugar turístico proporciona, ao mesmo tempo, a afirmação das identidades do destino e o compartilhamento das múltiplas identidades que se expressam e são intercambiadas nesta busca simultânea de “quem está” (comunidade receptora) e “quem vem” (turistas) (IRVING, 2009, p. 117; MALDONADO, 2009; REDE TUCUM, 2013).

f) O “encontro” como condição essencial

O encontro entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua, é condição para o turismo de base comunitária (MALDONADO, 2009; REDE TUCUM, 2013). De acordo com Irving (2009, p. 117), “[...] para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são, simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo”. Nessa dinâmica, a qualidade da vivência do visitante está relacionada à qualidade de vida do anfitrião. A hospitalidade é ressignificada e passa a ter a conotação de processo permanente de retroalimentação e construção de laços sociais.

Para Irving (2009), um dos equívocos frequentes em planejamento turístico tem sido transformar o lugar turístico para atender às expectativas de uma demanda padrão, visando aumento de receita e incremento das estatísticas turísticas. No caso do turismo de base comunitária o perfil desejado de turista é diferenciado: ele é também protagonista, devendo estar permeável à diferença, apresentar postura ativa em busca de conhecimento da realidade local e compromisso com o que pode gerar de novo e ético nesta relação.

### 3.2.2 Turismo de base comunitária em Unidades de Conservação

Todavia, no Brasil não há consolidada uma orientação específica para essa modalidade de turismo nas UCs. Enquanto única política pública em âmbito federal, em 2008 o MTur apoiou iniciativas de TBC via Edital de Chamada Pública<sup>27</sup>. O edital não objetivou apoio específico a projetos em UCs ou considerou esse um critério de seleção, apenas indicava como prioritários aqueles localizados em áreas de Parques Nacionais e/ou de entorno de áreas de preservação, entre outros nove itens considerados na avaliação das propostas. Dentre as 42 selecionadas, treze inseriam-se em áreas de abrangência de unidades de conservação de diferentes categorias de manejo (APÊNDICE 1) (BRASIL. Ministério do Turismo, 2010).

Ações com foco específico no TBC em unidades de conservação vêm sendo desenvolvidas pelo ICMBio. Em 2011 realizou-se em São Luís (MA) um seminário para discutir a modalidade nas Reservas Extrativistas federais. Como resultado, considerou-se relevante para o planejamento que o ICMBio adote o TBC como diretriz no desenvolvimento da visitação pública nas Reservas Extrativistas e Reservas de Desenvolvimento Sustentável, bem como expanda o modelo de gestão para o conjunto de UCs federais.

Além disso, indicou-se preferencialmente o uso do termo *turismo de base*

---

<sup>27</sup> Edital MTur Nº 001/2008. As ações dos projetos deveriam contemplar pelo menos uma das cinco linhas temáticas: produção associada ao turismo; qualificação profissional; planejamento estratégico e organização comunitária; promoção e comercialização; e fomento às práticas de economia solidária. No total, foram formalizados 42 convênios, dos quais 39 com instituições não governamentais e 3 com órgãos do poder público. O investimento total, considerando o repasse do MTur e a contrapartida dos parceiros, chegou a aproximadamente R\$ 7 milhões entre os anos de 2008 e 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/Oqgsqz>>. Acesso em 14/03/2014.

*comunitária* ao invés de *ecoturismo*, uma vez que *ecoturismo* refere-se a um dos diferentes segmentos da atividade turística. Já a expressão *de base comunitária* associa-se à forma de organização e ao modelo de gestão do turismo, ampliando-se as possibilidades de arranjos institucionais e segmentos do turismo passíveis de desenvolvimento (por exemplo: turismo rural, turismo cultural, entre outros) (ICMBIO; CNPT, 2012).

No evento ainda propôs-se a criação de um Grupo de Trabalho (GT) no ICMBio para discutir o tema, o qual foi designado em 2013 (ICMBIO, 2013b), constituído pelos servidores do ICMBio e representantes das comunidades beneficiárias de UCs federais. Em 2014 o GT deverá apresentar minuta com as diretrizes institucionais e metodologia para planejamento e implementação do TBC nas unidades de conservação federais. Ao longo de 2013 foram realizadas outras ações (seminários regionais, intercâmbios, oficinas de sensibilização, cursos etc.) voltadas para o desenvolvimento do TBC, especialmente para reservas extrativistas na Amazônia (ICMBIO, 2013c, 2013d, 2013e).

A seguir serão apresentadas quatro experiências de turismo de base comunitária em unidades de conservação com o objetivo de ilustrar a diversidade de contextos e formas de organização. Duas iniciativas acontecem em UCs de proteção integral, sendo uma o projeto *Tartaruga Imbricata*, no Parque Nacional do Cabo Orange (AP) e a outra a organização da *Comunidade do Marujá*, no Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP). Os outros dois casos ocorrem em UCs de uso sustentável, sendo apresentada inicialmente a *Pousada Uacari*, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM) e posteriormente o *Turismo de Base Comunitária na Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde* (CE).

a) *Tartaruga Imbricata* - Parque Nacional Cabo Orange (AP)

O Parque Nacional do Cabo Orange<sup>28</sup> (PNCO) está localizado no extremo norte do estado do Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa e na foz do rio Oiapoque. Compreende partes dos municípios de Calçoene e Oiapoque, abrangendo manguezais, campos naturais, florestas flúvio-marinhas, inundáveis e de terra firme. As comunidades que vivem no PNCO e seu entorno apresentam

---

<sup>28</sup> Criado por meio do Decreto Federal nº 84.913/80.

baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) (entre 0,651 e 0,750) e utilizam para subsistência recursos naturais do parque na extração de frutos, cultivo de mandioca, caça e pesca. A restrição à caça, à pesca, à captura de quelônios, à retirada de madeira e a proibição de queimadas tem modificado as atividades dessas comunidades, resultando em uma situação de conflito e um ambiente de animosidade frente ao ICMBio (ICMBIO, 2010).

Iniciado em 2009, o *Tartaruga Imbricata - Tortue Imbriquee* desenvolve uma rota de turismo integrando Roura, na Guiana Francesa, ao PNCO, no Brasil, via marítima e terrestre. O modelo de TBC formou parceria entre comunidades, uma empresa de turismo da Guiana Francesa, que conduz em sua lancha grupos de Roura (Guiana Francesa) ao PNCO, e o ICMBio, que apoia com o barco regional do Parque em águas brasileiras. A execução do projeto contou ainda com o apoio de instituições brasileiras e francesas, como a Universidade de Brasília (UnB) e a Embaixada da França (ICMBIO, 2010; SILVA; KORNIJEZUC; DELELIS, 2014).

Na rota, ao turista são apresentados aspectos do modo de vida local, como a forma artesanal de preparo do chocolate, da farinha e do beiju. As refeições são preparadas pelas comunidades, com produtos disponíveis localmente. De acordo com Silva e Martins (2010, s/p), o turismo de base comunitária no PNCO “[...] oportuniza a ressignificação da experiência cultural das comunidades locais, traduzida em possibilidades de se integrarem ao manejo da UC, abrandando alguns efeitos negativos da realocação dessas populações”. O projeto não partiu das comunidades, mas despertou seu interesse porque o turismo promoveu melhoria da qualidade de vida, integração às atividades do parque e fortalecimento da cultura; contribui para o escoamento da produção local nos barcos envolvidos na visitação; inibe atividades ilícitas na área do PNCO e a visitação e a venda direta de seus produtos gera renda às comunidades (SILVA; KORNIJEZUC; DELELIS, 2014).

#### b) Comunidade do Marujá - Parque Estadual da Ilha do Cardoso (SP)

O Parque Estadual da Ilha do Cardoso<sup>29</sup> (PEIC) localiza-se no município de Cananéia, litoral sul do estado de São Paulo e divisa com o estado do Paraná. Está inserido na região do Vale do Ribeira e integra o maior contínuo de Mata Atlântica do

---

<sup>29</sup> Criado por meio do Decreto Estadual nº 40.319/62.

Brasil. O setor paulista desta região apresenta os mais baixos indicadores sociais do estado e compreende 51% de seu território dentro de UCs. Com o advento da legislação ambiental a partir da década de 1950 e a criação do Parque em 1962 algumas atividades tradicionais praticadas foram restringidas, como a roça de subsistência e o extrativismo vegetal (CAMPOLIM; PARADA; YAMAOKA, 2008).

Distribuídos em seis comunidades, os moradores locais têm como principais fontes de renda as atividades pesqueiras estuarina e costeira e as vinculadas ao turismo. A comunidade do Marujá encontra-se na restinga sul da Ilha, na face voltada para o canal do Ararapira, sendo a mais povoada. Perfaz um total de 174 habitantes, composto por 90,6% de ocupantes tradicionais e 9,4% de não tradicionais (CAMPOLIM; PARADA; YAMAOKA, 2008).

No verão de 1997/1998 iniciou-se o ordenamento da visitação pública em um processo participativo de identificação, planejamento de ações e resolução de problemas, formatação de diretrizes e atividades do Plano de Manejo do PEIC. A partir da formação da Associação dos Moradores do Marujá (AMOMAR) em 1998, foram eliminadas áreas de campings de moradores não tradicionais e as grandes concentrações de barracas em poucas áreas de acampamento.

Houve melhorias na distribuição das cotas de barracas e na qualidade dos serviços, possibilitando o aumento no valor cobrado. A capacidade total de suporte na comunidade do Marujá foi calculada através do número de leitos disponíveis para o pernoite de visitantes, divididos entre áreas de acampamento, pousadas-residência e aluguel de residências. Para que esse limite não seja superado, é realizado o monitoramento nos meios de hospedagem pela Comissão de Turismo dessa comunidade e representantes do PEIC. As áreas de acampamento autorizadas possuem limite no número de barracas, as reservas são indispensáveis e feitas por funcionários contratados pela AMOMAR, que operam o telefone comunitário (CAMPOLIM; PARADA; YAMAOKA, 2008).

A Comissão de Turismo da AMOMAR arrecada uma taxa por barraca/dia e outra por pessoa hospedada nas pousadas, sendo o recurso revertido em projetos comunitários, como, por exemplo, a logística para monitores ambientais e estagiários na operação verão e a coleta seletiva de lixo. A comunidade apresenta iniciativas de resgate cultural do fandango, gerenciamento do escoamento do resíduo sólido do local (custeia o transporte e paga o funcionário), cobre despesas com alimentação da equipe médica que trabalha no local periodicamente, dentre outros. Diante de



suas conquistas, a AMOMAR afirma que “[...] é possível realizar a gestão comunitária dentro de uma unidade de conservação de proteção integral, conciliando os interesses da comunidade tradicional e a conservação de recursos naturais” (AMOMAR, 2014, s/p).

c) Pousada Uacari - Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM)

A Pousada Uacari está localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá<sup>30</sup>, em meio à floresta Amazônica, na confluência dos Rios Japurá e Solimões. O portão de entrada é a cidade de Tefé, estado do Amazonas, a uma hora e meia de Manaus via avião, e a 48 horas de barco regional.

A Uacari integra o Programa de Ecoturismo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Ao todo, sete comunidades participam no gerenciamento da pousada, na prestação de serviços de hotelaria, na condução de visitantes nas trilhas, nas tomadas de decisão através da Associação de Guias e Auxiliares de Ecoturismo (AAGEMAM), fornecendo produtos para a pousada, recepcionando turistas nas suas comunidades e comercializando artesanato.

Os excedentes financeiros da pousada são divididos 50% para o sistema de fiscalização comunitária e 50% entre as comunidades. Uma comissão com membros de todas elas avalia a participação e o respeito às normas de conduta estabelecidas para determinar o valor que cada uma receberá na divisão. A pousada contrata para o trabalho a AAGEMAM no intuito de distribuir ao máximo os benefícios econômicos gerados entre as cerca de 50 pessoas que trabalham em um sistema de rodízio, sendo solicitados por vez e de acordo com o número de turistas recebidos (POUSADA UACARI, 2012).

d) Prainha do Canto Verde – Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde - CE

A Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde está localizada no município de Beberibe, estado do Ceará. Visa proteger os meios de vida, a cultura e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente

---

<sup>30</sup> A Estação Ecológica de Mamirauá, criada por meio do Decreto Estadual n.º12.836/1990, foi transformada em Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá por meio da Lei Estadual nº 2411/ 1996.

utilizados pela população extrativista residente na área de abrangência da Reserva e demais populações habitantes de áreas contíguas (BRASIL, 2009).

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade pesqueira marítima, cuja atividade artesanal é de relevância socioeconômica e cultural. Reconhecida internacionalmente por sua organização comunitária, ação coletiva e a luta contra especuladores imobiliários e a pesca predatória, sua população é de aproximadamente 1.100 habitantes. Localiza-se no distrito de Paripueira em uma planície litorânea de elevado valor econômico, em meio a campos de dunas (fixas e móveis), lagoas temporárias (interdunares) e planícies alagáveis (FABRINO, 2013).

Em 1989 foi fundada a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, com o objetivo de tratar judicialmente a questão da terra contra a posse e grilagem de agentes externos. Em 1995, o Tribunal de Justiça do Ceará condenou a compra de terras como ato de grilagem e concedeu vitória à comunidade. Em 1997, a Associação de Moradores criou o Conselho de Turismo, e este elaborou a missão do projeto de turismo da Prainha do Canto Verde: “desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem estar dos moradores; preservando os nossos valores culturais e os recursos naturais da nossa região” (SHÄRER, 2003). Como resultado da luta comunitária para controlar a pesca na comunidade, em 2009 criou-se a RESEX<sup>31</sup> (FABRINO, 2013).

De acordo com Fabrino (2013), os empreendimentos vinculados ao turismo comunitário são duas pousadas, um restaurante, serviços e opções de lazer que incluem merendeiras, cozinheiras, espaço para eventos, grupos de artesanato, trilhas ecológicas, traslados e passeios de buggy, barco e catamarã, todos organizados e operacionalizados por membros da própria comunidade. O TBC é entendido como “[...] uma oportunidade para aperfeiçoar a organização comunitária, o desenvolvimento local e a cogestão para preservar o patrimônio natural, cultural e as formas de vida tradicionais das comunidades e do seu território [...]” (TURISMO..., 2014).

As experiências relatadas ilustram a diversidade de possibilidades para o TBC nas unidades de conservação. Uma vez que o Brasil possui riqueza natural e

---

<sup>31</sup> A Reserva possui 29.216,71 hectares, sendo que desses 577,55 compõem a parte terrestre. Diante das restrições de uso, tais como proibição na venda das propriedades e regulamentação na construção das casas, não houve consenso a respeito da parte terrestre, ocasionando uma divisão da comunidade em dois blocos. A Associação Independente dos Moradores da Prainha do Canto Verde - AIMPCV surgiu em 2011 por integrantes dissidentes da Associação dos Moradores da Prainha do Canto Verde, por serem contrários à parte terrestre da Reserva (FABRINO, 2013).

cultural, mas também condições sociais desiguais, desenvolver um modelo de turismo para o SNUC tem como desafio descobrir um modelo próprio. Ainda que exemplos de outros países possam trazer ensinamentos não é viável uma padronização, pois cada região do país, suas realidades e unidades de conservação são peculiares (KINKER, 2005).

Irving (2009) afirma que o fenômeno turístico e o processo de globalização são irreversíveis. Sendo assim, pensar um horizonte desejável não mais se traduz na discussão de incompatibilidades e riscos, mas “na concepção e desenvolvimento de alternativas criativas e inovadoras de um tipo de turismo que internalize a variável local e as identidades envolvidas como elemento central de planejamento” (IRVING, 2009, p. 108). Sendo o turismo uma das atividades mais relacionais existentes (ZAOUAL, 2009), no TBC sua expressão é ainda maior, na medida em que proporciona o encontro entre pessoas e seus mundos.

Desse modo, o TBC vai ao encontro da *Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento*, uma vez que se contrapõe a modelos homogêneos e burocratizantes de turismo ao evidenciar o olhar do lugar, do sítio simbólico de pertencimento (ZAOUAL, 2009), para que determinado grupo social possa autogerir-se e desenvolver seu potencial socioeconômico, preservar seu patrimônio ambiental e superar suas limitações, com vistas à melhoria contínua da qualidade de vida de seus indivíduos.

Ao final desse referencial teórico conclui-se que a maior contradição do pensamento conservacionista hegemônico é defender mecanismos capitalistas de mercantilização da natureza para a resolução de problemas ecológicos causados por esse próprio sistema (BÜSCHER *et al.*, 2012). Como já mencionado, o crescimento econômico por si só tende a agravar a problemática socioambiental (LEFF, 2007). Conforme Martins (2002<sup>32</sup> *apud* SCHNEIDER; PEYRÉ TARTARUGA, 2004), é difícil reconhecer a legitimidade de um modelo de desenvolvimento que exclui inumeráveis seres humanos das oportunidades de participação não só nos frutos como também na produção da riqueza. Portanto, desafiando a lógica dominante, as alternativas que promovam o desenvolvimento em suas multidimensões, tal como o TBC, são consideradas mais interessantes, pensando o turismo a partir da visão local, em escala limitada, distribuindo-se de forma justa os

---

<sup>32</sup> MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

recursos disponíveis e proporcionando qualidade da experiência tanto para quem recebe quanto para quem visita.

Dado o exposto, o capítulo seguinte detalhará a metodologia utilizada na elaboração da pesquisa.

## **4 ESTUDO DE CASO: TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE GUARAQUEÇABA (PR)**

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o caminho metodológico percorrido para realização do estudo de caso em Guaraqueçaba e a caracterização geral do município, incluindo as duas unidades de conservação estudadas: o Parque Nacional do Superagüi e a Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba.

### **4.1 O CAMINHO METODOLÓGICO**

O município de Guaraqueçaba, localizado no litoral norte do estado do Paraná, foi escolhido como recorte espacial tendo em vista que diversas categorias de unidades de conservação protegem integralmente o seu território. Outros fatores determinantes relacionam-se às suas características socioeconômicas: baixo Índice de Desenvolvimento Humano, demandando, portanto maior atenção ao desenvolvimento local; o turismo recorrentemente sendo apontado como alternativa e a existência de iniciativas de base comunitária. De forma complementar, contribuíram para a escolha o prévio conhecimento da região pela pesquisadora e a maior proximidade a Curitiba em relação a outras UCs indicadas para a realização da pesquisa.

Selecionaram-se duas unidades de conservação federais de categorias e grupos de manejo diferentes: a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba, pertencente ao grupo de manejo de uso sustentável, e o Parque Nacional do Superagüi (PNS), integrante do grupo de manejo de proteção integral. Guaraqueçaba está totalmente inserida na área da APA e representa 74% desta. Por sua vez, o PNS insere-se totalmente no município de Guaraqueçaba, e conseqüentemente na APA.

Para responder ao objetivo geral dessa pesquisa, investigar formas de organização comunitária denominadas Turismo de Base Comunitária enquanto modelo alternativo de turismo em Unidades de Conservação da Natureza para o desenvolvimento local, foi realizada pesquisa qualitativa utilizando-se o método de estudo de caso. Segundo Yin (2010), essa é uma estratégia utilizada quando se

busca examinar acontecimentos contemporâneos e não existe a necessidade ou o interesse em manipular os comportamentos relevantes identificados. Dessa maneira, “O estudo de caso permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real” (YIN, 2010, p. 24), como, por exemplo, os ciclos de vida e o comportamento dos grupos. Portanto, o método auxiliará na compreensão de fenômenos sociais complexos como a formação e gestão de iniciativas coletivas e sua relação com unidades de conservação, preservando as características significativas dos acontecimentos autênticos.

Um estudo de caso caracteriza-se por fazer uso de múltiplas fontes de evidências, permitir a utilização da abordagem qualitativa e quantitativa, analisar e correlacionar variáveis diferentes, e beneficiar-se de proposições teóricas anteriores que guiam a coleta e a análise de dados (YIN, 2010). Nesse sentido, elaborou-se referencial teórico que embasa o desenvolvimento da pesquisa de campo adotando-se o método teórico-histórico, utilizando-se a técnica bibliográfica para identificação de autores, textos de referência, principais conceitos e questões em torno da temática. Os instrumentos constituíram-se de materiais publicados em livros, periódicos e documentos e foram realizadas atividades de pesquisa bibliográfica, coleta de material e fichamento.

Durante a fase de campo a pesquisadora participou como bolsista no projeto *Economia Solidária e Turismo no Litoral do Paraná*<sup>33</sup>, executado em Guaraqueçaba a partir de junho de 2013 pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, extensão universitária da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR). Devido à afinidade de temas e coincidência da área de abrangência do projeto e da pesquisa houve aproximação e mútua colaboração entre ambos. Dados coletados na fase de campo da dissertação colaboraram para o diagnóstico do projeto, que por sua vez financiou grande parte dos custos desta (deslocamentos, hospedagem e alimentação), possibilitou maior contato com as comunidades e atores envolvidos e contribuiu para o enriquecimento na análise dos dados. A partir dos aportes teóricos e práticos advindos da participação em atividades da ITCP/UFPR considera-se que a experiência fora fundamental para a pesquisa, cooperando para que fosse realizada com a qualidade necessária.

---

<sup>33</sup> Convênio n.º 599/2007 entre Ministério do Turismo e Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP.

#### 4.1.1 Coleta de dados

Diferentes técnicas foram empregadas para alcance dos objetivos específicos da pesquisa. Visando analisar o contexto atual do TBC em Guaraqueçaba no intuito de compreender como diferentes atores do território entendem essa modalidade e identificar iniciativas comunitárias relacionadas ao turismo existentes realizaram-se entrevistas, pesquisa bibliográfica e documental em pesquisas científicas, relatórios e parecer técnicos, legislação e sites. Foram entrevistados a secretária de Turismo e Cultura de Guaraqueçaba, a diretora municipal de Turismo, a diretora municipal de Geração e Renda, o gestor do Parque Nacional do Superagüi e moradores das comunidades.

Dentre as iniciativas identificadas três foram pré-selecionadas para análise, dado conhecimento prévio e considerando estarem localizadas em áreas de abrangência de UCs de diferentes categorias e grupos de manejo: o Restaurante Ilha das Peças, a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa e a Cooperativa de Ecoturismo Cooperguará Ecotur. Inicialmente elaborou-se um roteiro semiestruturado (APÊNDICE 2) e então foram entrevistadas as representantes de cada iniciativa, no intuito de compreender o funcionamento e as principais características de cada organização, além de verificar o interesse e a disponibilidade de participarem das demais fases da pesquisa. Visto dificuldades de contato com a Cooperguará para obtenção de mais informações e a inviabilidade de reunião dos cooperados para participar da fase seguinte da pesquisa, uma vez que estão espalhados por todo o município e o transporte não é facilitado, por fim, optou-se analisar apenas o Restaurante e a Arte Nossa.

Na sequência, uma série de questões foi elaborada para analisar atendimento a pressupostos do TBC pelas iniciativas e se estas contribuem para o desenvolvimento local. As questões foram investigadas por meio de entrevistas individuais e atividade em grupo. Foram levantados dados para análise de quais dos seguintes pressupostos para o TBC são atendidos em cada experiência: a) base endógena da iniciativa; b) participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos; c) escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados; d) geração de benefícios diretos à população local; e) afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro (IRVING, 2009). Ressalta-

se que, considerando-se o TBC um processo em constante transformação, e não uma categoria rígida, a pesquisa não pretendeu enquadrar as iniciativas pesquisadas como tal, mas sim identificar o atendimento a um ou mais pressupostos.

Baseando-se em um roteiro semiestruturado (APÊNDICE 3), em novembro de 2013 foram entrevistados membros do Restaurante Ilha das Peças e da Cooperativa Arte Nossa. Dentre as doze associadas do Restaurante Ilha das Peças nove foram entrevistadas (uma encontrava-se ausente durante o período da pesquisa e outras duas preferiram não responder). A Cooperativa Arte Nossa contava com dezenove membros registrados, mas apenas quinze pessoas estavam participando das reuniões e entregando artesanato para comercialização. Destes, onze foram entrevistados. Para preservar as identidades, os entrevistados serão identificados como locutores (L) enumerados de 1 a 21.

Seis questões foram aplicadas em grupo. Buscou-se observar aspectos de protagonismo e interação entre seus membros, elaborar um diagnóstico participativo e cenários desejados. A coleta dos dados foi realizada em um Círculo de Cultura em cada empreendimento. Nas palavras de Paulo Freire (1967, p. 103), principal idealizador dos círculos de cultura, esse método privilegia, em lugar de professor, com tradições fortemente “doadoras”, o coordenador de debates; em lugar de aula discursiva, o diálogo; em lugar de aluno, com tradições passivas, o participante de grupo. As seguintes questões foram escritas em folhas de *flip-chart*:

- O que mudou na vida de vocês desde que entraram na associação?
- Quais são os pontos fortes e fracos da associação/ cooperativa?
- O que esperam para o futuro de vocês e da associação/ cooperativa?
- Quais são os pontos fortes e fracos do turismo?
- Como vocês imaginam e gostariam que fosse o turismo no futuro?
- Se vocês pudessem escolher livremente, como vocês imaginam e gostariam que fosse o Parque/ a APA no futuro?

Na realização dos círculos contou-se com a colaboração de dois mediadores externos (membros da ITCP/UFPR), convidados para auxiliar na pesquisa. No intuito



de otimizar o tempo, no círculo realizado no Restaurante Ilha das Peças (FIGURA 3) as nove associadas presentes foram divididas em dois subgrupos, cada qual acompanhado por um mediador (FIGURAS 4, 5 e 6).



FIGURA 3 - FORMAÇÃO DO CÍRCULO DE CULTURA NO RESTAURANTE ILHA DAS PEÇAS  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 4 - FORMAÇÃO DOS GRUPOS  
FONTE: a autora (2013)



FIGURAS 5 e 6 - GRUPOS DE TRABALHO  
FONTE: a autora (2013)

As questões também foram divididas e assim cada subgrupo respondeu três questões diferentes, levando-se aproximadamente uma hora. Os mediadores estimularam o debate e anotaram as respostas, e a pesquisadora pode observar ambos os subgrupos. Ao final fez-se a devolutiva para todos os presentes. Desse modo, foi possível que um subgrupo complementasse as respostas do outro. A

devolutiva (FIGURAS 7 e 8) caracteriza-se como um processo de negociação, à medida que pontos destacados na pesquisa podem ser questionados e modificados pelo grupo, assim como podem ser incluídos pontos ausentes durante os círculos de cultura (FREIRE, 1967).



FIGURAS 7 e 8 – VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS  
FONTE: NARDELLI (2013)

Esse momento provocou amplo debate porque no diagnóstico surgiram questões internas da associação que mereceram maior atenção. Portanto, o tempo planejado em uma hora estendeu-se para quase duas horas, tornando o processo cansativo especialmente para as associadas.

Na realização do círculo de cultura junto à Cooperativa de Artesãos (FIGURAS 9 e 10) compareceram seis cooperados. Para diminuir o período do encontro optou-se por trabalhar com todo o grupo ao mesmo tempo. Solicitou-se a colaboração de um dos cooperados, que leu as questões e anotou as respostas do debate, para que houvesse maior apropriação dos resultados obtidos por parte da própria cooperativa. A opção de trabalhar com todos ao mesmo tempo agilizou o trabalho, uma vez que a repetição das questões e das respostas ao final da validação não foi necessária, tendo sido realizado no tempo previsto de duas horas.



FIGURAS 9 e 10 - CÍRCULO DE CULTURA NA ARTE NOSSA  
 FONTE: ZECH (2013)

Na etapa seguinte, para atendimento ao objetivo específico de identificação de perspectivas para o TBC nas UCs estudadas verificou-se a inserção do tema e demais informações em instrumentos de planejamento e gestão das unidades por meio de pesquisa documental (leis e decretos de criação, estudos e planos de manejo e gestão das unidades), pesquisa bibliográfica (pesquisas científicas, parecer e relatórios técnicos) e entrevistas aos seus gestores.

#### 4.1.2 Análise e interpretação dos dados

Como pressuposto para a realização deste estudo, considera-se que a concepção que o ator tem do seu mundo e do significado de suas ações deve estar na raiz das definições propostas para uma dada situação (ZAQUAL, 2009). Compreende-se que sua prática não abrange a totalidade do que é expresso ou oculto nas falas dos entrevistados. São produzidas interpretações da realidade, vistas não como “a verdade”, mas como versões com pretensões científicas desta realidade.

Sendo assim, a partir dos dados provenientes da pesquisa de campo, serão privilegiadas as interpretações dos atores a respeito das questões trabalhadas, sendo transcritas alguma de suas falas. Consideram-se atores os participantes das iniciativas de TBC, os gestores das UCs e demais gestores públicos, organizações não governamentais, iniciativa privada, universidades etc.

Para compreensão do contexto atual do TBC em Guaraqueçaba verificou-se o conteúdo de pesquisas científicas, relatórios e parecer técnicos, legislação, sites e depoimentos obtidos em entrevistas, no intuito de averiguar quais são as iniciativas e as abordagens existentes a respeito. Deste modo, a partir do discurso de diferentes atores observou-se qual é o entendimento a respeito do TBC e a partir de quais justificativas ou objetivos a modalidade é indicada. Os resultados do mapeamento das iniciativas de base comunitária foram sistematizados em um quadro com informações básicas caracterizando cada iniciativa (QUADRO 5).

Para análise das iniciativas de base comunitária, os depoimentos obtidos nas entrevistas e nos círculos de cultura foram agrupados de acordo com os pressupostos do TBC. Por vezes, procurou-se destacar o diálogo entre tais depoimentos e aspectos teóricos apresentados na revisão bibliográfica. Ao final, elaborou-se um quadro síntese caracterizando ambas as iniciativas em relação a tais pressupostos, indicando quais são atendidos ou não, no intuito de apontar caminhos para um turismo planejado. O quadro indica ainda a quais dimensões do desenvolvimento local cada pressuposto relaciona-se (tendo-se elencadas a ambiental, a social, a cultural e a econômica), mesmo que se considere serem estas dimensões transversais e complementares.

Por fim, para identificar perspectivas para o TBC na APA e no PNS verificaram-se as características de cada UC, o conteúdo dos depoimentos dos gestores entrevistados, a existência e o teor de planos de manejo, planos de uso público e turismo e de instâncias de governança da atividade turística (câmaras técnicas ou grupos de trabalho, por exemplo) nos respectivos conselhos gestores, entre outros aspectos.

## 4.2 GUARAQUEÇABA NO CONTEXTO PARANAENSE

O estado do Paraná está situado na Região Sul do Brasil. Faz divisa com os estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul, fronteira com a Argentina e o Paraguai e limite com o Oceano Atlântico (FIGURA 11). Ocupa uma área de 199.880 km<sup>2</sup> e sua capital é Curitiba.

A economia paranaense é a quinta maior do País. O estado responde por 5,98% do PIB nacional, registrando uma renda *per capita* de R\$ 22,7 mil em 2011, acima do valor de R\$ 21,5 mil referente ao Brasil, e renda média domiciliar *per capita* de R\$ 870,59. Destaca-se como o maior produtor nacional de grãos e em produtividade devido à utilização de avançadas técnicas agrônômicas. Em 2013 o Paraná respondeu por 7,5% dos US\$ 242 bilhões das exportações nacionais, alcançando a quinta posição entre os estados brasileiros (IPARDES, 2014).

O IDH-M do estado é de 0,507, colocando-o na quinta posição do ranking brasileiro (IPARDES, 2014). Diante desses dados pode-se afirmar que o Paraná é um estado economicamente desenvolvido, destacando-se na economia nacional.



FIGURA 11 - ESTADO DO PARANÁ: LOCALIZAÇÃO NO BRASIL E NA AMÉRICA DO SUL  
 FONTE: IPARDES (2014)

Por outro lado, agrícola por excelência, o setor cresceu em detrimento das áreas florestais (MIGUEL; ZANONI, 1998). De acordo com o Conselho Nacional Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (2014), originalmente, 84,7%, (169.197 km<sup>2</sup>) do território paranaense eram cobertos pela Mata Atlântica, sendo o restante composto por formações campestres, manchas de Cerrado e algumas tipologias de vegetação da faixa litorânea. Porém, já em 1980 apenas 7% da sua superfície total possuía ainda cobertura florestal natural, dos quais 30% estavam concentrados na região litorânea.

A Mata Atlântica, complexo e exuberante conjunto de ecossistemas de grande importância, abriga parcela significativa da diversidade biológica do Brasil, reconhecida nacional e internacionalmente no meio científico. No entanto, é também um dos biomas mais ameaçados do mundo devido às constantes agressões ou ameaças de destruição dos *hábitats* nas suas variadas tipologias e ecossistemas associados (SOS MATA ATLÂNTICA, 2013):

Desde o descobrimento do Brasil pelos europeus, os impactos de diferentes ciclos de exploração, da concentração das maiores cidades e núcleos industriais e da alta densidade demográfica fizeram com que a vegetação natural fosse reduzida drasticamente. (SOS MATA ATLÂNTICA, 2013, s/p).

Originalmente foi a floresta com maior extensão latitudinal do planeta. Cobria uma faixa de 1.085.000 km<sup>2</sup>, aproximadamente 11% do território nacional. Atualmente existem apenas 8,5% (11.189.009 ha) de remanescentes mais preservados em áreas acima de 100 hectares (SOS MATA ATLÂNTICA, 2013). O Paraná, além de ser o quarto no ranking de desmatamento, com 2.011 hectares perdidos entre 2011-2012, destacou--se negativamente pelo aumento de 50% na taxa de desmatamento no período.

No estado a região litorânea (FIGURA 12) configura-se entre os maiores percentuais de remanescentes de cobertura florestal por município, com índices entre 60 e 80%. Reconhecida pela UNESCO como pertencente à Reserva da Biosfera da Mata Atlântica em 1991, essa porção do litoral brasileiro concentra ecossistemas de grande biodiversidade e relativa fragilidade em razão de suas características climáticas e geomorfológicas (ZANONI *et al.*, 2000), além de pressões antrópicas sofridas.

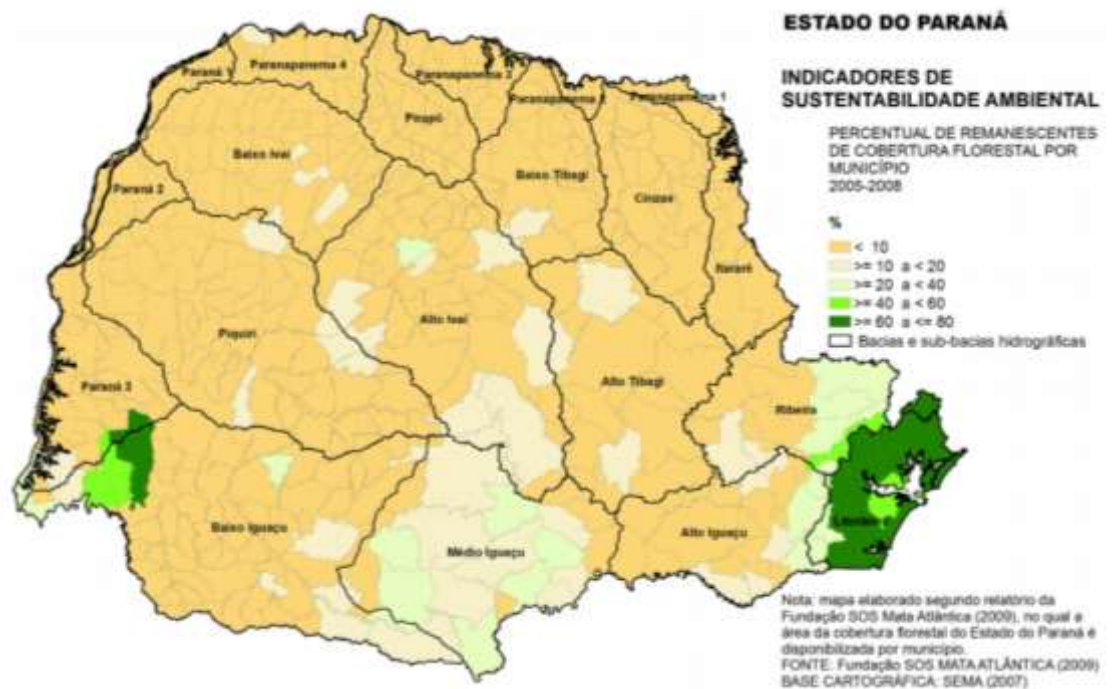


FIGURA 12 – ESTADO DO PARANÁ: PERCENTUAL DE REMANESCENTES DE COBERTURA FLORESTAL POR MUNICÍPIO  
 FONTE: FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA (2009) *apud* IPARDES (2014)

Constituída pelos municípios de Antonina, Guaraqueçaba, Guaratuba, Matinhos, Morretes, Pontal do Paraná e Paranaguá, a região litorânea abrange uma superfície de cerca de 6.600 km<sup>2</sup> entre o Oceano Atlântico e a Serra do Mar. Representando apenas 5% do território estadual, porém, concentra sua diversidade física e biológica: morros e serras de até 1.600 m de altitude, remanescentes de antigos planaltos, planícies e leques aluviais, planícies costeiras, grandes ilhas costeiras e amplos complexos estuarinos. A população humana da região é de 265.392 habitantes (IBGE, 2010) e as principais formas atuais do uso do solo costeiro no Paraná são o portuário, o pesqueiro, o turístico e a conservação de ecossistemas (PIERRI *et al.*, 2006).

#### 4.2.1 Caracterização geral

O município de Guaraqueçaba difere do contexto estadual de riqueza econômica e degradação ambiental e destaca-se pelo território 100% protegido por

um mosaico de unidades de conservação, singular cultura local e índices socioeconômicos dentre os piores do Paraná. Localizado no litoral norte (25°18' 24"S, 48°19'44"W), a 167 km de Curitiba, o município faz divisa ao norte com o município de Cananéia (SP), a oeste com os municípios de Antonina e Campina Grande do Sul, e ao sul com o de Paranaguá (PR) e a leste limite com o Oceano Atlântico (FIGURA 13)



FIGURA 13 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA  
 FONTE: adaptado de PNÚD; FJP; IPEA (2013)

Sua diversidade expõe-se no território composto por porções continentais, costas e estuário e em ambientes diversos: serra, planície litorânea, ilhas, mangues e mar. Uma área expressiva da Mata Atlântica está protegida por diversas unidades de conservação de diferentes categorias (QUADRO 3), sendo a totalidade de sua superfície abrangida pela Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba.

A riqueza natural se caracteriza pela elevada diversidade biológica e significativa ocorrência de endemismo, uma vez que 50% das suas espécies só ocorrem neste bioma. Na região, as variações de solo, altitude, clima e geomorfologia provocam associações florísticas e faunísticas caracterizadas por grande diversidade (SOS MATA ATLÂNTICA, 2013; TEIXEIRA, 2004).



	UC	Gestão	Posse e domínio	Municípios abrangidos	Área (ha) em Guaraqueçaba	% da Área municipal
Proteção integral	ESEC de Guaraqueçaba	Federal	Público	Guaraqueçaba	13.638,90	5,16
	REBIO Bom Jesus	Federal	Público	Guaraqueçaba	17.413,36 <sup>34</sup>	6,58
	PARNA Superagüi	Federal	Público	Guaraqueçaba	34.362,00	12,99
	RPPN Salto Morato	Federal	Fundação Grupo O Boticário	Guaraqueçaba	2.253,00	0,85
	RPPN Sebuí	Federal	Gaia Ecoturismo	Guaraqueçaba	400,78	0,15
	RPPN Serra do Itaqui	Estadual	SPVS	Guaraqueçaba	3.526,37	1,33
	RPPN Serra do Itaqui I	Estadual	SPVS	Guaraqueçaba	392,37	0,15
	RPPN Serra do Itaqui II	Estadual	SPVS	Guaraqueçaba	984,93	0,37
	<b>Subtotal</b>					<b>72.971,71</b>
Uso sustentável	APA de Guaraqueçaba	Federal	Terras públicas e privadas	Guaraqueçaba, Antonina, Paranaguá e Campina Grande do Sul	160.125,64	60,52
	APA de Guaraqueçaba <sup>35</sup>	Estadual	Terras públicas e privadas	Guaraqueçaba	191.595,50	72,42
	<b>Subtotal</b>					<b>191.595,50</b>
<b>TOTAL</b>					<b>264.567,21</b>	<b>100</b>

QUADRO 3 - UNIDADES DE CONSERVAÇÃO EM GUARAQUEÇABA  
 FONTE: IAP (2011, 2013); BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (2014)

À natural soma-se a riqueza do patrimônio cultural, ainda pouco estudado, valorizado e reconhecido. O patrimônio material representa-se na paisagem, na arqueologia, na arquitetura, nos apetrechos de trabalho e utensílios diversos, nos instrumentos musicais e no artesanato. O patrimônio imaterial compõe-se no mundo simbólico, na arte, na linguagem, na culinária, nas rezas, nas cantorias, no conhecimento tradicional e nas práticas culturais de pescadores e agricultores (IBAMA; IPG; SEEC, 2005).

<sup>34</sup> A REBIO é formada por áreas dos municípios de Antonina e Guaraqueçaba. O tamanho da área em Guaraqueçaba está aproximado e fora calculado e informado pelos gestores da APA de Guaraqueçaba no intuito de contribuir com a pesquisa.

<sup>35</sup> Ocorre uma sobreposição das APA Estadual e Federal de Guaraqueçaba. Desse modo, considerou-se apenas a porção da APA Federal em Guaraqueçaba, para efeitos de cálculo de área protegida no município por UC de uso sustentável.

Apesar da proteção legal, atividades econômicas de alto impacto sobre a biodiversidade persistem, como a extração ilegal de palmito (*Euterpe edulis*); bubalinocultura, agricultura de grande porte em áreas frágeis, desmatamentos irregulares, uso de agrotóxicos em atividades agrícolas, sobreexploração dos estoques pesqueiros, incremento não regulamentado do turismo e obras de infraestrutura sem controle de impacto ambiental (SPVS, 2009).

O número expressivo de UCs instituídas beneficia Guaraqueçaba no recebimento de considerável valor em ICMS Ecológico<sup>36</sup>, sendo relevante na receita municipal. No ano de 2013 a quantia recebida somou R\$ 4.266.442,38, equivalente a 63,78% do total do ICMS arrecadado pelo município. Este instrumento de política pública estadual visa, ao mesmo tempo, incentivar a conservação e compensar os municípios por empecilhos a atividades econômicas decorrentes da legislação ambiental. A aplicação do recurso, no entanto, fica a cargo da gestão municipal, sem que haja a obrigatoriedade de favorecimento de populações diretamente atingidas por cada UC. De qualquer modo, o imposto recebido por Guaraqueçaba não se reverteu em melhorias econômicas e sociais significativas, mantendo-se a desigualdade estrutural da sociedade rural local (TEIXEIRA, 2004).

Dessa maneira, vive em Guaraqueçaba uma sociedade formada em grande parte por pequenos agricultores e pescadores que enfrentam graves problemas socioeconômicos. Outras atividades praticadas são o extrativismo florestal e marinho, a prestação de serviços temporários (inclusive serviços turísticos), o pequeno comércio (abrangendo pousadas e restaurantes) e o artesanato.

Sua população humana é de 7.871 habitantes distribuídos em uma área de 1.856,89 km<sup>2</sup>, conferindo-lhe uma baixa densidade demográfica de 4,24 hab/km<sup>2</sup>. Aproximadamente 66% das pessoas vivem na área rural, com uma renda média domiciliar *per capita* de R\$ 307,80. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

---

<sup>36</sup> O ICMS, imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação, é de competência dos Estados e do Distrito Federal. A Lei do ICMS Ecológico ou Lei dos Royalties Ecológicos é o nome que se dá à Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. Trata-se de um instrumento de política pública, criado pioneiramente, para repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam unidades de conservação ou áreas protegidas, ou ainda mananciais para abastecimento de municípios vizinhos. Do total do ICMS arrecadado pelo Estado, 5% é destinado para os municípios, proporcionalmente às Unidades em função do tamanho, importância, grau de investimento na área, manancial de captação e outros fatores. São destinados: 50% para Municípios que tenham em seu território Mananciais de Abastecimento, cuja água se destina ao abastecimento da população de outro município; 50% para Municípios que tenham integrado em seu território Unidades de Conservação, Áreas de Terras Indígenas, Faxinais, Reservas Florestais Legais (IAP, 2014).

(IDHM) avaliado em 2010 é 0,587, situado na faixa de Desenvolvimento Humano Baixo (IDHM entre 0,5 e 0,599). Em 2010, o IDHM de Guaraqueçaba ocupava a 4467ª posição dentre os 5.565 municípios do Brasil e a 396ª posição na relação dos 399 municípios do Paraná, a quarta pior do estado. Na evolução desse índice a passos lentos entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,214), seguida por Longevidade (crescimento de 0,099) e por Renda (crescimento de 0,065) (PNUD; FJP; IPEA, 2013).

Segundo Zanoni *et al.* (2000), anteriormente ao momento de criação das UCs já estava em curso um processo de diferenciação social, ligado a uma história de distintas formas e possibilidades de acesso à terra e a ciclos de integração ao mercado e de decadência (SAMPAIO, 2008). Além disto, ao longo de sua história posterior, os modos de vida das populações locais foram se transformando em função das novas restrições impostas pela legislação ambiental e da ausência de uma política de desenvolvimento rural que contemplasse outras possibilidades para os moradores rurais (ZANONI *et al.*, 2000).

Para Teixeira (2004), desde o início do processo de proteção ambiental esta sociedade foi considerada, colocando-se como questão qual a proteção e qual o desenvolvimento deveriam ser ali implantados. Ressalta-se, porém, que mesmo quando a população local foi pensada como um dos elementos constitutivos do espaço a ser resguardado, o objetivo principal sempre foi a preservação do meio natural.

No entanto, Zanoni *et al.* (2000) avaliam que a legislação ambiental aplicada não somente foi injusta com as populações locais, contribuindo para a desigualdade social, como se mostrou paradoxal. Como exemplo, os autores analisam resultados das normas referentes à extração e beneficiamento do palmito juçara (*Euterpe edulis* Mart), palmeira nativa da Mata Atlântica, para os quais a legislação reforçou a restrição de direito de corte dessa espécie aos grandes proprietários e fortaleceu o monopólio das indústrias de conservas para a transformação e comercialização:

Assim, tanto a extração como o beneficiamento do palmito realizados pelos agricultores permaneceram ilegais, sendo severamente reprimidos pelos órgãos ambientais. Esta situação de clandestinidade, acrescida de uma crescente demanda tanto no mercado nacional como internacional por este produto, tem como consequência uma crescente intensificação da exploração desta palmeira. Essa transgressão a legislação é feita de comum acordo entre aqueles que efetuam a extração e os que possuem as

indústrias de conservas. No entanto, para cobrir os custos com “propinas”, os proprietários das indústrias subtraem esses gastos da remuneração paga aos *palmiteiros* que, por sua vez, compensam o prejuízo com o aumento dos volumes de palmito extraídos da floresta (ZANONI *et al.*, 2000, p. 49-50).

A política ambiental, conseqüentemente, obtém o efeito contrário ao desejado: o palmito tende a se rarificar, acarretando em empobrecimento também da fauna que se alimenta dos grãos da palmeira e dissemina suas sementes. Para o palmiteiro aumenta a penosidade do trabalho, já que precisa percorrer maiores distâncias em busca de áreas com maior densidade da palmeira. Além disto, a atividade oferece risco para o coletor, uma vez que é clandestina, embora as firmas compradoras possam transformar e vender o produto. Os autores concluem que, “em suma, enquanto o corte do palmito é clandestino e a mão de obra que o coleta é igualmente clandestina, sua venda clandestina é legal” (ZANONI; MIGUEL, 1995<sup>37</sup> *apud* ZANONI *et al.*, 2000, p. 50), caracterizando uma situação de injustiça ambiental.

Para Zanoni *et al.* (2000), por um lado a política ambiental colocada em prática acarretou certa desaceleração do processo de degradação dos recursos naturais. Porém, por outro lado ela se mostrou incapaz de reverter o quadro de pauperismo histórico vivido por grande parte das populações locais, desconsiderando os problemas enfrentados para garantir sua segurança alimentar e assegurar sua reprodução social. Não considerando seu modo de exploração do meio tradicionalmente praticado, paradoxalmente contribuíram para a degradação dos ecossistemas. Quanto aos agricultores, estes

[...] se tornaram reféns de uma situação marcada por uma profunda desigualdade: interdição de acesso aos recursos fundiários e florestais de um lado, e imposição de uma política ambiental que não soube identificar os reais responsáveis pela degradação dos ecossistemas locais [...]. (ZANONI *et al.*, 2000, p. 53).

Todo esse processo é considerado dinâmico e histórico, entendido como construção social na qual as ações sociais voltadas à proteção ambiental devem ser compreendidas entre o idealizado (também construído socialmente) e as condições objetivas de sua realização. De acordo com Teixeira (2004), a questão crucial enfrentada é definida a partir da relação entre desenvolvimento e proteção ambiental

---

<sup>37</sup> Não consta a referência completa no artigo consultado.

e, de certa forma, a proteção ambiental em Guaraqueçaba resistiu ao avanço das discussões sobre população em UCs, até mesmo ao discurso mais aceito sobre as populações tradicionais.

Diferentes iniciativas para implantação de novas técnicas para produção ou de programas de geração de renda no local encontraram limites porque as condições sociais foram secundarizadas ou negligenciadas. Em última instância, a sociedade foi se impondo aos esforços da proteção ambiental no município. Os moradores rurais, então, diversificam suas estratégias de reprodução em face de uma situação duplamente de marginalização e de bloqueio às suas atividades: a lei ambiental, com seus impactos sobre a agricultura, extrativismo e pesca, e, a ausência de políticas públicas de desenvolvimento que criem condições para sua vida no meio rural com acesso a bens e serviços que lhes seriam fundamentais (ZANONI *et al.*, 2000).

#### 4.2.2 Descrição das categorias de unidades de conservação selecionadas

Diante dos desafios de conciliação entre conservação ambiental e desenvolvimento em seus demais aspectos, sociais, culturais e econômicos, o turismo vem sendo apontado como alternativa viável para Guaraqueçaba (CORAZZA, 2008; IBAMA; IPG; SEEC, 2005; KASSEBOEMER; SILVA, 2009; OTA, 2008), sendo permitido tanto em parques nacionais quanto em áreas de proteção ambiental. Em APAs a atividade é opcional, no entanto, é a categoria menos restritiva, permitindo o uso sustentável de recursos que podem beneficiar as práticas econômicas e socioculturais das populações incluindo-se o artesanato, a agricultura, o extrativismo etc.

Já os parques nacionais têm entre seus objetivos o turismo ecológico, sendo possível uma gestão em base comunitária. No entanto, não admitem a permanência das populações e o uso direto dos recursos de sua área, devendo haver acordos locais com a gestão das UCs para o usufruto via TBC, utilizando-se instrumentos mais simples como, por exemplo, a permissão e a autorização para terceirização de serviços de apoio ao uso público (RODRIGUES, 2009).

O (QUADRO 4) sintetiza características das categorias de UCs selecionadas

para o estudo: Parque Nacional e Área de Proteção Ambiental, visando indicar possibilidades para planejamento do turismo de base comunitária.

<b>Categoria</b>	<b>Parque Nacional</b>	<b>Área de Proteção Ambiental</b>
<b>Grupo</b>	Proteção integral	Uso sustentável
<b>Objetivos</b>	Preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, realizar pesquisas científicas, educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico	Proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais
<b>Posse e domínio</b>	Públicos. Áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas	Terras públicas e privadas
<b>Ocupação humana</b>	Não é permitida. Quando haja populações tradicionais residentes, até que sejam reassentadas, serão estabelecidas normas e ações específicas compatibilizando sua presença e modos de vida com os objetivos da unidade	Sim
<b>Usos permitidos</b>	Pesquisa científica, educação ambiental e visitação	Pesquisa científica, visitação, agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural
<b>Principais tipos de uso econômico</b>	Turismo em contato com a natureza	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável
<b>Visitação pública</b>	Permitida. Sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo, às normas do órgão responsável por sua administração e às normas previstas em regulamento	Permitida. Nas áreas de domínio público será definida pelo órgão gestor da unidade. Nas áreas privadas cabe ao proprietário estabelecer condições de visitação, observadas as exigências e restrições legais

QUADRO 4 - CARACTERÍSTICAS DAS CATEGORIAS APA E PARNA  
 FONTE: BRASIL (2000); GURGEL ET AL. (2009)

Uma vez que ambas permitem a visitação turística, o turismo de base comunitária é viável tanto na categoria de proteção integral quanto na de uso sustentável, demandando interesse das comunidades e da gestão da UC, e planejamento da atividade em conjunto.

#### 4.2.3 Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba

As APAs são unidades de conservação de uso sustentável cujas áreas são dotadas de atributos naturais, estéticos e culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. Geralmente, são uma área extensa, constituídas por terras públicas e privadas e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

A APA de Guaraqueçaba (FIGURA 14, 15 e 16) foi criada pelo decreto nº 90.883 de 31 de outubro de 1985. Sua extensão de 313.400 hectares é formada por porções territoriais dos municípios de Guaraqueçaba (74%), Antonina (16,1%) Paranaguá (8,4%) e Campina Grande do Sul (1,5%) (IBAMA; IPG; SEEC, 2005).

Tem como objetivo assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica e suas espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas, estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região e proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba (BRASIL, 1985). Importante ressaltar que não estão contempladas nos objetivos de criação da APA comunidades tradicionais quilombolas e também aldeias indígenas existentes em sua área de abrangência.

Quanto às propriedades, a maior parte é privada, mas sujeitas ao zoneamento e normas especiais (SPVS, 2006<sup>38</sup> *apud* CORAZZA, 2008). O fato da APA ser formada por terras públicas e privadas não beneficia necessariamente a permanência das populações locais no território, tal qual acontece em outras categorias de UCs, como as RESEX e as RDS. Ademais, sendo opcional o desenvolvimento do turismo em APAs, depende-se do interesse dos proprietários particulares e dos objetivos especificados para as terras públicas.

---

<sup>38</sup> SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Diagnóstico de Serviços e Infraestruturas para o ecoturismo existentes na região da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba: SPVS, 2006. Relatório Técnico.

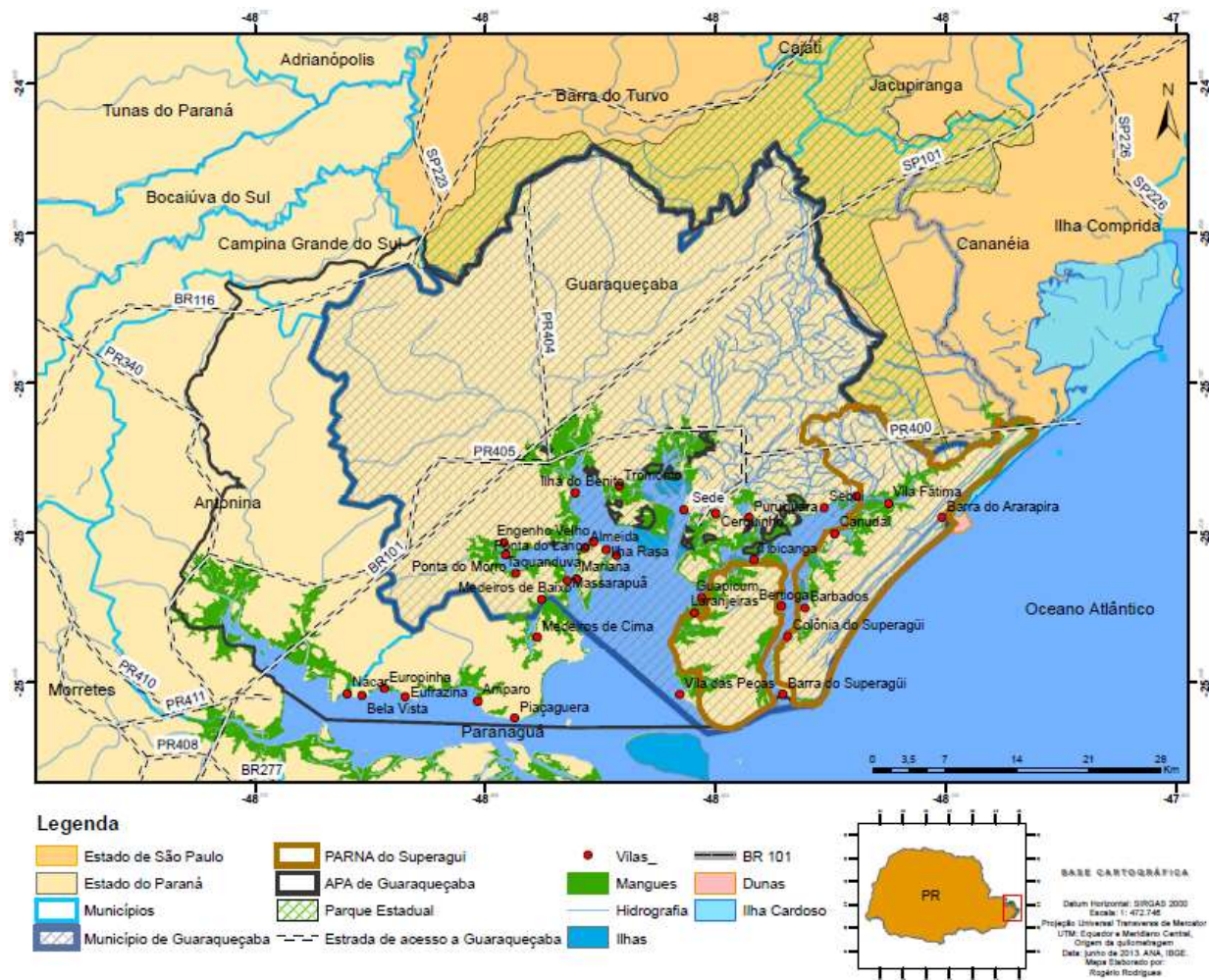


FIGURA 14 – ÁREA DA APA DE GUARAQUEÇABA E DO PARNA DO SUPERAGUI  
 FONTE: RODRIGUES (2013)



FIGURA 15 - SEDE DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA  
 FONTE: PIRES (2014)



FIGURA 16 - VISTA DO MORRO DO QUITUMBÊ  
 FONTE: a autora



Dentre as demais categorias de UCs existentes em Guaraqueçaba a APA é a menos restritiva ao turismo, visto que possibilita usos diversos, tanto diretos quanto indiretos, sendo maiores as possibilidades de sustentação de práticas econômicas e socioculturais locais. A (FIGURA 7) ilustra alguns atributos culturais e naturais relacionados às formas de uso do espaço, os quais são explorados em roteiros de TBC pela Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba - Cooperguará Ecotur.



FIGURA 17 - MAPA TURÍSTICO DA APA DE GUARAQUEÇABA  
FONTE: COOPERGUARÁ ECOTUR (2014)

A APA de Guaraqueçaba, porém, obedece ao disposto na Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006), que torna mais restritivo o uso em territórios de abrangência do bioma e desfavorece práticas tradicionais da agricultura local como o pousio, no qual o corte raso da vegetação ocorria em estágio mais adiantado do que o atualmente permitido (TEIXEIRA, 2004). Ressalva-se que no TBC a conservação ambiental e a valorização cultural são pressupostos, e dessa

forma, também a manutenção dos meios de vida e das práticas locais são importantes (IRVING, 2009).

#### 4.2.4 Parque Nacional do Superagüi

A categoria Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

O Parque Nacional do Superagüi (FIGURA 19) possui 33.988,00 hectares, está inserido na APA e no município de Guaraqueçaba, próximo à divisa com o estado de São Paulo. Criado pelo Decreto nº 97.688 de 25 abril de 1989 (BRASIL, 1989) compreendendo a maior parte das ilhas de Superagüi e das Peças, foi ampliado em 1997, passando a incluir as ilhas do Pinheiro e Pinheirinho e, no continente, o Vale do Rio dos Patos (BRASIL, 1997). O acréscimo se deu em função da presença de aves marinhas na Praia Deserta e da ampliação da área de ocorrência do mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) (FIGURA 18), primata endêmico da região, descoberto em 1990. Com isso, outras comunidades, além da Colônia do Superagüi, foram incluídas nos limites do Parque: Barbados, Canudal, Vila Fátima, Ararapira, Barra do Ararapira, Rio dos Patos e Abacateiro, como também famílias isoladas da Praia Deserta (FIGURA 20).

O Parque Nacional do Superagüi (PNS) tem como missão proteger área significativa do Lagamar<sup>39</sup>, Patrimônio da Humanidade, através da pesquisa, especialmente com o mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*) e o papagaio-de-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*), do turismo responsável e da integração com as comunidades, considerando seus valores históricos e culturais.

---

39 O Lagamar é um sistema formado por estuários. Faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape, tendo como componentes os Complexos Estuarinos de Iguape e Cananéia (SP) e o Complexo Estuarino de Paranaguá (PR). A região se destaca pelas paisagens naturais terrestres e marinho-costeiras e pela cultura local, incluindo populações caiçaras, quilombolas e indígenas. Considerada como de prioridade extremamente alta para medidas de conservação, compreende diversas unidades de conservação e integra a Reserva da Biosfera da Floresta Atlântica (UNESCO).

Como ainda não possui seu plano de manejo, a visitação no parque não é permitida, mas o turismo acontece no seu entorno imediato, principalmente nas comunidades de Barra do Superagüi e Vila das Peças (SPVS, 2006<sup>40</sup> *apud* CORAZZA, 2008). Dentre as categorias de UCs existentes em Guaraqueçaba que admitem visitação turística o PARNA é o mais restritivo, sendo autorizado apenas o uso indireto dos recursos, salvo exceções.

Assim, comunidades que permanecem habitando tanto seu interior quanto seu entorno imediato têm proibidas atividades extrativistas, de pesca, caça, agricultura, entre outras que utilizem diretamente os recursos naturais, limitando-se sua reprodução social. Dessa maneira, são impactadas mesmo atividades de uso indireto da natureza, como o TBC, considerando-se os impeditivos para algumas de suas práticas socioculturais e econômicas.

No entanto, merece destaque uma experiência de manejo florestal comunitário que acontece dentro do Parque. Desde 2012 o ICMBio e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) vêm organizando com a comunidade da Barra da Ararapira, inserida no Parna do Superagui, a extração de folhas da árvore de cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*), espécie nativa da Mata Atlântica, usadas para fazer bebida tradicional da região. Elaborou-se então um plano de manejo demonstrativo que auxilia a Associação de Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC) no manejo e na comercialização de seus subprodutos (SFB, 2013).

A extração fica restrita à comunidade em caráter excepcional, e ocorrerá em áreas delimitadas para esse fim, conhecidas como Unidades Produtivas Anuais (UPAs). Para tanto, mapearam as trilhas e os locais de coleta, identificaram todas as 170 árvores da espécie e avaliaram diâmetro das árvores e biomassa das folhas para definir a quantidade máxima a ser colhida. No plano foram pré-estabelecidos parâmetros que orientam a coleta tanto no que se refere à quantidade de folhas quanto aos itens de segurança (SFB, 2013).

Durante a construção do plano de manejo as mulheres participaram de capacitações para conhecer os procedimentos a serem adotados, uma vez que elas controlam a retirada por meio de registros sobre o número da árvore manejada, das brotações, quantidade e peso de feixes, por exemplo. De acordo com o SFB, a

---

<sup>40</sup> SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Diagnóstico de Serviços e Infraestruturas para o ecoturismo existentes na região da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba: SPVS, 2006. Relatório Técnico.

implantação do plano de manejo abre a possibilidade de melhorar também as atividades realizadas após a coleta na floresta, como o sistema de armazenamento das folhas a fim de que resistam mais tempo à umidade, e a comercialização, por meio da elaboração de plano de negócios, que envolve estudo de potencial de mercado, além de apoio na criação da associação, formada por onze mulheres da comunidade (SFB, 2013)

A experiência indica a viabilidade de adequação de algumas práticas socioeconômicas à regras ambientais, potencializando os efeitos positivos ao aliar-se interesses da conservação aos de desenvolvimento local. Uma vez que a extração das folhas está sendo acompanhada por órgãos ambientais, o fato só agrega valor aos produtos, além de beneficiar as coletoras também ao mediar sua formalização, qualificação etc. O compromisso assumido entre os órgãos ambientais e a Associação é considerado favorável ao TBC, na medida em que se favorece o ambiente natural e aspectos sociais, culturais e econômicos.

O turismo consta entre os objetivos da categoria Parque Nacional, de tal modo, o PNS deve ser estruturado para tanto. Assim, pode proporcionar uso público singular ao beneficiar esta e demais comunidades formando parcerias para prestação de serviços turísticos na UC, inclusive aqueles terceirizados, divulgando seus atrativos, cooperando para o planejamento e a estruturação das atividades.

A conservação da natureza e a simples instituição da “marca” Parque estimulam demanda turística e podem ser explorados enquanto potenciais atrativos no TBC. Nesse sentido, o PNS apresenta como visão de futuro ser referência nacional em pesquisas aplicadas à gestão de unidade de conservação e em turismo de base comunitária (BRASIL, 1997). Porém, no TBC demanda-se manutenção de práticas locais tanto pela importância para as comunidades como para os visitantes, não havendo motivação apenas na geração de renda ou na conservação da paisagem natural, por exemplo (IRVING, 2009).

Considerado um dos impactos negativos do turismo, a especulação imobiliária decorrente da atividade atualmente não representa os mesmos riscos de outrora na região do Parque, sobretudo devido à fiscalização exercida pelo ICMBio e pelos técnicos do Serviço de Patrimônio da União (SPU). Com a instituição do PNS, a fiscalização desses órgãos vem coibindo a constituição de novas posses e a comercialização das já constituídas, mantendo as populações locais. Na Vila das Peças (Ilha das Peças) houve por parte destes órgãos a tentativa de retirar as casas

de moradores de segunda residência, mas a própria comunidade defendeu suas permanências por gerarem renda ao contratar serviços de diaristas e caseiros, por exemplo (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010).



FIGURA 18 - MICO-LEÃO-DA-CARA-PRETA (*Leontopithecus caissara*)  
FONTE: ICMBIO (2013)

FIGURA 19 - PAISAGEM DA ILHA DO SUPERAGUI  
FONTE: ICMBIO (2013)

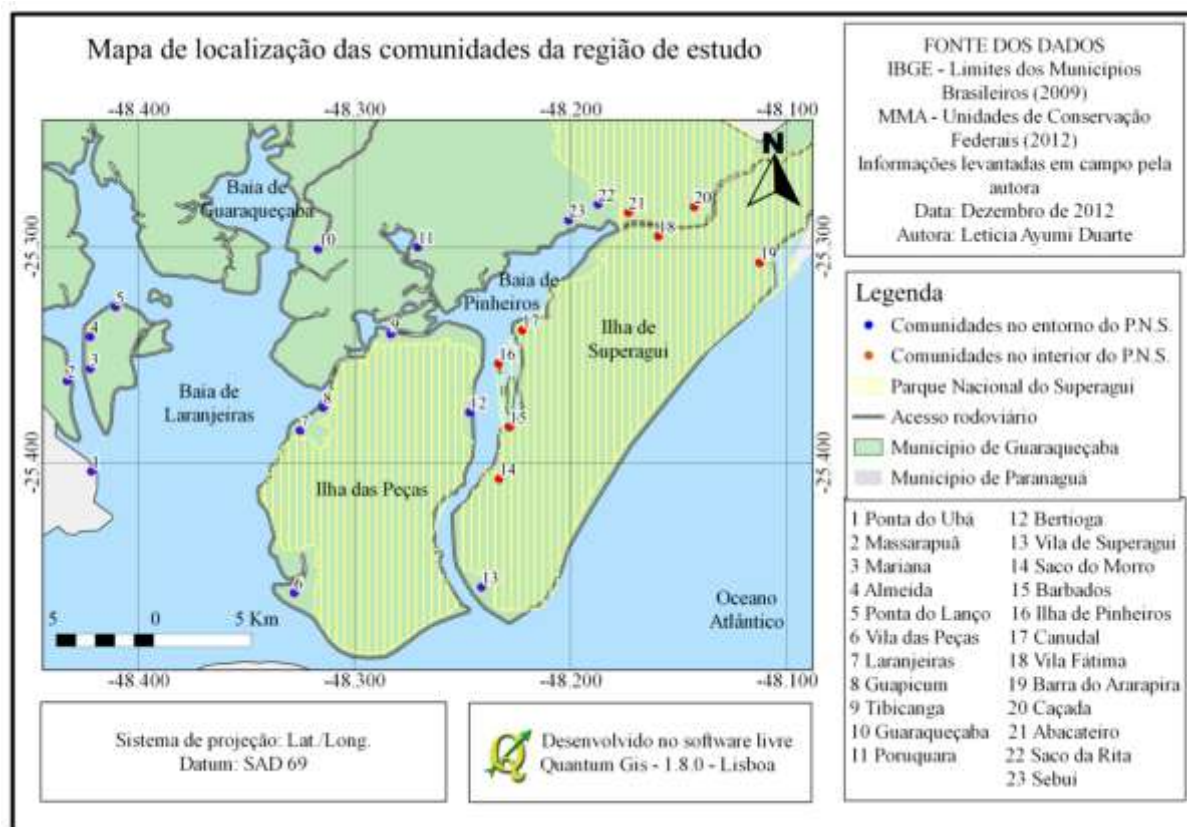


FIGURA 20 - LOCALIZAÇÃO DAS COMUNIDADES NO INTERIOR E NO ENTORNO DO PARNA DO SUPERAGUI  
FONTE: DUARTE (2013)

Sendo assim, parte dos moradores da Barra do Superagüi e da Vila das Peças afirma que se não fora a instituição do Parque e a atuação de sua gestão provavelmente a especulação imobiliária os teria expulsado do local, tendo-se como referência o ocorrido na próxima Ilha do Mel (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010). Pertencente ao município de Paranaguá, a Ilha do Mel é destino turístico de destaque no Paraná no qual inúmeros empreendedores, donos de pousadas, restaurantes, barcos de passeio etc. não são da comunidade local (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010).

A legislação aplicada ao Parque Nacional de Superagüi não permitiu a comercialização de posses ou a constituição de novas e, ainda, restringe construções e alterações fora dos padrões estabelecidos. A fiscalização atualmente a cargo do ICMBio, em apoio ao SPU, evita a entrada de grandes empresas do turismo e obriga os proprietários de pousadas e/ou restaurantes a manterem suas residências e seus empreendimentos com as características originais, havendo favorecimento à permanência das populações no local (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010).

#### 4.2.5 Caracterização da atividade turística

O acesso a Guaraqueçaba pode ser via terrestre ou marítima. Por via terrestre, a partir de Curitiba são 167 km até a sede municipal. O primeiro trecho na BR 277 é de asfalto bem conservado e com serviço de apoio aos usuários pela concessionária ECOVIA. Saindo desta rodovia, o segundo trecho é percorrido no município de Antonina (PR 340), também asfaltado, porém sem acostamento ou serviço de atendimento ao usuário. O trecho final (PR 405) é a única estrada que liga o município de Antonina à Guaraqueçaba, com cerca de 80 km de estrada de terra em péssimas condições de manutenção. Somente uma empresa realiza o transporte coletivo em ônibus rodoviário neste percurso (Viação Graciosa). Existe um único horário diário (saindo às 7h de Curitiba, e às 17h de Guaraqueçaba) e o trajeto é efetuado em média em cinco horas e meia. Por muitas vezes ao ano este meio de transporte fica indisponível devido à condição de uso da estrada (OTA, 2008).

Via marítima, barcos regulares saem diariamente da Estação Náutica de Paranaguá. Com destino à sede do município (às 9h e às 13h30) e à Barra do Superagüi (às 15h). A passagem custa R\$ 25,00 e a viagem dura em média duas horas e meia. Para a Vila das Peças (às 13h) a passagem custa R\$ 18,00, durando a travessia aproximadamente uma hora e meia. O acesso a essas e às demais comunidades pode ser feito em barcos menores, como as voadeiras, contratando-se o serviço diretamente com seus proprietários. Nesse caso, o tempo de viagem é reduzido pela metade e transportam-se em torno de quatro pessoas por um valor médio de R\$ 200,00.

Apesar de não ser impeditivo para a realização do turismo, considera-se importante a melhoria do acesso ao local, principalmente das condições da estrada em seu trecho não asfaltado, bem como nos acessos para as comunidades no interior do município. No transporte marítimo, a ausência de linhas regulares entre as localidades do continente e das ilhas é um fator limitante para distribuição do fluxo turístico, uma vez que o transporte fretado onera significativamente os custos da viagem. Quanto às linhas existentes, há pouca opção de horários, algumas embarcações deixam a desejar em conforto e segurança e informações sobre horários e trapiches de embarque para cada destino são insuficientes.

Ao programar a viagem pela internet, por exemplo, o turista encontra dificuldades em saber ao certo tais horários, frequências e locais de acesso às embarcações em Paranaguá. Durante a pesquisa de campo conversou-se informalmente com um casal de turistas ingleses viajando de bicicleta. Ambos elogiaram as paisagens, mas se queixaram da mínima informação encontrada para o planejamento de seu percurso e viagem. Ou seja, apesar das dificuldades de acesso, há uma demanda pelo destino disposta a enfrentá-las. Portanto, é imprescindível disponibilizar todas as informações possíveis.

A sazonalidade do turismo é expressiva, sendo maior a demanda de dezembro a fevereiro, mas ainda atraindo um público menor durante feriados e finais de semana ao longo do ano. O clima interfere diretamente nesta questão. Em Guaraqueçaba o clima é subtropical úmido sem estação de secas, com precipitações anuais médias de 2207 mm. Chove significativamente ao longo do ano, portanto, ainda que seja litoral, a região tem características muito peculiares, diferenciando-se dos convencionais destinos de sol e praia. Mesmo no mês mais seco, agosto, a precipitação é de 79 mm. No mês mais chuvoso, fevereiro, a média é de

316 mm. O clima é classificado como Cfa de acordo com Köppen-Geiger. A temperatura média anual é 21.8 °C, em janeiro 26°C, mês mais quente do ano, e em junho 17.8°C, mês mais frio (CLIMATE DATA, 2014).

Pesquisas realizadas entre 2000 e 2006 indicam que a demanda turística de Guaraqueçaba é proveniente de Curitiba em mais de 50%, seguido por outros estados brasileiros (PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo, 2008). Segundo dados da SPVS (2006<sup>41</sup> *apud* CORAZZA, 2008), os turistas que visitam o município praticam caminhadas e têm o descanso como motivação principal. Outras motivações muito indicadas são: aprender sobre a região, apreciar a natureza e observar a fauna e a flora. Os aspectos culturais apresentam-se como fator motivacional em menor porcentagem. Porém, em julho de 2006, a realização do *Encontro de Fandango e Cultura Caiçara* no município foi um grande evento e atraiu inúmeros turistas, indicando o potencial turístico de suas festas populares, mesmo em período de baixa temporada (CORAZZA, 2008).

Dentre os principais atrativos turísticos culturais destacam-se: o Fandango (FIGURAS 21 e 23), as festas e outras manifestações populares (FIGURAS 22 e 24), a Igreja do Nosso Senhor Bom Jesus dos Perdões, o casario colonial (figura 25), as farinheiras, o artesanato, as comunidades tradicionais, seus conhecimentos e práticas como a pesca (FIGURA 26), o extrativismo, as lendas, o tradicional uso da folha da cataia (*Pimenta pseudocaryophyllus*) em aguardente etc.

Dentre os atrativos naturais os mais visitados são: o Morro do Quitumbê, a Reserva Natural Salto Morato, a Reserva Natural do Sebuí, o Mirante da Serra Negra, a baía de Guaraqueçaba, a praia da Gamela, a observação de botos-cinzas (*Sotalia guianensis*) e, nas Ilhas Pinheiro e Pinheirinho, a revoada dos bandos do papagaio-da-cara-roxa (*Amazona brasiliensis*) ao entardecer e o passeio de barco no Lagamar para observação da paisagem. Na ilha do Superagüi, a Praia Deserta com 38 km de praias virgens é bastante visitada a pé e de bicicleta. No percurso é possível a observação da vegetação (restinga baixa e alta, bromélias e orquídeas) e, ocasionalmente, do mico-leão-da-cara-preta (*Leontopithecus caissara*).

---

<sup>41</sup> SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Diagnóstico de Serviços e Infraestruturas para o ecoturismo existentes na região da APA de Guaraqueçaba.** Curitiba: SPVS, 2006. Relatório Técnico.





FIGURA 21 - APRESENTAÇÃO DE FANDANGO DURANTE O I ENCONTRO DE FANDANGO E CULTURA CAIÇARA  
FONTE: a autora (2006)



FIGURA 22 - APRESENTAÇÃO DE BOI MAMÃO EM GUARAQUEÇABA  
FONTE: a autora (2006)



FIGURA 23 - RABECA, INSTRUMENTO DO FANDANGO  
FONTE: a autora (2006)



FIGURA 24 - BANDEIRA DO DIVINO EM GUARAQUEÇABA  
FONTE: a autora (2006)



FIGURA 25 - CENTRO DE GUARAQUEÇABA  
FONTE: a autora (2014)



FIGURA 26 - BARCOS DE PESCA  
FONTE: a autora (2014)

Na Ilha das Peças, destacam-se a Praia Deserta e a Baía do Rio das Peças, ponto de concentração de botos-cinzas (*Sotalia guianensis*), onde são avistados, principalmente, mães com filhotes (ICMBIO, 2013).

Corazza (2008), indica que, das aproximadamente setenta comunidades da APA de Guaraqueçaba (incluindo a porção do município de Antonina), em treze destas existe alguma iniciativa relativa ao atendimento de turistas. Porém, constata-se baixo nível de articulação entre os atores identificados, indicando a necessidade de ações que potencializem sua integração. Como receptivo turístico, na APA atua unicamente a Cooperativa de Ecoturismo Cooperguará Ecotur. Formada por empreendedores tais como proprietários de pousadas, de restaurantes, barqueiros, artesãos, condutores de visitantes, pequenos produtores rurais, cozinheiros comunitários e outros prestadores de serviços, a cooperativa opera roteiros turísticos com duração de um a três dias.

A oferta de meios de hospedagem é pequena e caracteriza-se, em sua maioria, por estruturas e serviços simples de pousadas e campings, com atendimento familiar. Na sede municipal existem dois hotéis, e em todo o município 24 pousadas cadastradas pela prefeitura e outras dez não cadastradas, além de sete campings na Barra do Superagüi. Os serviços de alimentos e bebidas compõem-se de restaurantes convencionais e cozinhas comunitárias que oferecem basicamente pratos com frutos do mar, algumas lanchonetes, bares e sorveterias. Na sede do município encontram-se também pizzarias.

A atividade turística contribui significativamente na geração de renda local. Analisando principalmente o contexto da comunidade de Barbados, para Duarte (2013), o turismo auxilia os moradores sobretudo no inverno, período de maior dificuldade financeira. Geralmente as comunidades são visitadas por pescadores amadores em seus barcos particulares para compra de camarão, utilizado como isca viva. Esses visitantes também costumam utilizar o serviço de limpeza do pescado, realizado pelas mulheres da comunidade, compram ostras, alguns peixes e, ocasionalmente, objetos de cestaria para a pesca (DUARTE, 2013).

Quanto às dificuldades ou ameaças para o desenvolvimento do turismo na região tem-se a reduzida capacidade da infraestrutura básica, como saneamento, abastecimento de água, tratamento de resíduos sólidos, captação e tratamento de esgoto, insuficientes para atendimento da população local e menos ainda para a

demanda do fluxo turístico (SPVS, 1992<sup>42</sup> *apud* CORAZZA, 2008). Estes aspectos vêm se agravando, e em feriados e períodos de alta temporada as comunidades insulares já apresentam problemas com falta de água e com a destinação de seus resíduos, entre outros.

Em pesquisa sobre a percepção de empreendedores locais quanto aos aspectos turísticos, Corazza (2008) observou que os elementos mais destacados foram os atrativos naturais, dando-se menor ênfase aos culturais. Por outro lado, para Silveira Junior e Botelho (2010), os moradores “[...] reconhecem a especificidade de sua cultura e a importância da proteção dos recursos naturais como estratégias fundamentais que garantem a atratividade do local e, portanto, os benefícios sociais e econômicos gerados pelo turismo.” (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010, p. 1248). Desse modo, é possível fortalecer a valorização dos aspectos naturais e culturais junto às populações no intuito de promover-se o TBC.

Corazza (2008) verificou que o grupo pesquisado desconhecia ou não compreendia todas as inter-relações necessárias para o planejamento e gestão da atividade turística e não percebia que apenas a existência de bons atrativos naturais não garante sua conformação em produtos turísticos. Assim sendo, sugeriu ações e programas voltados à qualificação e ao aperfeiçoamento profissional, em que sejam abordados temas relevantes para o desenvolvimento de atividades turísticas, tais como: princípios e diretrizes do ecoturismo e de conservação da natureza; qualidade na prestação de serviços; elaboração de roteiros; gestão administrativa e financeira; hospitalidade e atendimento de visitantes, entre outros (CORAZZA, 2008).

Tais recomendações objetivam a qualificação profissional e de produtos turísticos, indo ao encontro do turismo enquanto atividade econômica. Porém, para se estabelecer o turismo de base comunitária recomenda-se enfoque nos pressupostos anteriormente citados por Irving (2009), impulsionando-se preponderantemente a iniciativa local e seu protagonismo para que a partir da comunidade gerenciem-se os aspectos citados por Corazza (2008) e outros mais.

Nesse sentido, no capítulo seguinte serão apresentados e discutidos os resultados da análise do contexto atual do TBC nas UCs estudadas, com enfoque nas duas iniciativas comunitárias pesquisadas, bem como as perspectivas de desenvolvimento do TBC em ambas as UCs.

---

<sup>42</sup> SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Plano integrado de conservação para a região de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil**. Curitiba: SPVS, 1992.

## **5 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NA APA DE GUARAQUEÇABA E NO PARNA DO SUPERAGÜI**

O presente capítulo apresentará os resultados da pesquisa no que se refere à contextualização do turismo de base comunitária na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e no Parque Nacional do Superagüi, identificando iniciativas comunitárias existentes e analisando duas delas: o Restaurante Ilha das Peças, organizado por uma associação de mulheres da Vila das Peças, localizado no entorno do Parque; e a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, a qual integra membros de todo o município de Guaraqueçaba e cuja sede encontra-se na APA. Posteriormente serão indicadas perspectivas para o TBC no planejamento e gestão das UCs estudadas.

### **5.1 CONTEXTO ATUAL**

O turismo de base comunitária vem sendo apontado como modalidade compatível para Guaraqueçaba em diferentes pesquisas, relatórios técnicos e documentos (AMEND, 2001; CORAZZA, 2008; COUTINHO; SAMPAIO; RODRIGUES, 2014; DUARTE, 2013; OTA, 2008). Nos diferentes casos observa-se uma variação nas justificativas. Por vezes a ênfase recai em suas características de mínimo impacto ambiental, em outras na valorização cultural decorrente, ou ainda na geração de renda e benefícios sociais. Assim, o TBC vem sendo incentivado e promovido por agentes externos como ONGs conservacionistas, universidade, órgãos ambientais e mesmo por agências de turismo privadas atuantes na região. Por outro lado, são pouco expressivos os trabalhos que dão voz à opinião e aos anseios das próprias comunidades a respeito de seu interesse na atividade.

Tendo-se como parâmetro os pressupostos para o TBC indicados por Irving (2009), observaram-se divergências no entendimento desses atores a respeito das características e dos objetivos da modalidade. Em pesquisa realizada na comunidade da Barra do Superagüi, Amend (2001, p. 87), afirmou que “[...] são os interesses dos visitantes que irão orientar o desenvolvimento de produtos turísticos

[...]”, ao contrário do que considera Irving (2009), para a qual o perfil do turista é que deve estar de acordo com a iniciativa de TBC.

Por vezes, o TBC recebe maior destaque como alternativa à conservação ambiental, de maneira a minimizar a pressão antrópica sobre os recursos naturais, e não necessariamente como um modelo de desenvolvimento local em que se privilegiem com igual ênfase suas dimensões culturais, sociais, naturais e econômicas. Como exemplo, Ota (2008), considera que

O incentivo ao desenvolvimento de turismo endógeno, de base comunitária, emergindo da própria população local a oferta de infraestrutura e de serviços para o atendimento das necessidades postas pelo negócio, **seja, portanto, a opção razoável para que Guaraqueçaba se mantenha como reduto ecológico.** [grifo nosso] (OTA, 2008, p. 40).

Balizada por esse ponto de vista, Ota (2008, p. 33) reflete que, “Sem sombra de dúvida, o maior atrativo de Guaraqueçaba é a sua beleza e riqueza natural. [...] indiscutivelmente o diferencial da região”. Ota (2008, p. 38) concebe que “A representação das manifestações culturais de Guaraqueçaba é outro aspecto importante que pode estar integrado com os atrativos naturais porque, por si só, não tem o apelo necessário para a atração de turistas”. Desse modo, indica o TBC, mas não parece concordar com sua indissociabilidade entre aspectos naturais e culturais, ou ainda, com a prerrogativa da valorização cultural para que esse aconteça (IRVING, 2009). Além disso, sua conclusão contraria o exposto por Corazza (2008) ao relatar a expressiva demanda atraída durante a realização do *I Encontro de Fandango e Cultura Caiçara* (FIGURAS 21, 22, 23 e 24), em julho de 2006, ao que se conclui serem necessários estudos aprofundados para se averiguar a atratividade turística dos aspectos culturais da região.

Em 2007, A SPVS, ONG conservacionista atuante na região, iniciou o projeto *Modelo para o Ecoturismo com Base em Sistema Cooperativo no Litoral Norte do Paraná*, financiado pelo governo federal através do Ministério de Meio Ambiente (OTA, 2008). Com objetivo de “[...] organizar o ecoturismo de base comunitária e desenvolver um modelo de geração de renda alternativo à população da Área de Proteção (APA) de Guaraqueçaba [...]” (SPVS, 2014, s/p), reunindo-se prestadores de serviço locais e formando a Cooperaguá Ecotur<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> O projeto desde então também recebeu apoio do Ministério do Turismo, da TAM Linhas Aéreas, da *Pan American Development Foundation* (PADF), da BOEING e da Fundação Grupo Boticário de Proteção à Natureza (SPVS, 2014).

Ao apresentar o projeto em sua página eletrônica a SPVS afirma que a região “tem grande vocação para conservação da natureza, pois é a maior área contínua de Floresta Atlântica e mais bem conservada do Brasil”. (SPVS, 2014, s/p). Nesta linha de pensamento afirma que “[...] a atuação da cooperativa se baseia na fundamental necessidade de conservação da região, que, por sua vez, permite a disponibilização de serviços ambientais [...]” (SPVS, 2014, s/p).

Possivelmente, a Cooperguará absorve o discurso da ONG, ao menos teoricamente, por receber sua influência, e dessa forma em sua página eletrônica destaca os aspectos ambientais, concordando que o ecoturismo seja “Uma das estratégias mais interessantes e condizentes com os objetivos de conservação e geração de renda” (COOPERGUARÁ ECOTUR, 2014, s/p). Ainda de acordo com a cooperativa, além da valorização de aspectos da cultura local, o ecoturismo “cumprir um importante papel de chamar a atenção da sociedade para a relevância ecológica da região” (COOPERGUARÁ ECOTUR, 2014, s/p).

Entende-se em seu posicionamento que a geração de renda a partir do turismo é interessante ao contribuir para a minimização de pressões sobre os recursos naturais, a divulgação das belezas cênicas e do valor ecológico do local. De tal forma, a Cooperguará

Tem como objetivo promover e organizar o ecoturismo, por meio da comercialização de roteiros que visam geração de renda para as comunidades, promovendo a conservação da natureza, e oferecendo maior qualidade com serviços diferenciados aos turistas que visitam a região. (COOPERGUARÁ ECOTUR, 2014, s/p)

Apesar de autônoma juridicamente, a Cooperguará é uma instituição ainda dependente da SPVS (SPVS, 2012). Durante as pesquisas de campo ouviram-se depoimentos nos quais as pessoas retratavam-se à “cooperativa da SPVS”, indicando que não houve reconhecimento por parte da população de que esta seja de fato comunitária.

A intensa relação entre ambas as instituições, por um lado, garante apoio à Cooperguará, evitando seu fechamento diante das dificuldades enfrentadas e possibilitando a contínua busca por alternativas para sua manutenção e desenvolvimento. Por outro lado, o reconhecimento local da Cooperguará como a “cooperativa da SPVS” atrapalha a entrada de novos cooperados que não

simpatizam com a ONG, e até mesmo pode interferir negativamente para o alcance da autonomia dos cooperados que todavia não tenham se apoderado da instituição.

Em entrevista durante a pesquisa de campo, um ex-cooperado afirmou ter saído da Cooper guará porque “[...] eles [a Cooper guará] falaram que levariam turistas durante o inverno” ao seu empreendimento, época de baixa estação. Neste caso, como sua expectativa não foi alcançada, o ex-cooperado julgou desinteressante participar da iniciativa. Percebe-se que mesmo enquanto membro da cooperativa esta era vista como agente externo, não havendo o sentimento de pertencimento, indicando desafios para a qualidade da participação dos cooperados.

Em estudo sobre a Cooper guará, Silveira Junior e Botelho (2010) consideraram-na de turismo comunitário principalmente devido à participação dos autóctones nos serviços e produtos oferecidos aos turistas. Os autores ressaltaram que “até o momento, o espaço democrático facilitado pela Cooperativa tem se limitado a contribuir para o aumento da renda dos cooperados, capacitando-os para melhorar o atendimento em seus produtos e serviços” (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010, p. 1247). Em sua análise, indicaram como fatores positivos a participação em assembleias, divulgação de produtos típicos, incluindo-se artesanatos, e incentivo ao envolvimento de demais pessoas. Porém, afirmaram que a “limitada e incipiente participação dos cooperados pouco tem contribuído para promover as mudanças socioambientais necessárias para efetivação da conservação/preservação do patrimônio natural e cultural do município” (SILVEIRA JUNIOR; BOTELHO, 2010, p. 1247).

A Cooper guará enfrenta dificuldades pela baixa demanda turística e pouca participação dos cooperados: “Atualmente a busca pelo fortalecimento deste empreendimento, a partir do ingresso de novos membros e do aumento da venda dos serviços prestados na região de Guaraqueçaba, representa o maior desafio a ser enfrentado pelo projeto.” (SPVS, 2014, s/p). Para atrair mais cooperados enfrenta-se a resistência de muitos moradores à associação da Cooper guará à SPVS, devido à negativa imagem da ONG entre parte da população (SPVS, 2009). Porém, entende-se que seus maiores desafios relacionem-se, na realidade, à conquista da participação efetiva e cooperada e do empoderamento de seus membros visando à autonomia da organização.

Outra iniciativa voltada para o TBC nas UCs estudadas refere-se ao projeto *Economia Solidária e Turismo no Litoral do Paraná*, iniciado em maio de 2013 pela

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal do Paraná (ITCP/UFPR). O projeto objetiva gerar trabalho e renda através da incubação de empreendimentos solidários e de comunidades que atuem ou desejem implantar o turismo de base comunitária.

A experiência da ITCP ligada à economia solidária favorece desenvolvimento de aspectos como autonomia e autogestão de empreendimentos solidários e de comunidades, podendo contribuir para que os grupos atendidos atinjam o primeiro pressuposto do TBC: a endogenia da iniciativa (IRVING, 2009). Para a ITCP um aspecto fundamental desta modalidade de turismo é seu caráter secundário na geração de renda, sendo importante que as comunidades valorizem e mantenham suas identidades culturais e formas de trabalho.

O projeto iniciou-se com diagnóstico em fontes bibliográficas, aproximações a pesquisadores atuantes na região e aos gestores municipais e do ICMBio. Além disso, houve participação em reuniões como a Audiência Pública na Barra do Superagüi e a reunião do Conselho Gestor do PNS, realizadas em dezembro de 2013, e de visitas informais para conhecer a realidade local e estabelecer primeiros contatos com pessoas da comunidade. Posteriormente, para favorecer o protagonismo dos grupos apoiados, a metodologia da ITCP/UFPR passou a planejar as demais ações a partir da participação dos grupos atendidos.

Dessa forma, identificou-se entre os cooperados da Arte Nossa a importância da reorganização da cooperativa apoiada nos princípios do cooperativismo e a demanda direta do grupo para sua formação na elaboração de projetos para captação de recursos. A formação solicitada vem ocorrendo passo a passo, na medida em que o grupo se dispõe a avançar e que internaliza os princípios da cooperação, da solidariedade, e principalmente da autonomia. Na Barra do Superagüi, em uma reunião com a comunidade identificaram-se os principais desafios e dentre estes os resíduos sólidos foram apontados como problema prioritário a ser enfrentado. Diante disso, a ITCP está planejando ações com a escola, a Associação de Moradores, a Associação Cristã Feminina, barqueiros e outros moradores.

De modo geral, um ponto negativo da intervenção da ITCP refere-se ao prazo para finalização do projeto em junho de 2014. Sendo que a atuação acontece a partir da captação de recursos via editais, não há garantia de continuidade das ações. A isso se reflete uma queixa recorrente entre as comunidades de



Guaraqueçaba, que acusam o excesso de pesquisas e projetos iniciados no local e a ausência ou insuficiência de retorno prático. Nesse ponto a ITCP vem agindo com transparência e informando sua condição aos grupos. Além disso, afirma seu interesse na continuidade das atividades e, para tanto, vem elaborando projetos para viabilizar a permanência da instituição nessas comunidades, bem como atender demais grupos interessados na região.

Na comunidade de Barbados, localizada dentro dos limites do PNS, o turismo de base comunitária é promovido mediante o auxílio de uma organização social denominada *Casa de Cultura*, a qual auxilia no processo de planejamento, organização e efetivação de roteiros turísticos com enfoque em vivências relacionadas ao conhecimento tradicional e ao modo de vida dos moradores (DUARTE, 2013). Outras iniciativas abordando o turismo comunitário já ocorreram em Barbados, como o Projeto Bagagem<sup>44</sup>, contudo, não prosseguiram suas ações (DUARTE, 2013).

A agência de intercâmbios *Brazil Experience* divulga em seu site na Internet um roteiro turístico intitulado *Expedição de Impacto Social*, definido como

[...] um tour desenvolvido para envolver os visitantes em vivências comunitárias que promovem o respeito às diferenças culturais e a responsabilidade social através do voluntariado. Os visitantes serão desafiados a viver de forma simples, enquanto estabelecem vínculos e vivenciam a rotina de uma tradicional vila caiçara. (BRAZIL EXPERIENCE, 2014, s/p).

O roteiro inclui hospedagem na casa de moradores de Barbados, vivências na produção artesanal de farinha de mandioca e na pesca, caminhadas, fandango, observação da revoada do papagaio-da-cara-roxa (*Amazonas brasiliensis*), visita à Cooperativa de Artesãos Arte Nossa, trabalho voluntário na reforma e limpeza do centro comunitário de Barbados.

Ainda que as experiências citadas atendam a alguns pressupostos para o TBC, percebe-se que uma característica fundamental ainda é incipiente: a endogenia das iniciativas e o protagonismo social. Diante disso, Duarte (2013) apresenta depoimento de morador da comunidade de Barbados que avalia criticamente a forma como o TBC vem acontecendo no local:

---

<sup>44</sup> Consiste em uma organização não governamental (Associação Projeto Bagagem) de apoio e fomento ao turismo de base comunitária em âmbito nacional. (DUARTE, 2013).

Hoje eu penso que quem fala de turismo comunitário fala mais porque está na moda, porque eu mesmo não conheço turismo comunitário que seja da comunidade mesmo. Fui até pra Rede Cearense de Turismo Comunitário e aquilo me entristeceu, porque onde já se viu dizer que é comunitário se quem faz realmente é a universidade ou alguém por trás, que nunca é da comunidade? Acho que antes de querer fazer esse turismo tem que ter um despertar cultural, porque o turismo de base comunitária em uma comunidade fragmentada é pular uma fase. Tem que fazer com que a cidadania caíçara volte e fique forte. Aí o sujeito vai entender que ele não é um empreendedor de turismo, mas que ele é um pescador, ou um fazedor de remo e que é isto que faz ele poder trabalhar com o turismo de forma complementar. O que me preocupa é que hoje ele só acontece em Barbados por iniciativa de quem vem de fora, o que no meu ver cria uma dependência. Só acontece quando o pessoal de fora que está envolvido quer trazer o roteiro. Acho que o problema é que o nome confunde, porque se diz comunitário, mas deveria dizer que tem a participação da comunidade, mas ele não vem verdadeiramente da comunidade, tanto que os moradores esperam quem vem de fora para organizar, obedecem ao que essas pessoas orientam, não fazem do jeito próprio (Depoimento de morador de Barbados para Duarte, 2013, p. 125).

Portanto, o turismo de base comunitária vem sendo indicado como alternativa por atores externos orientados por variados objetivos e baseados em diferentes concepções. Ainda assim, Duarte (2013) considera que, apesar das ressalvas no depoimento anteriormente citado, o turismo comunitário é visto como meio de valorização cultural de práticas tradicionais que não mais ocorriam, ou ocorriam com pouca frequência, como a utilização das farinheiras e a produção de bebidas como o licor feito especialmente para as ocasiões de trabalhos em mutirões.

A partir das vivências culturais os moradores demonstram e permitem a participação dos visitantes em atividades como a confecção de redes, apetrechos e na própria pesca, nas remadas em canoas de pau único, no preparo de pratos típicos, no uso das farinheiras etc. (DUARTE, 2013). Por esse motivo, na concepção das populações locais, o melhor perfil de turista é principalmente aquele proveniente das iniciativas intituladas de turismo de base comunitária, pois geram renda e buscam vivências relacionadas à cultura e ao modo de vida local (DUARTE, 2013).

#### 5.1.1 Iniciativas de turismo de base comunitária

Foram identificadas oito organizações cujas atividades estão relacionadas ao turismo de base comunitária, como associações de moradores, cozinhas comunitárias, grupos de artesanato, dentre outros (QUADRO 5).

Iniciativa	Atividades	Fundação/apoio	Observações
<p><b>1. Cooperguará Ecotur</b> Cooperativa de ecoturismo formada por cerca de 24 pequenos empreendedores de Antonina e Guaraqueçaba que atuam com turismo na APA de Guaraqueçaba. A cooperativa divide-se em núcleos (sede, ilha do Superagüi, Tagaçaba-Potinga e Antonina)</p>	<p>Comercialização de roteiros incluindo artesãos, pequenos produtores rurais, meliponicultores (criadores de abelhas nativas sem ferrão), pousadas e campings, restaurantes, lanchonetes, barqueiros, entre outros</p>	<p>Iniciativa e apoio da ONG SPVS</p>	<p>Oferece seguro para os turistas</p>
<p><b>2. Restaurante Cozinha Comunitária Ilha das Peças</b> Associação formada por 12 mulheres da Vila das Peças (Ilha das Peças) para oferecer para turistas e população da vila serviços de alimentação</p>	<p>Padaria, salgados, bolos, mercearia, frutas, legumes e restaurante</p>	<p>Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER); Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR). Atualmente não recebe apoio.</p>	
<p><b>3. Cooperativa de Artesãos Arte Nossa Guaraqueçaba</b> Cooperativa de 30 artesãos de todo o município. Possuem um Centro de Artesanato na sede de Guaraqueçaba, onde trabalham e comercializam seus produtos e dos índios da aldeia Kuaray Guata-porã</p>	<p>Móveis de bambu, cerâmica, tapeçaria em fibra de bananeira, sisal e paina, barquinhos de madeira, luminárias, cestaria, linoleogravura</p>	<p>PROVOPAR. Atualmente não recebe apoio.</p>	<p>Duas artesãs já foram premiadas no Salão Nacional de Cerâmica: Iolanda Moraes Thomas, venceu a categoria <i>Arte Popular: Moldado à Mão</i> (2009) e Jamile Pereira, premiada na categoria <i>Arte Popular: Utilitário/Decorativo</i> (2006)</p>
<p><b>4. Clube das Artesãs Berço dos Golfinhos</b> Associação de oito artesãos da Vila das Peças</p>	<p>Artesanato com conchas, fibras de bananeira, escamas de peixe (compradas em Paranaguá).</p>	<p>Receberam apoio da PROVOPAR. Atualmente recebem apoio apenas da Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba, que expõe seus produtos para comercialização</p>	<p>Segundo a presidente, os artesãos não têm outro trabalho e "São apenas oito associados porque as pessoas não param na associação por não terem paciência de esperar os resultados" Associados deixam na associação 10% do valor das vendas e não associados 20%</p>

Continua...

...conclusão

<p><b>5. Associação de Mulheres Produtoras de Cataia (AMPC)</b> Associação de 11 mulheres da comunidade Barra da Ararapira (Ilha do Superagüi) para manejo comunitário da cataia, árvore nativa da região, e comercialização de seus subprodutos</p>	<p>Coleta de pequenos galhos com folhas, secagem do material coletado, embalagem para venda <i>in natura</i> ou infusão em aguardente, originando a bebida conhecida como uísque caiçara</p>	<p>Resulta de um projeto demonstrativo no PARNA Superagüi em parceria entre o Serviço Florestal, ICMBio, Prefeitura de Guaraqueçaba e Instituto de Assistência Técnica e Emater-PR</p>	<p>A cataia é encontrada em faixa de terreno alagado e de difícil acesso na Barra do Ararapira. A extração no Parque fica restrita à comunidade em caráter excepcional, e ocorrerá em áreas delimitadas para esse fim, conhecidas como Unidades Produtivas Anuais (UPAs), já demarcadas</p>
<p><b>6. Associação de condutores de Ponta da Ilha das Peças</b> Localizada na Vila das Peças</p>	<p>Condução de visitantes individualmente e em grupos nas trilhas, na vila, em passeios de canoa até o berçário dos golfinhos. Nos passeios de barco jogam a tarrafa, pescam peixes, observam a fauna. Nas trilhas reconhecem espécies madeireiras, vão até a torre antiga na Praia Deserta</p>	<p>Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), SPVS</p>	<p>Atualmente a associação está inativa, apenas cerca de quatro condutores desenvolve esporadicamente as atividades</p>
<p><b>7. Associação Cristã Feminina</b> Formada por 45 mulheres da Barra do Superagüi para geração de trabalho e renda, incentivo à cultura local, e outras ações de desenvolvimento</p>	<p>Promovem bingos, almoços, torneios de futebol, alugam uma casa da associação para turistas para levantar fundos voltados à construção de uma sala de costura, artesanato</p>	<p>Igreja católica</p>	<p>Apesar do nome, a religião não é utilizada. Têm projetos de incentivo ao fandango</p>
<p><b>8. Espaço Comunitário William Michaud</b> Estrutura para cozinha comunitária que funciona na temporada de verão. Atualmente 3 mulheres trabalham em conjunto</p>	<p>Servem refeições para turistas, apenas com reservas</p>	<p>PROVOPAR</p>	<p>É necessária reserva</p>

QUADRO 5 - INICIATIVAS COMUNITÁRIAS RELACIONADAS AO TBC  
FONTE: a autora

As iniciativas identificadas, em geral, apresentam-se incipientes, demandando apoio em sua organização para o fortalecimento das ações. Todas se relacionam ao turismo e a única que se expressa sendo turismo de base comunitária é a Cooperguará Ecotur, a qual integra em seus roteiros diferentes

empreendimentos e prestadores de serviço localizados nas UCs estudadas. De todo modo, a maioria se estabelece solidariamente, segue pressupostos do TBC, tem bases endógenas e indicam contribuir para o desenvolvimento local.

Ressalta-se que a experiência da Associação de Mulheres Produtoras de Cataia é um projeto demonstrativo realizado no interior do PARNA do Superagüi, fruto da parceria entre a comunidade e o ICMBio, com apoio de outras instituições como o Serviço Florestal Brasileiro. Sendo o Parque UC de proteção integral, via de regra não seria permitido coleta em seus limites. No entanto, entendendo-se o baixo impacto e a tradicionalidade da atividade, além da necessidade de geração de renda, o projeto foi organizado e vem beneficiando as famílias envolvidas. O fato demonstra o quanto a predisposição dos gestores é preponderante para a viabilidade de projetos comunitários para o desenvolvimento local em áreas de UCs.

De forma geral, a organização para desenvolvimento do TBC de forma conjunta entre as iniciativas identificadas poderia ser mais explorada. Não há, porém, um espaço de diálogo instituído voltado para o planejamento e a promoção do turismo, ou do TBC especificamente, unindo-se tais iniciativas solidárias e demais instituições e esferas do poder público atuantes nas UCs, de modo a se unificarem objetivos e recursos disponíveis.

De maneira a se averiguar quais pressupostos do TBC são atendidos e sua contribuição para o desenvolvimento local, a seguir, serão expostos os resultados de análise de duas dessas iniciativas comunitárias: o Restaurante Ilha das Peças e a Cooperativa de Artesãos Arte Nossa.

### 5.1.2 Restaurante Ilha das Peças

O *Restaurante Ilha das Peças* está localizado na Vila das Peças, no entorno imediato do Parque Nacional do Superagüi (FIGURAS 27 e 28). Trata-se de uma associação sem fins lucrativos formada por doze mulheres, cujo nome oficial é *Clube de Mães Amigas e Colaboradoras da Ilha das Peças, Restaurante e Panificadora Ilha das Peças*. No entanto, as associadas optaram pela designação *Restaurante Ilha das Peças*, sendo também nominadas por variações como *associação das mulheres, cozinha das mulheres e cozinha comunitária*. A associação já foi membro

da Cooperguará. No entanto se desligaram porque não consideraram vantajoso participar, uma vez que o esperado era receber fluxo turístico durante o inverno pela Cooperguará, o que não se confirmou.

Da pesquisa de campo participaram nove associadas, as quais serão designadas como locutoras, numeradas de um a nove, para preservar suas identidades (utilizar-se-á de L1 a L9 para tanto).

A população da Vila das Peças está estimada em 300 pessoas. Não praticam agricultura no local e a principal atividade econômica é a pesca. Porém, ouvem-se queixas de escassez do pescado e de dificuldades de sobrevivência apenas a partir desses recursos, principalmente nos meses de inverno: “A vida de pescador é assim: um mês ganha muito bem... Pescador não tem salário” (L6). Durante a realização dessa pesquisa em outubro de 2013, outra associada afirmou que não havia pesca há mais de dois meses devido à baixa nos estoques pesqueiros. Em sua opinião, “Peixe nunca faltava. Se nós *dependesse* só de pescaria não tinha o que comer” (L2). Para ela, a escassez se deve “a tudo que jogam no mar, a acidentes” que causam contaminação.



FIGURA 27 - PAISAGEM DA VILA DAS PEÇAS  
FONTE: PIRES (2014)



FIGURA 28 - PAISAGEM DA VILA DAS PEÇAS  
FONTE: a autora (2013)

Na localidade existem cerca de 80 casas de veranistas<sup>45</sup>. Estes, no entanto, pouco contribuem para o desenvolvimento da Vila, dado o distanciamento das

<sup>45</sup> De acordo com dados fornecidos pelo ICMBio, na Superintendência do Patrimônio da União (SPU) estão cadastradas aproximadamente 212 ocupações na Vila das Peças. Destas, 80 são de

relações com a população. Não movimentam o comércio local, uma vez que quando viajam para lá levam consigo alimentos e outros produtos. Localmente, apenas contratam pequenos serviços dos moradores, como diaristas de limpeza e caseiros.

A desigualdade social entre os veranistas e os moradores incomoda a população: “Os turistas têm dinheiro, podem vir e fazer a casa grande, têm terreno. Pagando IPTU<sup>46</sup> pode fazer. O pescador não tem condição de pagar” (L4). A diferença entre o padrão de casas e barcos de moradores e veranistas pode ser observada nas (FIGURAS 29, 30, 31 e 32).



FIGURA 29 - BARCOS DE VERANISTAS  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 30 - BARCO DE PESCADOR  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 31 - CASA DE VERANISTA  
FONTE: NARDELLI (2013)



FIGURA 32 - CASA DE MORADOR LOCAL  
FONTE: NARDELLI (2013)

veranistas, incluindo-se aqueles nativos que há alguns anos mudaram-se para Paranaguá ou Curitiba e mantêm suas casas para veraneio. As demais 132 ocupações são de nativos moradores, incluindo-se as igrejas, o posto de saúde e a escola.

<sup>46</sup> Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana

#### a) Base endógena da iniciativa

A associação surgiu em 1996 por iniciativa da primeira dama municipal, que reuniu em torno de 40 mulheres e doou materiais para a produção de chinelos e cerâmica. Em fevereiro de 1997, a partir da ideia de uma técnica da EMATER mudaram de atividade e iniciou-se a cozinha com a participação de 37 mulheres. O prédio utilizado até os dias hoje fora implantado pela Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR) para se atender uma cooperativa local de pescadores, porém não havia sido utilizado até então. A associação ocupou o prédio e recebeu da PROVOPAR equipamentos, louças e capital de giro para iniciar os trabalhos.

De acordo com Irving (2009), embora frequentemente atores externos funcionem como indutores, o turismo de base comunitária resulta efetivamente de uma demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico, e que mantém com este território uma relação cotidiana de dependência e sobrevivência material e simbólica. No caso da associação, seu surgimento foi induzido por atores externos, mas atendendo demandas locais por geração de trabalho e renda, como explica a associada:

No início foi uma agente do PROVOPAR junto com a Prefeitura de Guaraqueçaba, veio e trazia um pano de prato, pintura em cerâmica, chinelo... Daí teve um dia que veio uma moça que trabalhava na Emater e falou: Por que vocês não fazem alguma coisa mais? Daí a gente decidiu pedir uma cozinha, daí eles doaram a cozinha, as formas, os equipamentos, daí a gente foi fazendo pão caseiro, a gente fazia almoço. Era tudo muito pouco, porque no início até a gente precisava se estruturar e foi indo assim, daí a gente foi melhorando, aprendendo mais coisas, fazendo os cursos de bolo, de torta... Experiência a gente pegou também. Foi reunindo o pessoal e perguntando para as mulheres quem queriam participar, então foram dando o nome e aí ficou essas 42. Nós não tinha local, né? Então nós sugerimos aqui, que era uma cooperativa de pescadores. [...] aqui era um salão, aí a gente abriu. Era tipo um frigorífico, começamos a quebrar e nós arrumamos [...]. No início foi só um restaurante e fazer pão, pão na mão até conseguirem a batedeira [...] para fazer o pão caseiro. Depois veio a ideia de fazer o comércio [...] para atender a comunidade (L1).

Não há muitas opções de trabalho no local, desta maneira a iniciativa foi muito importante, uma vez que o objetivo na sua criação foi a geração de renda complementar. Segundo resultados das entrevistas, a principal motivação das mulheres para participar da associação foi a “geração de renda” (L1), tanto para si quanto para a comunidade, indicada por cinco associadas: “Para trabalhar” (L5);



“Para geração de renda, ajudar o povo” (L7); “Porque me convidaram, e precisava trabalhar” (L8); “Nós não tinha trabalho, entrei para ganhar dinheiro” (L9). De acordo com Singer (2002), na empresa solidária os sócios não recebem salário, mas retirada, a qual varia conforme a receita obtida. Também o excedente anual – o lucro na empresa capitalista e a sobra na empresa solidária – obedece a critérios diferentes em ambos os casos. Assim, explica-se o fato de uma associação sem fins lucrativos ter como objetivo a geração de renda para seus associados.

Nas falas das associadas nota-se não apenas a necessidade de renda, mas também o desejo de independência financeira, o que se percebe em frases como “[...] ganhar o próprio dinheiro” (L2). Ou ainda a importância da convivência em grupo: “Todas elas são animadas. Só a convivência, só o vir de lá para cá... O melhor nem é o dinheiro” (L7). Também destacaram como importante o aprendizado a partir da participação: “Entre para aprender a fazer as coisas, crochê, artesanato” (L6); “Primeiro era a união das mulheres, a gente não tinha nenhum momento de lazer, depois descobriu que podia ajudar” (L2).

Em suma, observa-se que não há separação entre a motivação de geração de renda e as demais, incluindo-se participação, convivência, aprendizado, o que vai ao encontro do que afirma Zaoual (2006, p. 20): “Tudo indica que a separação do econômico do resto da sociedade seja pura ilusão científica.”. Desse modo, todas as associadas afirmaram ter alcançado suas expectativas iniciais. Interessante notar que algumas citaram que, anteriormente à associação, “Só pescava” (L4) ou que “Antes não tinha o que fazer, descascava camarão”, e ainda assim afirmaram que precisavam “trabalhar”. No entanto, os objetivos dessa pesquisa não permitiram compreender se de fato há uma percepção de que a pesca e o manejo do camarão não eram trabalho, ou se para elas trabalhar se relaciona a necessidade de maior ganho financeiro ou, ainda, trabalhar “fora”, independentemente das atividades de pesca do marido.

Segundo a presidente, a maioria das mulheres que entraram na fundação saíram da associação porque não quiseram a responsabilidade, e outras porque foram impedidas pelos maridos. Atualmente o grupo não admite o ingresso de novos membros, sua justificativa é que tiveram muito trabalho para chegar à organização atual, e pretendem manter o equilíbrio alcançado.

Indiretamente são envolvidas outras dez pessoas, as quais fornecem produtos (um de frios, um de frango, um de salgadinhos, um de embalagem, um de

açougue, um de verduras e um de secos e molhados) e prestam serviços (dois barqueiros e um faz carreto para transporte das compras do barco até a cozinha).

Diante desses resultados, compreende-se que a iniciativa está de acordo com o pressuposto de endogenia, pois atendeu a demandas locais e tem sua continuidade a partir das próprias associadas (IRVING, 2009; ZAOUAL, 2006), sem nem mesmo receber apoios externos para sua sustentabilidade. De forma complementar, a associação se aproxima da Teoria dos Sítios ao afirmar sua pluralidade de motivações e de objetivos, ausentes nas teorias tradicionais (ZAOUAL, 2006).

b) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos

As associadas participam da gestão indicando os principais problemas e necessidades e em reuniões do grupo discutem todos os assuntos e votam pelas decisões. Apesar de haver diferenças de opiniões, não há embates. São realizadas reuniões mensais no primeiro dia do mês, para planejamento e pagamento das associadas. Quando há um problema a ser resolvido ou alguma decisão precisa ser tomada convocam reunião de emergência, discutem e votam, mas isso não costuma acontecer. A avaliação dos resultados é feita coletivamente, discutem nas reuniões mensais as quantias recebidas, comparam os resultados.

Questionadas sobre como tomam as decisões, todas confirmaram que é mediante reuniões e que em geral se sentem ouvidas: “Se reúnem todas, a maioria vence” (L1); “São estimuladas a não ir pela opinião de outro” (L2); “O que penso eu falo (L9), “Quando é coisa boa a gente dá opinião” (L7). Desse modo, indicam sua participação na gestão do Restaurante. Baseando-se em Singer (2002), a associação se administra como uma empresa solidária, ou seja, democraticamente. Para que a autogestão aconteça é necessário que todos os sócios se informem do que ocorre na iniciativa e das alternativas disponíveis para a resolução de problemas (SINGER, 2002).

Não há atividades de formação regulares, mas conforme surgem oportunidades as associadas ou alguma representante participam de cursos ofertados. Já receberam cursos de confeitaria e outros de culinária, mas até então não haviam tido oportunidade de participar de qualificação sobre associativismo/

cooperativismo. Somente em julho e agosto de 2013 foram oferecidas vagas para que duas associadas participassem pela primeira vez de curso sobre gestão de cooperativas, voltado para questões legais e administrativas.

Segundo a presidente, no restaurante (FIGURA 33 e 34) conseguem atender até 60 pessoas ao mesmo tempo. No local estão disponíveis 24 mesas pra quatro pessoas, três mesas para seis pessoas e 91 cadeiras, todos os móveis de material plástico. Os serviços prestados pelo grupo são: mercearia (FIGURA 35), frutas e legumes, carnes, salgados, padaria, bolos e refeições (café da manhã, almoço e jantar).

Trabalha-se um dia sim e outro não, em turnos e equipes que variam conforme a época do ano, sempre montados por sorteio. Em janeiro, mês de alta temporada, trabalha-se das 6h às 22h em equipes de seis mulheres, duas em cada função. Nos demais meses há dois turnos diários, um das 6h30 às 14h e outro das 14h às 21h, nos quais trabalham equipes de três pessoas, uma de cada função. Em dezembro, fevereiro e março, meses de média temporada, aquelas que estão na escala pedem ajuda, e mais duas associadas fazem um horário de reforço entre 11h e 15h30 aproximadamente.

O trabalho é dividido em funções pré-definidas, sendo quatro balconistas, quatro padeiras e quatro cozinheiras. As funções são fixas, assim a responsabilidade é daquela que carrega a função, mas elas se ajudam em todas as tarefas conforme as demandas. Apesar de considerar-se que quem trabalha no balcão ajuda na cozinha, mas o contrário é mais difícil acontecer. Algumas prefeririam fazer rodízio de funções, mas outras são mais tímidas e preferem não atender no balcão. “Todas são muito responsáveis”, diz a presidente.

Para verificar a autonomia, perguntou-se “Como é organizado seu trabalho? Como é decidido o que precisa ser feito?”. Em geral afirmaram que “Cada um tem sua atividade” (L1) ou “Eu sei o que tenho que fazer” (L5). Apenas uma afirmou que pergunta para as colegas o que precisa ser feito. Ainda assim, afirmou que sabe o que precisa ser feito, mas tem “medo de ser criticada” (L7).

As compras são realizadas em Paranaguá pela presidente via telefone, aproximadamente três vezes por semana. Quando chegam as mercadorias de barco, todas são obrigadas a se reunir pra descarregá-las e guardá-las (FIGURA 36).



FIGURA 33 - EDIFÍCIO DO RESTAURANTE  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 34 - SALÃO DO RESTAURANTE  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 35 – MERCEARIA  
FONTE: a autora (2013)



FIGURA 36 - MUTIRÃO PARA GUARDAR AS  
COMPRAS  
FONTE: a autora (2013)

Quando há limpeza geral ou chegada de compras, igualmente em mutirão realizam as tarefas. Para Singer (2002), a solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam, o que pode ser observado na gestão do Restaurante.

Todas as associadas afirmaram que participam sempre das atividades em grupo porque “é regra” (L1), “Tem que participar senão leva falta” (L2), “Porque tem que ajudar nas compras, limpar peixe, tudo junto, um grupo: todas mandam” (L4). Quando questionadas se caso não fosse obrigatório ainda assim viriam, uma informou que “Se não fosse obrigada, dependendo o dia faltaria se tivesse um compromisso”, outra disse que se não houvesse a obrigação “[...] viria para ficar a

par de tudo” (L9). As demais concordam que é necessário colaborar, “Porque é difícil, um tem que ajudar o outro” (L7), “Eu viria, a gente tem compromisso” (L2), revelando-se os laços de solidariedade instituídos entre as associadas.

Também costumavam se reunir para catar sururu e ostras no mangue, quando fechavam a cozinha e passavam o dia na atividade. No entanto, desde o acidente com o navio *Vicuña*<sup>47</sup>, em 2004, os moluscos não têm sido encontrados no local, devido ao derramamento de óleo (uma associada afirmou que a espessura da camada de óleo encontrada na margem deste mangue após o acidente era maior que 10 cm).

Sobre o quanto se sentem parte do grupo, cinco responderam que “muito”: “Eu adoro trabalhar aqui” (L1); “Com certeza, me sinto 100%”. Uma respondeu que “Me sinto igual às outras”, duas que sentem “médio” parte do grupo e uma optou por não responder. Perguntou-se de quem depende o sucesso ou o fracasso da associação. Oito responderam que o sucesso deve-se ao grupo: “De todas nós” (L5). Algumas indicaram a organização e a união sendo peças chave para esse sucesso: “Tem que estar unido” (L8). Para elas, a cozinha comunitária deu certo “Porque aqui funcionamos embaixo de regras e organização” (L1 e L2). Algumas destacaram: “União. A religião ficou da porta para fora” (L3).

Duas lembraram o apoio recebido na primeira fase da associação como importante: “Já dependeu do governo. O sucesso é nosso. Nós que estamos conseguindo levar a frente. A gente se uniu” (L7). Uma associada remeteu o sucesso da iniciativa a toda a comunidade, por adquirir os produtos da associação, ao próprio grupo e a este apoio externo recebido inicialmente: “[depende] De nós mesmos e do pessoal da ilha. O Jaime Lerner, o Requião deram apoio, primeiro prefeito, EMATER” (L9). Observa-se que há protagonismo entre as associadas, o qual resulta do sentimento de pertencimento e do poder de influência sobre os processos de decisão, que surge quando o ator se reconhece como agente na construção da realidade (IRVING, 2009; ZAOUAL, 2006).

---

<sup>47</sup> Em Paranaguá, o ocorrido impediu os pescadores da baía de Paranaguá de trabalharem na época do ano em que conseguem ganhar mais dinheiro. O IBAMA decretou a interrupção da pesca devido ao risco de contaminação dos peixes pelo metanol e óleo derramado pelo navio. Por algum tempo, os pescadores ficaram sem trabalho e sem fonte de renda. A proibição também afetou trabalhadores de Antonina e Guaraqueçaba. (CASTRO JR, s/d. Disponível em: <http://www.adsadvogados.adv.br/informacao.php?lg=br&sc=4&id=12>. Acesso em 20 de agosto de 2013).

### c) Geração de benefícios diretos à população local

A demanda para o Restaurante é significativa basicamente durante o verão, Os turistas normalmente se hospedam na Ilha do Mel, e vão até o local em passeios organizados por pessoas de fora da Vila das Peças. Assim, as associadas se consideram beneficiadas pela atividade turística tanto quanto pessoas de fora da comunidade: “[são beneficiados] Quem traz de barco, a cozinha, os condutores” (L1); “Ambos: Ilha do Mel e nós também ganhamos” (L7); “Nós, só a excursão que pegamos” (L8). Algumas incluem como benefícios do turismo para o local o fato de muitos moradores trabalharem nas casas de veranistas: “Os daqui [se beneficiam], porque cuidam da casa dos veranistas” (L5 e L4). Outra associada destaca que a principal fonte de renda, no entanto, provém das compras feitas pela própria comunidade ao longo do ano: “Nós trabalhamos com excursão da Ilha do Mel. Gente pequena. Alguns são caseiros. Nós vivemos mais com o povo da ilha.” (L9).

Por outro lado, consideram que a comunidade deve ser a mais beneficiada, e não agentes externos, “[...] porque quem vive dia a dia sabe as dificuldades” (L3). “Deveria a comunidade, porque é aqui que matam sua curiosidade, levam sua experiência” (L1); “Os daqui, porque somos nós que cuidamos. Aqui não tem exploração de nada. Aqui entram de todas as ilhas pegar camarão, caranguejo. A natureza é para todos, desde que cuidem” (L3); “A comunidade, né? Porque se eles vêm na ilha teriam que deixar uma renda” (L6). “A gente mora aqui, eles já têm suas coisas” (L5).

Cada associada é obrigada a retirar um valor mínimo em mercadorias da mercearia e padaria mensalmente. Suas dívidas em produtos são descontadas do valor que cada uma tem direito a retirar em dinheiro ao final do mês. As vendas em geral são fiadas, anotadas em cadernos divididos entre vendas para a comunidade e vendas para as associadas. Ao final do mês são somadas as dívidas e o grupo de mulheres sai unido para receber os saldos da população de porta em porta.

A presidente mais uma associada fazem a contabilidade e pagam quinzenalmente os fornecedores. No último dia do mês somam o estoque e deixam em caixa R\$ 6 mil em capital de giro. A sobra é dividida igualmente entre os membros. Não foram questionadas sobre a quantia das retiradas, mas todas as entrevistadas indicaram que houve melhora na renda, principalmente porque algumas não tinham renda alguma anteriormente: “Um dinheiro que a gente não

contava, é pouco mas ajuda muito” (L3); “Melhorou 100%. Antigamente contava com o dinheiro só do marido” (L6). Com a renda conseguem ajudar nas despesas e, principalmente nos meses de pouca pesca e fluxo turístico, dali levam o alimento para casa: “Pra mim mudou bastante, poder comprar o que quiser sem depender do marido, compro coisas para os filhos. Não me veria sem esse trabalho” (L2). “A vida era muito difícil. Mas aqui você sabe que pode levar aquele alimento. Hoje, a maioria das mulheres trabalha. Umas cuidam da casa de turista. Tudo ajudou” (L6). Além da renda, a maioria indicou como benefício a garantia de poder levar o alimento para casa.

As associadas não pagam mensalidade ou porcentagem sobre as vendas. No entanto, realizam investimentos em projetos de melhoria interna. No último verão ampliaram a cozinha com recursos próprios. Também compram e consertam equipamentos, realizam a manutenção do prédio etc. Não há ações para beneficiar a comunidade em geral, mas pode-se considerar que o fazem de alguma maneira quando possibilitam a comercialização de produtos, fazem a venda fiada, beneficiam outros trabalhadores indiretamente, entre outros.

Além dos econômicos, outros benefícios sociais resultam dessa participação. Duas associadas voltaram a estudar e optaram por cursar o ensino médio regular. Afirmaram que o trabalho na associação influenciou a retomada para conclusão dos estudos: “[...] teve bastante influência, porque eu quero melhorar, eu estudei até a 4ª série, nem a 4ª série eu não tirei direito. Eu pretendo fazer um curso de espanhol”. Questionada se pretende cursar faculdade, respondeu: “To querendo, mas eu ainda não decidi no que”.

Todas declararam que houve mudanças em seu nível profissional, principalmente por causa dos cursos de culinária e do relacionamento em grupo: “Aprendi várias coisas: fazer rosquinhas, pão, atender no balcão. É bom se relacionar” (L4), “Aprendi bastante coisa. Como pessoa, respeitar as pessoas, o jeito de cada um, cada um tem seu jeito, né? Eu acho muito interessante isso, você é de um jeito eu sou de outro, eu tenho que respeitar o teu espaço, a tua opinião, a convivência...” (L1); “Mudou bastante. Antes não gostava de fazer nada” (L5); “Bastante. Não sabia nada. Toda vida fui mais reservada” (L6); “Aprendi muito. Sabia bolo simples, agora faço qualquer salgado, bolo. Cozinhar para muita gente...” (L7).

Compreende-se, portanto, que a iniciativa contribui para o desenvolvimento local ao proporcionar o desenvolvimento das liberdades (SEN, 2000) das associadas

no que tange a benefícios relacionais, à qualificação profissional, à autogestão do empreendimento e à autonomia (SINGER, 2002), entre outros.

d) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados

A Ilha das Peças integra o Parque Nacional do Superagüi, porém, a Vila está recortada fora de seus limites. No entanto, por ser entorno direto da área do Parque, é também gerida pelo ICMBio. Durante a pesquisa de campo constatou-se entre a opinião das associadas uma não aceitação da instituição do Parque, ainda que sejam favoráveis à conservação da natureza.

As principais queixas referem-se à rigidez das normas e impedimento no uso direto de recursos como madeira, palmito (*Euterpe edulis*), plantas ornamentais e extração de ostras, uma vez que a categoria Parque Nacional é de proteção integral. Também se ressentem pela liberação controlada de novos terrenos e para a construção ou reforma de imóveis. De acordo com as associadas, a restrição de uso impactou diretamente na reprodução social, visto que ali há poucas opções de geração de renda. Dessa maneira, a declaração das associadas vai ao encontro do que afirma Martínez Alier (2012) a respeito do ecologismo dos pobres: o grupo se preocupa com a conservação das áreas naturais, mas demonstra seu principal interesse no meio ambiente para a própria subsistência.

Quando questionadas se em sua visão a instituição do Parque Nacional do Superagüi traz benefícios para a população a maioria das associadas respondeu que não, traz apenas proibições: “Não sabem nossa necessidade. Muitas coisas nos prejudicam” (L1). “Não beneficia. Não pode isso, não pode aquilo. O mico, o papagaio, a trilha, tudo isso fica fora da Ilha das Peças. Os ‘pepinos’ ficam na Ilha das Peças, a proibição” (L3). Dessa maneira, consideram que não degradavam a natureza e que dependiam dela para sobreviver:

Nenhum [benefício], atrapalha bastante. Aqui nunca desmatou. Era tudo fogão a lenha, entrava no mato. Se matasse uma caça, vivia dele. Cortava um palmito, nunca para vender. Hoje em dia não tem outra fonte de renda. Para conseguir quintal quando casa... [é difícil] (L6).

As dificuldades para reprodução social não foram compensadas com benefícios ou outras oportunidades de desenvolvimento em sua percepção: “Não, porque ninguém pode cortar nem uma vara” (L8), “Tem gente que precisa.” (L7).



“Hoje em dia a maioria não pode nem fazer uma casa. Dão mais valor para as coisas do que para o ser humano. Antigamente vivia disso, hoje em dia não pode mais. Não pode pescar no rio. Veio só prejudicar mais” (L6).

O TBC tem como premissa essencial seu desenvolvimento em escala limitada. “Seria um equívoco imaginar este tipo de turismo como uma alternativa em substituição ao turismo de massa em termos de geração de receita, pois este não é o objetivo de iniciativas desta natureza” (IRVING, 2009, p. 115). Busca-se assim assegurar a qualidade ambiental e social do destino. Nesse ponto, as associadas seguem seus pressupostos: “Eu espero que cresça, temos que nos estruturar” (L2).

Para elas, faltam meios de hospedagem, mas novas opções teriam que beneficiar quem mora no local “não precisa aquelas pousadas grandes. “Pretendo fazer quartos para alugar, dependendo do dinheiro” (L2). “Se [o turismo] viesse para ajudar as pessoas da ilha.” (L4). Uma indica a necessidade de mais atrativos: “Nós não temos muito o que atraia, como a Ilha do Mel. Falta o IBAMA [ICMBio] autorizar a abertura da trilha, e alguém que se interesse, divulgação, guia qualificado. Os golfinhos são atrativos, ver o pescador jogando a tarrafa” (L3). “O turista vem buscar sossego” (L6), “Andar na praia, fazer trilha...” “Eles vem ver o mato, ver passarinho, ver o pôr do sol, ver a noite...” (L1).

O período de maior demanda turística é o mês de janeiro, mas todo o verão é considerado bom. Nos demais meses em que o turismo gera poucos benefícios econômicos, os ganhos são gerados por vendas da mercearia e padaria na comunidade. As formas de comercialização são grupos com reserva e parceria com operadora de turismo de Curitiba. A comunidade consome o ano todo produtos da mercearia e padaria.

De acordo com uma associada, o fato de existirem as UCs em Guaraqueçaba “não é ruim” (L3) para o turismo, mas também não traz benefícios. Justificam sua opinião pelo fato do nome do Parque ser homônimo da Ilha do Superagüi, e dessa forma, favorecer apenas a esta ilha, e não à Ilha das Peças, “O parque é só Superagüi” (L6). Na opinião desta e de mais duas associadas, a existência do Parque favorece a população indiretamente ao frear a especulação imobiliária, já que antes os pescadores vendiam suas propriedades e mudavam-se para o interior da ilha: “Sou a favor de preservar, beneficia. Se não já tinha virado comércio. Graças à intervenção o Parque barrou a especulação imobiliária. Se não parasse com a venda de terreno estaria muito movimentado” (L2); “[...] aqui tem

casa de veranistas que trazem desde palito de dentes até... Se o IBAMA não tivesse interferido na época teria muito mais, isso foi legal. Eles embargaram, puseram leis que não era mais para vender terrenos” (L1).

Para as demais, se a área não fosse Parque Nacional a natureza estaria conservada da mesma maneira: “E se não fosse Parque seria a mesma coisa” (L1). “[...] estaria preservado do mesmo jeito” (L4 e L6). “Não sei, liberado ou não, está sozinho, tem o IBAMA [ICMBio] que vem uma vez por ano” (L1). A presença da gestão do Parque, que já foi realizada pelo IBAMA, mas na realidade atualmente é de responsabilidade do ICMBio, é recorrentemente destacada como insuficiente:

Eu não sei, porque eles trouxeram o parque, mas não protegem o parque. Quem protege mais o parque é a comunidade, que eles não têm tanto conhecimento, mas eles protegem mais do que aqueles que dizem que protegem [...]. Porque os homens [órgãos ambientais] vêm só na semana do meio ambiente querendo pegar todo mundo. Mas não é assim, acho que tinha que ter um trabalho em conjunto com a comunidade, conscientizando as pessoas. Eu acho legal isso. Agora vir e mostrar num dia tudo o que é lei, isso não funciona. E a direção do parque eles nem disseram “olhe, tem esse limite. O que vocês acham?”. Pegar a opinião do pessoal, porque eles não sabem, é diferente de alguém de Curitiba, o pessoal que mora aqui na ilha. Eles vêm e não estão nem aí. Na cabeça deles, eles acham que formou aquela lei e acham que é legal, mas não é, muita coisa prejudica a nós (L1).

A partir dessa e de outras falas, entende-se que na interpretação das associadas há pouca atuação do órgão gestor na Vila e arredores, portanto, não há efetividade na proteção, a não ser aquela feita pelos próprios moradores que ali estão diariamente. Também se queixam da atuação mais proibitiva e fiscalizatória por parte dos órgãos ambientais, ao invés de um relacionamento mais direto com a população, voltado às ações de educação ambiental, planejamento e gestão participativa, e equidade e justiça ambiental na formulação e aplicação das leis.

Dentre as mudanças nas atividades socioculturais e econômicas da população em decorrência da legislação ambiental indicaram que a madeira era utilizada para construção de casas e cercas, e não pode mais ser retirada. Também citaram a proibição da caça. A pesca é permitida, com restrições apenas durante o defeso, entre março e maio. Porém, neste período os pescadores recebem auxílio do governo.

Sobre impactos no desenvolvimento local gerados pela interferência da legislação ambiental sobre atividades (econômica, social, cultural ou ambiental) praticadas anteriormente à mudança na legislação ambiental, indicaram: “Não pra

mim, mas muita gente queria construir quartos para turistas.” (L1); “Cortava lenha, não pode mais. Não pode caçar, pegar pau para casa” (L3); “Para casar tem que pedir o terreno, tem que pedir permissão para arrumar a casa. Tirava as folhas de samambaia para vender. Era uma renda também, não pode mais” (L4); “Palmito que a gente gosta de comer.” (L7); “Antes, camboava com rede presa na barriga, tirava limo, água viva, samambaia. Agora não tem quem compre mais” (L8 e L4). Uma associada indica uma série de atividades que gostaria de poder fazer:

Tudo. Quando era menina, tirava lenha, lenha verde. Aquele tempo era bom demais. Mal e mal a gente ganha para comer, não podemos nos beneficiar de nada. Vendia samambaia, palmito para comer, tiravam limo (algas) para vender para japonês. Ostra agora não pode mais pegar, mata o mangue. É tudo bobagem, nascia mais ainda (L9).

Nesse contexto, não há apropriação do Parque por parte das associadas de modo geral: “Eu vejo um par de mato ali, não vejo assim tanta influência na minha vida” (L1), mas há uma defesa da natureza entre elas: “Eu sou muito ecológica, não gosto que venham depredar as árvores.” (L1). Unanimemente todas são a favor da proteção ambiental: “Ah sim, não gosto que venham depredar os pássaros, as árvores (L1); “Com certeza, tem que preservar. Desmatar prejudica nós mesmos.” (L2); “Sim, né, porque a gente não quer ver nada destruído”. (L4); “Defendo o verde porque a gente não vive sem ele” (L6).

No entanto, não concordam com a rigurosidade: “[É preciso] dar um voto para a humanidade” (L6); “É importante manter, mas muito rígido não. Não desmatar, mas que dê para tirar uma madeira” (L7). Para Diegues (1997, 2000), categorias de UCs sem moradores, tal qual Parque Nacional, são inadequadas às condições ecológico-sociais dos países do Sul por não considerar tais necessidades de acesso aos recursos. No que está de acordo a declaração da associada: “O Parque eu não defendo. Eu defendo a mata. Se a pessoa precisa, corta. Se não, deixa lá” (L1).

A associação não declarou participar de iniciativas para garantir a conservação do meio ambiente nem dos Conselhos Gestores da APA e/ou do PARNA. Individualmente questionadas nesse aspecto, uma respondeu que não faz nenhuma ação. As demais variaram as respostas entre: “Eu acho que participo, se eu ver alguma criança com cetra vou brigar.” (L1); “A gente cuida do quintal, do lixo, sempre planta laranja, abacate, tomate, temperos. “Sempre fui contra a venda dos

terrenos” (L2); “Eu cuido do meu lixo, não desmato, educo meus filhos” (L3); “Eu não, mas a gente não deixa ninguém mexer. “Quem cuida somos nós” (L5). Uma afirmou: “A gente não tem tempo” (L9), mas segundo a associada, já participou de dois mutirões para retirar lixo da praia e gostou da experiência.

Quanto a impactos do turismo no meio ambiente, como negativo, principalmente, citaram a geração de lixo: “Os turistas deveriam levar seu lixo” (L9). Nesse ponto, uma associada declara que não gostaria que o turismo crescesse muito na Vila porque “... traz muita coisa ruim” (L2).

Sobre os diferentes perfis de turistas, há uma preferência por aqueles que se hospedam no local e se envolvem mais com a comunidade: “Acho que é melhor os que ficam mais dias na Ilha.” (L1). Há muitas críticas sobre os veranistas e os impactos gerados pelo lixo que deixam: “Daí tem os que ficam muito, trazem mais lixo. Eles deixam a fatia, mas também deixam prejuízo” (L1). “Eu nunca ouvi falar que veranista leva o seu lixo. Eles vêm com a educação da cidade. Eles põe tudo na porta de casa, o reciclável e o orgânico tudo misturado” (L1). “Seria legal educação para veranistas levarem o lixo de volta” (L1).

Conclui-se que esse pressuposto é atendido parcialmente, uma vez que as associadas defendem a preservação da natureza, mas, por outro lado, em geral não se sentem beneficiadas com a instituição do Parque, salvo pelo controle da especulação imobiliária. Não legitimando o Parque enquanto meio de conservação, não se envolvem na gestão e não participam do Conselho Gestor, por exemplo. Quanto ao turismo, todavia não há ações práticas no controle e limitação da visitação. Porém, compreende-se que as associadas percebem seus impactos negativos, como o lixo, e visualizam cenários equilibrados para a atividade, estando sensíveis para um desenvolvimento planejado.

#### e) Afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro

As associadas definem quatro perfis de visitantes que frequentam a Ilha das Peças, principalmente no verão. O primeiro, em sua maioria, hospeda-se na próxima Ilha do Mel, importante destino turístico do litoral paranaense, e desloca-se até Peças para observação de golfinhos e almoço no Restaurante Ilha das Peças, opção mais econômica para os turistas frente aos altos preços na Ilha do Mel.

O segundo perfil é um turista de sol e praia, compõe uma clientela fixa que frequenta a Vila apenas para almoçar nos outros dois restaurantes convencionais existentes, normalmente em seus barcos particulares.

O terceiro perfil é o do turista que frequenta a festa de São Sebastião em 20 de janeiro. No entanto, é um turista não religioso, mas sim de massa, que causa tumultos, brigas, consome drogas, gera barulho e lixo na comunidade. É um turista indesejado por parte da população, mas sobre o qual não têm controle para impedir sua vinda, já que há outros moradores envolvidos na organização da festa.

O quarto perfil é o do veranista que possui residência no local. Estes são muitos, e levam para a Vila todos os produtos que consumirão durante sua estada, e, portanto, poucos proporcionam benefícios à Ilha. Ressalta-se que as associadas consideram turistas todos os visitantes, incluindo-se excursionistas, turistas e veranistas.

A motivação do turista que vai à Ilha das Peças é a observação de golfinhos, que podem ser avistados na baía, mesmo da beira da praia. Além disso, o turista que frequenta o Restaurante busca uma refeição com melhor preço em relação à Ilha do Mel. O guia que organiza os grupos fala no barco a respeito da cozinha comunitária, então os visitantes chegam curiosos no Restaurante. Porém, as associadas não dispõem de tempo para conversar com os grupos. Devido ao ritmo acelerado do trabalho há pouca interação entre as associadas e os turistas, o que acontece em poucos momentos, quando “o trabalho está mais tranquilo”. Questionada sobre sua avaliação do perfil do turista que a visita, a associada afirma: “Esses que vêm são legais. Comem bem.” (L3)

Nesse contexto, de acordo com os resultados, a atividade turística não contribui para a valorização cultural e afirmação da identidade local. As associadas têm pouco contato com os visitantes, e consideram baixa a atratividade local e a infraestrutura turística, como exposto no depoimento a seguir: “Ainda é pouco o turismo, falta estrutura. Se tivesse mais camping, pousada... A maioria vem só para almoçar. A única coisa que temos é só os golfinhos. O artesanato é pouco procurado, porque os turistas passam poucas horas. Alguns veranistas compram aqui [no empreendimento], menos de 40%” (L2).

Considerando-se o que afirma Irving (2009), o encontro entre identidades, no sentido de compartilhamento e aprendizagem mútua, é condição para o turismo de base comunitária. “[...] para que o encontro aconteça, atores locais e turistas são,

simultaneamente, agentes, sujeitos e objetos no processo” (IRVING, 2009, p. 117). Portanto, sendo mínima a interação, pode-se afirmar que não há o “encontro” entre visitantes e visitados, e que sobre a cultura local, “a maioria nunca ninguém perguntou” (L4).

O turismo não é considerado meio de valorização da cultura local, do saber fazer, porque a culinária ofertada não é a típica, mas sim o mais comercial (arroz, feijão, filé de peixe frito, camarão com molho, batata frita e salada). “Não somos criativas”, dizem algumas associadas, mas há vontade no grupo de inserir pratos como o peixe seco com banana, peixe com molho, bagre seco. Apenas duas mulheres secam/ defumam o peixe na ilha (não são associadas). O prato é mais elaborado e com o grande volume de trabalho na cozinha não conseguem oferecer esses produtos. No entanto, há entre algumas das associadas o interesse em valorizar a culinária local e inseri-la no cardápio:

A gente já conversou no grupo que deveria ter mais comida típica. Eu acho legal mostrar a nossa culinária, é diferente, né? O que a gente come aqui no dia a dia, muitos querem assim, esse tipo de refeição e não tem, a gente trabalha mais com o congelado. Peixe com molho, pirão, moqueca, salteira<sup>48</sup>... Nós trabalhamos com congelados, com o filé de peixe, só o filé. Também porque não tem sempre aquela saída, daí não incentiva. O peixe inteiro tem validade ele não fica com aquele sabor, se ficar muito tempo no congelador. Mas não tocamos no assunto, porque umas discordam (L1).

São poucos os turistas que pernoitam na Vila, e estes são os preferidos porque beneficiam mais pessoas da comunidade: “Tem grupos que ficam, são mais legais, ficam na comunidade, fazem trilha, compram artesanato... Estrangeiros é muito legal, são educados” (L1). No caso do turismo de base comunitária o perfil desejado de turista é diferenciado, e as mulheres identificam qual o perfil mais adequado aos seus objetivos:

Por exemplo, o André é de Curitiba, ele faz os passeios na Ilha do Mel, ele é legal porque ele trazia um grupo de 30 pessoas, eles almoçavam aqui, ele dá uma hora pro pessoal passear na ilha, comprar artesanato e depois ia embora. Esses são turistas bons, [...] são pessoas educadas. O turista que vem e fica mais na ilha, eu acho melhor. Pra toda a comunidade. [...] esse [turista] é o melhor... o de temporada, é o de excursão, é o que mais dá lucro para nós, porque eles vêm, eles comem. O veranista é estúpido, muito pouco que ele pega no mercadinho, muito pouco que eles comem no restaurante. A gente só vê quando eles vão embora. Ou nem vê porque eles saem de lá de barco. [...] Para nós é pouco o que eles deixam de recurso para os moradores.” (L1)

---

<sup>48</sup> Espécie de peixe marinho (*Parona signata*) encontrada em todo o litoral brasileiro e que frequenta locais próximos às ilhas e parciais em bocas de baías e manguezais.

Assim, as associadas têm identificado o perfil do turista desejado, podendo ser planejadas ações a partir desse entendimento para estimular a visitação e maior rela o intercultural.

Conclusivamente, observou-se que essa iniciativa está contribuindo para o desenvolvimento local na medida em que atende a demandas como a gera o de renda e trabalho direto e indireto e enquanto única padaria da Vila, atendendo a toda a comunidade. Destaque-se, principalmente, a promo o das liberdades instrumentais e substantivas das associadas através de sua qualifica o profissional, de certo grau de independência financeira, do aumento na autoestima, da convivência entre o grupo e do interesse despertado na continuidade dos estudos em duas associadas, entre outros benefícios.

O turismo, todavia, não está contribuindo para o fortalecimento da cultura local, segundo resultados da pesquisa. No entanto, há entre algumas associadas o desejo de incrementar o cardápio e oferecer pratos t picos, o que poderia valorizar a culinária local e colaborar nesse sentido.

Quanto ao Parque Nacional, diretamente não se constatou na interpreta o da maioria das associadas benefícios advindos da cria o da UC. Algumas, contudo, destacaram como a natureza conservada contribui tanto para a qualidade de vida da popula o como para a atividade turística. Para melhorar esse entendimento, demanda-se aproxima o e maiores a o es entre a gestão do PNS e o grupo de associadas, além de toda a comunidade, de modo a fortalecer o diálogo entre ambos e promover sua coopera o.

### 5.1.3 Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba Arte Nossa

A *Cooperativa de Artesãos Arte Nossa*   composta por artesãos de toda Guaraqueçaba, sendo que a maioria mora na sede do município. Os demais se encontram nas ilhas, mas deixam seus produtos para comercializa o no Centro de Artesanato.

A principal forma de venda dos produtos   para turistas que frequentam o local. O turismo na sede, porém   bastante incipiente. Acontece principalmente no verão, quando são atraídos pescadores amadores, ecoturistas, turistas de lazer,

ciclistas, entre outros perfis. Na sede existem dois hotéis e algumas pousadas com estruturas simples e atendimento familiar. Os restaurantes turísticos são em cerca de quatro, localizados em frente à Baía das Laranjeiras. Outros menores e algumas pizzarias complementam essa oferta. O comércio local é pequeno e boa parte dos moradores das ilhas opta por fazer suas compras no município de Paranaguá, seja pela proximidade, por melhores preços ou maior variedade, assim a renda de seus habitantes acaba não permanecendo em Guaraqueçaba.

Foram entrevistados onze cooperados (FIGURAS 31 e 32), oito do sexo feminino e três do masculino, com idades entre 42 e 74 anos. Os entrevistados também serão identificados como locutores.

#### a) Base endógena da iniciativa

A cooperativa surgiu a partir de uma associação de artesãos criada em 1997. Em 2005 foi legalizada com 35 cooperados, através do apoio do Programa do Voluntariado Paranaense (PROVOPAR). O PROVOPAR construiu o Centro de Artesanato (FIGURAS 27 e 28), comprou equipamentos e capacitou artesãos de todo o município em organização, gestão e produtos.

No Centro comercializam-se produtos de cooperados e não cooperados: utensílios de cozinha, esculturas (FIGURA 29), móveis, luminárias, bolsas, colares, chapéus, camisetas, tapetes (FIGURA 30), jogos americanos, trilhos de mesa, objetos de decoração, papel, cestaria, quadros, vasos, redes, entre outros. Os materiais utilizados também são variados e incluem escamas de peixe, cerâmica, fibras de bananeira e de açucena, bambu, retalhos de tecido, sementes.

Como muitos já eram artesãos, a principal motivação para participar da cooperativa foi a geração de renda: “No início porque gostava. Gosto de fazer artesanato já, a minha família pra trás vem de artesanato já. Depois foi dando renda, melhorou, né?” (L11); “Meu trabalho aqui na região sempre foi ligado ao artesanato. Entrei para gerar renda.” (L13); Outros indicaram a falta de opções de trabalho no local: “Porque não tem outra coisa para fazer, né?” (L12); “Aqui é fraco, não tem serviço [...]. A gente entrou mesmo para gerar renda porque aqui não tinha trabalho. A gente procurava ter uma melhora, estudar, aprender o artesanato da região.” (L17).



Desenvolvimento pessoal e até mesmo curiosidade também motivaram a participação: “[...] em busca de crescimento pessoal, ambiente novo, curiosidade. Não vi tanto como necessidade.” (L15); “Entrei até por uma brincadeira, mas aí fui tomando gosto. Agora é gostoso de trabalhar...” (L18). Uma cooperada encontrou apoio na cooperativa para enfrentar uma fase difícil: “[...] eu tava com depressão. Ai eu trabalhei e gostei” (L19). Assim, foram diversos os estímulos para a participação.

Metade dos entrevistados afirmou ter alcançado seus objetivos iniciais “Consegui comprar bastante coisinha com a renda do artesanato.” (L18), mas alguns ressaltaram que financeiramente o resultado não é tão expressivo: “Com muita dificuldade a gente acaba conseguindo. Mas pode ser melhorado” (L13); “Melhorou sim. Um pouquinho, né? Dá pra ir sobrevivendo. [...] O pão, o leite, a gente passa bem. Outras coisas a gente não liga.” (L17); Uma cooperada deixou de participar porque perdeu a motivação, mas ainda assim afirmou: “espero ver isso aí a toda”. (L14). Outro declarou ter atingido seu objetivo de desenvolvimento pessoal, mas que se decepcionou quanto ao cooperativismo, que para ele não existe ali.

#### b) Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos

Quando há interessados em se associar, o trabalho e as técnicas são apresentados a estes, que então devem fazer uma experiência de três meses, experimentando os diferentes trabalhos.

O atendimento no Centro de Artesanato é feito por escala. Cada associado deve trabalhar um dia por mês, mas aqueles que não podem ou não querem comparecer pagam R\$ 10,00 a diária para outro cooperado trabalhar em seu lugar. Entende-se que essa prática enfraquece o envolvimento e o sentimento de pertencimento local, uma vez que distancia os cooperados da rotina da Arte Nossa.

As reuniões, com ata, acontecem a cada dois meses. Mensalmente são realizadas outras informais ou quando alguma decisão precisa ser tomada. Apenas um grupo de aproximadamente oito pessoas participa ativamente da gestão da cooperativa, das reuniões e mutirões de limpeza geral do Centro de Artesanato, para arrumar o arame da cerca, roçar a grama ou outras atividades.



FIGURA 37 – FACHADA DO CENTRO DE  
ARTESANATO  
FONTE: a autora (2006)



FIGURA 38 - INTERIOR DO CENTRO DE  
ARTESANATO  
FONTE: PIRES (2014)



FIGURA 39 - ARTESANATO EM ARGILA  
FONTE: a autora (2014)



FIGURA 40 – TAPEÇARIA  
FONTE: a autora (2014)



FIGURA 41 - ARTESÃ COM FIBRA DE  
BANANEIRA  
FONTE: a autora (2014)



FIGURA 42 - ARTESÃ RETIRANDO FIBRA DE  
BANANEIRA  
FONTE: a autora (2014)

A baixa participação é justificada inicialmente devido à dificuldade de acesso para aqueles que moram nas ilhas e em comunidades do continente que são mais afastadas, e também ao fato de alguns terem empregos formais. Porém, para uma cooperada, “A maioria não vê como seu, não limpa. Uns se sentem donos e cuidam” (L21). Outra comenta as dificuldades da cooperação:

Ah no começo foi difícil, todo mundo achava que já ia entrar e já ia ganhar, sabe? Aí a gente começa a fazer as coisas, o outro não faz, sabe? Porque no começo todo mundo é sócio, então todo mundo é dono, né? Daí um faz, outro não faz, aí já fica meio assim. Então tudo isso gera uma confusão. Mas graças a Deus agora tá tudo bem. (L11)

Os membros têm autonomia na organização do trabalho individual: “Eu que decido.” (L13; L14); “Vai acabando eu vou repondo” (L11); “Conforme o material que eu tenho, levo o que eu acho que tenho que levar.” (L20). O artesão trabalha em casa ou no Centro de Artesanato, leva o produto e o registra no caderno de controle da cooperativa. Há diferença apenas quando há encomendas, nesse caso, divididas entre os cooperados: “Quando há encomenda grande se reúnem e fazem em grupo. Quando é só pra deixar na loja eu faço em casa.” (L18). Um cooperado destaca a autonomia na organização das atividades:

Cada um cuida um pouco da loja, pra gente vender e ter a renda da gente. Divide o trabalho. A gente tem autonomia, faz e leva lá pra vender. Ninguém manda em ninguém, cada qual faz o seu e coloca lá pra vender. Não tem, assim, um patrão. Só temos a responsabilidade de vender e cuidar da cooperativa. [...] Quando há encomendas a gente divide. (L17)

Muitos indicaram o papel da coordenadora na organização das encomendas: “Quando tem pedido, é passado para dona Ida, que é a coordenadora. A dona Ida quem determina o que vai ser produzido. Ela é coordenadora, ela quem convoca.” (L19). Mas alguns também a indicaram como responsável para a resolução de outras questões pertinentes à cooperativa: “Quando precisa resolver dona Ida convoca reunião.” (L11); “Quem junta as pessoas aqui é a dona Ida. Aí, quando tem reunião eu só fico escutando, eu não digo nada. Não precisa dizer as coisas, não tem o que falar. A chefe é ela, o que ela manda. Eu não discordo dela, eu confio no que ela fala.” (L12); “Dona Ida que está mais na coordenação [...], mas não tá havendo esse movimento da cooperativa não.” (L13). “Convoca o pessoal. Tem decisões que só são comunicadas pelo presidente [coordenadora].” (L14). Outros consideraram que todos têm a responsabilidade: “Todos nós temos que cooperar...”

(L16); “A gente se junta e faz uma reunião. Quando eu tenho que falar alguma coisa eu vou lá e falo.” (L18); “Tem que sentar, reunir e conversar.” (L19). Observou-se que a coordenadora é a maior responsável pela tomada de decisão, e que as reuniões vêm acontecendo esporadicamente, num caráter mais informativo do que deliberativo.

Sobre a participação, quatro afirmaram que sempre participam das reuniões e ações cooperadas, como quando havia mutirões de limpeza, que não mais ocorrem. “Antigamente fazia mutirão um dia assim da semana, hoje não. Hoje a gente tá aqui na loja, não tem movimento vai lá e limpa o banheiro, limpa a cozinha. É espontâneo, cada um faz um pouco”. (L11).

Sobre a participação dos cooperados, um deles informa: “A maioria vem, mais daqui [da sede]. Das ilhas às vezes é difícil o acesso, né? O mar... depende muito do mar, do tempo. Quando eles não vêm eles avisam.” (L11). Outra cooperada, que mora em uma das ilhas, confirmou que participa às vezes: “Eles ligam, se tiver barco eu vou.” (L20). Uma terceira, por problemas de saúde, não participa mais: “Participava antes [...], para ficar sabendo do que ocorria.” (L16), e outro, não se reconhece participativo: “Não sou tão presente. Vou dar uma olhada, vou receber... As reuniões criam mais problemas.” (L15).

Segundo a coordenadora, são em torno de oito associados participativos, os demais apenas mantêm vínculo. Há uma desmotivação porque a venda não é muito expressiva, mas também são mínimas as ações partindo dos próprios cooperados para alavancá-las. De acordo com Singer (2002), o maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, quando esses se recusam ao esforço adicional exigido pela prática democrática, que vai além de cumprir as tarefas a seu cargo. Para o autor, os sócios devem se preocupar com os problemas gerais do empreendimento, esforço esse que traz resultados positivos, pois contribui para a cooperação (SINGER, 2002).

Considerando-se que a participação é essencial para a sustentabilidade das iniciativas de TBC (IRVING, 2009), a ampliação de benefícios para os cooperados da Arte Nossa, com extensão à comunidade, no fortalecimento de sua identidade cultural e na valorização de seu artesanato, exige maior envolvimento dos cooperados, pois o desenvolvimento local só é possível quando seus habitantes estão envolvidos com autonomia.

Apesar da baixa participação, quando questionados sobre o quanto se sentem parte do grupo, seis responderam que se sentem muito parte do grupo: “Sim, desde o começo, né? Muito sim, porque muitas vezes que não tem quem abra lá, a gente vai lá e abre [o Centro de Artesanato]. Se a pessoa tiver doente, se não comunicarem a gente, a gente passa tá fechado, a gente abre e fica cuidando.” (L19); “Me sinto parte do grupo bastante, bastante! Mas bastante mesmo.” (L17); “Eu me sinto. Por isso que eu tô aqui, né? Senão isso aqui já tinha fechado, porque muitos desistiram, né? Tem gente que tá aqui na lista, mas não aparece, só vem, só paga, não aparece aqui.” (L11); “Me sinto muito legal.” (L16).

Uma cooperada diz não mais participar das ações ou na produção do artesanato, mas, ainda assim, emocionou-se ao afirmar que se considera muito parte do grupo: “Faço parte, meu nome tá lá.” (L14), indicando sentimento de pertencimento, ainda que não mais esteja ativa no grupo por desmotivação.

Em geral os cooperados afirmaram-se corresponsáveis pelo bom andamento da cooperativa, ao responderem a questão sobre de quem dependeria seu sucesso: “De nós mesmos, dos artesãos, dos cooperados.” (L11); “Depende de todos nós que estamos aqui.” (L12); “Depende dos artesãos, de nós mesmos.” (L13).

A gente faz reuniões, quando surge um novo projeto, a gente reparte o serviço que vai ser feito. Eu participo de todas as reuniões, assino a ata. [...] Mutirão de limpeza, o que fizerem e me chamarem eu vou lá pra participar. Eu participo porque eu faço parte da cooperativa, eu acho que é minha obrigação fazer alguma coisa, não deixar fechar. Eu cuido da loja. Se a gente não cuidar, vai fechar, a gente vai perder. (L17)

Porém, dois cooperados declararam que não se sentem parte do grupo e questionaram a real cooperação entre ele: “Não me sinto parte. No começo eu me sentia, ia com vontade...” (L15). O cooperado L13 descreveu a situação atual:

Eu sinto que o grupo ele tá bem, assim... Tá mais focado na dona Ida, ela que dirige o grupo, né? Então o grupo não tá tão integrado de forma cooperada. Como que funciona isso? Ela tá como se fosse uma empresa e a dona Ida administra isso. Daí nas reuniões ela coloca o que tá se necessitando, daí é discutido e é feito da forma mais democrática, né? Existe um grupo que é o que tá segurando isso ainda, que tem essa fé que isso possa... Que é a menor parte. Os artesãos mesmo que trabalhavam mais pra frente, hoje não tão... Que hoje tá trabalhando os índios e esse grupo ali... Muitos já foram embora, e outros já desistiram porque pegaram outra profissão. No momento eu tô me vendo mais como individual procurando unir o grupo. Mostrando formas para que isso venha fortalecer. (L13)

Para um artesão, “Só o nome é uma cooperativa. Isso que foi um erro, na fundação teve curso de cooperativismo, depois não teve mais, virou brincadeira. Entrava e nem sabia o que era uma cooperativa”. (L15). O fato de muitos artesãos terem saído da cooperativa e poucos participarem atualmente não é apontado como o problema. Este estaria mais ligado à qualidade da cooperação: “Não é impedimento ter poucas pessoas, mas que funcione para o mercado.” (L14); “[depende] Dos artesãos que estão trabalhando, né? Tem que se reunir e trabalhar para ter bastante trabalho quando chega turista. Senão às vezes tem turista e não tem trabalho.” (L18). “O sucesso depende de nós mesmos. Nós que temos que lutar para vencer. Sempre para vencer. Se alguém tá fracassado nós temos que levantar, né? Nós estamos prontos para ajudar a levantar.” (L19).

Para duas pessoas, é importante a atuação de todos e o papel da coordenadora também: “[...] todos juntos, cada um fazer a sua parte, se organizar e sempre produzir para que tenha venda, pra que a cooperativa não venha a perecer, a fechar, né? Temos também os diretores. A dona Ida dá muita força para nós.” (L17); “[depende] Da dona Ida. De nós todos, levar as coisas para fazer movimento.” (L20).

Nesse ponto, ainda que pese a atuação da coordenadora para manutenção da Arte Nossa, observou-se que não há pleno conhecimento por parte dos cooperados a respeito de todas as ações desenvolvidas por ela, havendo lacunas importantes que podem interferir diretamente na autonomia e protagonismo dos demais cooperados, mesmo não sendo intencional.

Um caso emblemático refere-se à participação da Arte Nossa como membro da Cooper guará. Durante as entrevistas, uma cooperada da Arte Nossa, das mais atuantes, demonstrou confusão sobre esse fato. Ao referir-se à Cooper guará, e aos turistas levados por esta para a Arte Nossa, informou: “Ali do Boticário que tem turismo, né? Guará... Uma coisa assim, dona Ida também faz parte. Aí o pessoal também vem aqui. Sempre que eles têm excursões, né? Aí eles vêm aqui, trazem tudo pra cá pra nós.” (L11). Na realidade, a cooperada referia-se à ONG SPVS, que apoia a Cooper guará, e não à Fundação O Boticário, outra ONG atuante na região. Mas o fundamental aqui é a incompreensão por parte da cooperada de que toda a Arte Nossa é membro da Cooper guará, e não apenas sua coordenadora. Portanto, há ressalvas quanto à participação dos cooperados nas tomadas de decisão em ambas as cooperativas.

Para um único cooperado o sucesso da cooperativa está atrelado ao turista, que é o principal consumidor dos produtos: “Depende mais do turista que vem comprar ali.” (L16). Neste ponto, percebe-se o quanto a demanda turística tem sido preponderante na compra do artesanato, já que a Arte Nossa não tem participado de feiras, recebido encomendas, ou comercializado em outros pontos de venda. Assim, se não houver demanda turística não há saída para o artesanato produzido.

A partir destes dados e da observação no local, infere-se que a Cooperativa de Artesãos possui um quadro com dezenove cooperados registrados, mas na prática poucos são ativos, tanto produzindo artesanato quanto auxiliando na gestão. A maioria participa apenas enviando artesanato para venda no Centro de Artesanato, sem frequentar as reuniões ou trabalhar no atendimento do Centro, por exemplo. Tal situação incomoda a maioria do grupo ativo, já que quando há encomendas grandes estas são divididas igualmente. Desse modo, o grupo não é considerado uma cooperativa por todos. Para alguns membros a cooperativa é comandada pela coordenadora como uma empresa, no sentido de tomada de decisões, organização etc., sem que a maioria aja como protagonistas na gestão e organização.

### c) Geração de benefícios diretos à população local

O apoio do PROVOPAR beneficiou o local com significativo recurso financeiro por meio da construção do Centro de Artesanato e o fornecimento de equipamentos como um forno para cerâmica, teares, mobiliário, prensa de papel, entre outros. Além disso, capacitou artesãos em organização, gestão e produtos. Atualmente são 19 cooperados<sup>49</sup>, cerca de cinco não cooperados, mais o grupo indígena da tribo *M'Byá Guarani Kuaray Oguatá*, que vive na região e comercializam seus produtos no Centro de Artesanato da Arte Nossa. Não há cálculo aproximado de quantos são os envolvidos indiretamente, porque os artesãos estão espalhados no município e até mesmo há alguns morando em Paranaguá. Para produção do artesanato basicamente compram-se escamas de peixe, argila e sisal, os demais materiais como fibras e sementes são retirados da mata.

---

<sup>49</sup> Número atualizado em março de 2014

Os artesãos recebem quinzenalmente conforme a venda de seus produtos. Segundo a coordenadora, “Quem faz mais vende mais”, e também de acordo com a qualidade do artesanato. Dessa forma, só há repartição das vendas quando recebem grandes encomendas. Então, a coordenadora convoca os associados e pergunta quanto cada um pode produzir, e a divisão do trabalho é espontânea.

Sobre a evolução da renda dos cooperados, a coordenadora informou que quando o grupo participava de feiras a venda total girava entre R\$ 2.000,00 e R\$ 3.000,00 por evento. A participação do grupo era via PROVOPAR, em média três feiras por ano. Nesse período de apoio institucional cada artesão recebia em média R\$ 300,00 mensais. Com a intermediação do PROVOPAR também eram mais frequentes as vendas em quantidade por encomendas de empresas ou órgãos governamentais, porém estas não acontecem há mais de cinco anos. Atualmente, recebem mensalmente entre R\$ 30,00 e R\$ 100,00 cada um. As únicas formas de comercialização são o Centro de Artesanato e um espaço no Mercado Municipal, cedido pela prefeitura há poucos meses.

Alguns destacaram a importância da geração de renda através da compra do artesanato pelo turista, “[...] Porque os de dentro da cidade não compram nada mesmo. Só quando dá turista, final de semana, feriado, dia santo, daí a gente faz um bom dinheiro com eles.” (L18). Outros dois cooperados indicam a contribuição do turismo:

[...] a gente vende muitas coisas ali é pro turista. Eles que vêm arranjar dinheiro pro povo aqui. [...]. Aqui muitos vivem de pesca, outro vive de fazer artesanato. Quem não trabalha na prefeitura tem que trabalhar nisso aí. E o turista vem aqui para comer frutos do mar, o peixe. Então se eles não vierem para cá... Aí que sai dinheiro. Eles aproveitam e passam na cooperativa, todo mundo que vem passa na cooperativa, levam uma lembrança dali. (L19)

Os cooperados deixam 10% do valor das vendas para a administração da cooperativa e os não cooperados 25%. Os índios não são associados, mas também pagam 10%, entendendo-se que têm maiores limitações financeiras. A cooperativa não realiza investimentos em projetos de melhoria da infraestrutura para a comunidade em geral, já que a arrecadação não tem sido suficiente para pagar as contas do Centro de Artesanato como água, luz e contador. A coordenadora muitas vezes pede doações e improvisou um bazar de roupas usadas no Centro de



Artesanato para arrecadar os valores necessários para os custos fixos da cooperativa.

Sobre a renda a partir do trabalho na cooperativa, alguns artesãos não tinham renda anteriormente, para outros, esta aumentou, mas não expressivamente: “Aumentou porque não tenho uma renda, né? Só essa no momento. Então sempre eu tenho, pouco, mas tenho.” (L11); “É forma de agregar mais um ganho meu.” (L13). Alguns apontaram a sazonalidade do turismo como indicador na geração de renda: “Ganho R\$ 100,00, R\$ 200,00. Quando chega o calor mesmo, as férias eu ganho R\$ 300,00. Depois quando chega o frio, o inverno, daí fica zero de novo, tem mês que eu não ganho nada.” (L17); “A renda é assim, igual nessa época sempre tem saído as coisas. Mas quando chega mais tempo frio, assim, não tem saídas as coisas. Mas tem vez que fica parado.” (L12). Outros indicaram ter havido boa renda apenas quando receberam grandes encomendas: “Encomendas sim.” (L14), e na realização de oficinas via um projeto da Eletrobrás: “A renda que tive na época dos projetos, oficinas R\$ 800,00, R\$ 1.200,00.” (L15). “Agora tá menos, já ajudou bastante.” (L20).

A renda gerada com o trabalho na cooperativa auxilia nos gastos mais básicos: “Com essa renda compro coisas para os filhos mais. Porque a renda lá de casa é mais do meu marido. Eu só fico mais com os filhos, roupa, material da escola.” (L11); “O pouco que a gente ganha, claro que dá pra ajudar em casa.” (L12) “Mais para viver mesmo.” (L13) “Pagar uma água, luz, comida, roupa.” (L16). “Essa renda é muito pouco, é pra comprar pão, leite, as coisas para casa.” (L17); “Ajudo a comprar as coisas de casa, a fazer o rancho do mês, compro as coisas para mim, sapato. Comprei até uma televisão.” (L18); “Compro material para artesanato.” (L20).

Dois cooperados indicaram que os maiores benefícios nem mesmo são a renda gerada: “Eu compro coisa pra mim, né? Não precisa pedir para o marido. Melhor do que pedir para os outros.” (L12). Esta destacou que o trabalho é na verdade uma forma de “descansar”: “Gosto de estar aqui, com o juízo mais fresco. Trabalhar e ficar meio em paz um pouco.” (L12). Para outro cooperado a renda ajudava em casa, mas lhe “Favorecia o prazer de ter feito aquilo e expor para verem”. (L15). Assim sendo, observa-se o benefício na autoestima dos artesãos, seja pela independência financeira ou até mesmo o orgulho pelo trabalho.

De todos os entrevistados, apenas um cooperado afirmou que não houve mudança no seu nível profissional após entrar na cooperativa: “Não fez diferença

porque eu não estou usando os cursos.” (L14). Os demais afirmaram ter aprendido ou se aperfeiçoado: “Já teve cursos aqui bastante... De administração... Isso ajudou bastante.” (L11); “Ah sim. Não sabia fazer nada de artesanato. Aprendi. Me sinto melhor, né?” (L12); “Sim. Houve, tive cursos de cerâmica, de bambu, de empreendedorismo.” (L13); “Cerâmica e papel, reuniões com PROVOPAR sobre gestão...” (L15); “Cestaria, design, vendas, cerâmica, papel de açucena.” (L17).

Também tiveram a oportunidade de repassar as técnicas atuando como educadores em outras comunidades do município: “A gente também já foi dar curso do que a gente aprendeu.” (L19). De modo geral, os cooperados indicaram que o que mudou em suas vidas desde que entraram na Cooperativa foi a geração de “renda extra”; “conhecimentos”; “troca de informações, “aprender a fazer artesanato”, “trabalha com tear, escama de peixe, flores, arranjos, e outros materiais”; “trouxe conhecimentos na arte”; “relacionamento com a comunidade”. Muitos artesãos aprenderam a partir da cooperativa, ampliando-se as oportunidades.

Os membros participantes ativamente, com exceção da presidente, não têm outra fonte de renda, portanto o artesanato é fundamental em sua sobrevivência. Percebeu-se uma ligação também afetiva ao local físico do Centro de Artesanato, segundo eles conquistado com esforço, e ao trabalho desenvolvido, não sendo apenas uma fonte de recurso financeiro, mas de convivência, reforço na autoestima e até mesmo distração dos problemas familiares: “Só a gente conversando ali já alivia, já passa aquele nervoso.” (L21).

Avaliou-se que os benefícios do turismo são gerados localmente, mas dividiu-se a opinião se estes benefícios são para pessoas de fora que foram morar em Guaraqueçaba e por terem condições financeiras montaram seu negócio ou se também se estendem para aqueles que são naturais do lugar: “É mais gente de fora [que trabalha com turismo]. Poucos são daqui, agora que tá começando.” (L11) “Eu acho que principalmente os restaurantes. São todos daqui, só tem uma mulher que não é daqui.” (L19); “Mais são as pousadas, restaurantes, trânsito para levar a pesca. Fica bastante gente de fora.” (L15);

O primeiro beneficiado mesmo eu acho que são as redes de hotéis. O artesanato fica na última, porque quando a pessoa vai embora pensa “ah eu vou levar uma lembrancinha”. Na hora de ir embora é que eles vão pensar. Mas daí já gastaram, hotel, restaurante, transportes marítimos, de passeio. O artesanato não tá em primeiro. Depois, que sobra um dinheirinho que eles vão levar uma lembrancinha. (L17)

Um cooperado afirmou que a população não consegue investir no turismo, abrindo espaço para empresários que se instalam no local: “A comunidade não tem recurso, vai falar o quê?” (L14). No entanto, para aproximadamente metade dos cooperados os benefícios se estendem a todos: “Ah, eu acho que traz bastante, né [benefícios]? Traz tanto pra Cooperativa, pros hotéis, pros restaurantes. É tudo movido com o turismo.” (L11). “Acho que é igual para todos.” (L12); “Todo mundo um pouco, artesão, pousada, barqueiros, tem que ser feito rede, integrado.” (L13); “Nós do artesanato, os restaurantes, as pousadas. É tudo essas pessoas. Quem tem bar, lanchonete...” (L18); “Eu penso que aqui é bom para todos. Um tem pousada, camping, restaurante.” (L20).

Para os cooperados, o turismo deveria beneficiar as pessoas da comunidade: “Ah, os daqui, vieram pra cá ajudar o município, não trazer de fora” (L21). Empresários especializados “de fora” são entendidos como necessários, devido à baixa qualidade da mão de obra ou pouca iniciativa local, “mas devem contratar mão de obra local” (L21). “As pessoas que moram aqui. O de fora vem para se fazer aqui. Os de fora dão emprego pros outros, também é bom.” (L12). Um cooperado considera que devem ser primeiramente beneficiados porque enfrentam proibições para usos dos recursos e por não terem condições de se tornar empresários, por exemplo:

Eu acho que daqui e depois eles [de fora]. Porque nós aqui... não tem muita chance né? Tudo é proibido pra gente. A gente depende só do turismo mesmo. Só que o pessoal de fora também é importante, porque a gente não tem chance de abrir um negócio, e o pessoal vem, abre e com isso traz o turismo também, né? Oportunidades de emprego, de tudo. Porque é difícil né? O pessoal vive mais de pesca, de palmito, do turismo né? Artesanato... (L11)

A maioria concorda que a própria população deve ser beneficiada: “Nós que trabalhamos, né? Eu acho um pouco errado, tem que pensar na cidade. Que é pequena, as pessoas daqui precisam mais, que quase não tem trabalho, não tem emprego...” (L18); “Eu acho que povo daqui, são os que mais precisam. Quem não trabalha na prefeitura, pesca. E a pesca tem época que dá e tem época que não dá. Aí só vão pegar peixe pra turista comer mesmo. Ele [turista] tem que vir para ganhar dinheiro (risos).” (L19). Outros cooperados, no entanto, concordam que é importante pensar o turismo a partir da população e dos recursos locais, também como forma de valorização das pessoas e de suas características culturais: “Acho que está certo

beneficiar gente local. Se viesse gente de fora pode tirar o ganho daqui.” (L20). O cooperado L13 acredita que toda a lógica do desenvolvimento deve partir do local:

Aí é que está a mudança. Nós temos que pensar no que tá aqui. Porque melhorando o que tá aqui nós conseguiremos segurar o que tem aqui ainda, como tá aqui. Se nós melhorássemos nossos acessos internos... Falam em estrada para Guaraqueçaba, né? E sempre pensam em estrada de lá pra cá. Eu acho que tem que ser daqui pra lá. Inverter essa forma de fazer as coisas, porque é invertendo isso aí que vai melhorar. Se nós melhorar nossos trapiches, nossos acessos às ilhas, nossos acessos à comunidade... Isso eu tô preparando para criar a minha base, aí eu vou poder receber vocês lá, fazer um almoço gostoso lá no Rio Verde com peixinho do rio, com até mesmo palmeira, um arroz colhido na região mesmo, mandioca, enfim, fazer o prato típico lá e poder receber lá. Isso já muda tudo, né? Se mudar essa base de como receber isso, aí você consequentemente vai daqui pra lá também. A hora que sair lá “- Pode vir, gente!”, nós estamos preparados, nós estamos com condutores ambientais, com turismo preparado... Com isso as pessoas vão tendo condições de ficar aqui... (L13)

Outro cooperado cita a relação existente entre todos os que prestam serviços diretos e indiretos no turismo: “Um depende do outro. Tem muitos hotéis que são bacanas, [...] leva lá o pessoal. Eu acho que deveriam olhar mais pelas pessoas que estão aqui, que trabalham e estão fazendo.” (L17). Já outros, acreditam que a população não tem como investir no desenvolvimento do turismo nas condições atuais, sendo necessário abrir espaço para empresários de fora: “Seria a comunidade, se fizesse melhorias.” (L14); “Não vejo alguém aqui de dentro com essa condição de montar pousada, restaurante. Acho que tem que ser democrático.” (L15).

Na sua avaliação sobre o turismo na região, L21 o considera incipiente: “Falta turismo, poderia ser muito melhor” e expõe que a população ainda não se preparou para receber o turista. “A cidade não tem comunicação, não tem posto de informação. A prefeitura poderia formar grupos e no barco abordar os turistas, passar informações”. A falta de informação e as dificuldades de acesso são interpretadas como os principais obstáculos para o desenvolvimento do turismo. “O Morro do Quitumbê tem a única trilha na sede e seu acesso está ruim.” (L21). Por parte da população faltam iniciativas, “não há nada aberto de noite, não há um café da tarde”. Para a cooperada, as poucas opções devem-se a falta de orientação da população (L21).

Para Irving (2009), acreditar que o turismo é garantia de geração de emprego e renda é uma armadilha. Os benefícios, para serem estendidos localmente, precisam de mecanismos para serem reaplicados localmente. Na Arte

Nossa não há concentração de renda com as vendas de artesanato, uma vez que cada artesão tem a oportunidade de comercializar seus produtos de maneira equânime. Demais indivíduos da população local podem participar da cooperativa, quando de seu interesse, ou apenas comercializar seus produtos no Centro de Artesanato, sem haver a obrigatoriedade de associar-se formalmente. Assim, considera-se a existência de oportunidades a todos na extensão dos benefícios.

d) Escala limitada e impactos sociais e ambientais controlados

Na opinião da maioria dos cooperados a APA traz benefícios para o desenvolvimento local pela simples conservação da natureza e manutenção de serviços ambientais: “Ela traz benefício para a cidade, protege a natureza.” (L18); “[...] é bom para o turismo porque cuida, e o turista não pode levar plantas, pássaros, papagaio chauá. Eu acho essencial.” (L21). Um cooperado, inclusive, defendeu que não seria a legislação ambiental a causa do êxodo, mas sim as condições de vida, em especial as poucas oportunidades de trabalho:

Traz, para as pessoas que vivem perto da natureza. Ar puro, segurança, tranquilidade, sem poluição, traz benefícios para a saúde das pessoas. Por não ser lugar com quantidade de pessoas também. As pessoas foram embora pelas condições de trabalho, vivência, política. Se for desordenado é complicado para qualquer um. (L15)

Por outro lado, em geral defendeu-se a importância do uso dos recursos naturais para a reprodução social, principalmente devido a essa falta de opções de trabalho na região: “É bom tá parado que ali cria tudo: cobra, onça, imbirá. Por um ponto é bom, mas por outro não é muito porque um pobre não tem como plantar.” (L16); “Traz [benefícios], para o turismo, mas para a comunidade não.” (L14); “Sim, senão invadiriam aí, né? Mas às vezes tem algum que quer cortar...” (L20). Dois cooperados citaram a necessidade de se fazer uso dos recursos. Um deles salienta a participação da população local que a área se mantivesse conservada:

Ela [APA] não traz [benefícios] para os moradores, mas é bom, né? Porque se não conservar... Tanto lugar que a gente vê por aí que não tem nada... Então, eu concordo, sabe? Mas desde que também não prejudique os moradores. Porque vivem da natureza, né? Do que ela produz, do que ela traz pra gente. Só que o povo daqui também ajudou a conservar, senão não *taria* assim até hoje, né? (L11).

Outro cooperado destaca a falta de opções de trabalho para essa população:

Pra mim é meio médio, porque as pessoas querem trabalhar, como que vão trabalhar? Porque emprego não tem aqui. Às vezes a pessoa depende do mato, também. [...]. Imagino que se tivesse emprego para a maioria ninguém derrubava a mata, ninguém fazia o que não é para fazer. (L12)

Nesse contexto, entende-se que o artesanato faz um uso sustentável dos recursos naturais:

Olha, a natureza protegida ela tem uma fauna muito grande, então ela traz benefícios, que as pessoas vêm passear, que nem essa revoada do papagaio da cara roxa, das ilhas, e as pescas, e os peixes e os passeios de trilha. E nosso artesanato é sustentável, a gente preserva o meio ambiente aproveitando uma sobra de madeira que cai, cipó, bambu, [...] a gente sempre reaproveita que é pra não tá destruindo muito. Corta a madeira, como a caxeta, na época certa, na mingunte, que depois ela brota bastante broto. (L17).

Um cooperado questionou o modelo de conservação que impede o uso dos recursos, para ele deveria ser incentivado até mesmo o extrativismo como forma sustentável de propagar as espécies ameaçadas:

Se ela [APA] estivesse funcionando dentro de uma lei não contraditória, né? Porque ela proíbe aquilo que tem que ser multiplicado. E não dá... Então tem que mudar essas leis do meio ambiente aí... Agora, só dizer não, tá errado, na minha opinião. Tem que achar uma solução. E daí dar ganho para o pessoal aqui, em vez de eles derrubar palmito eles vão fazer viveiros e espalhar mudas para o mundo. Isso é uma forma de mudar mesmo. É o próprio palmito mesmo, né? Eu até faço insistindo fazer, mas ele é roubado, é cortado. [...] A ideia é fazer derivados também, não só suco. Porque o suco ele é só congelado. Da pra fazer geleia, que é outra forma de conservar também. E criar outras... Porque o suco é ainda limitado, o pessoal tá conhecendo agora. [...] seria melhor não cortar, utilizar o fruto. Pelo menos por uma época aí, até ter muito fruto, né? (L13)

Os artesãos foram também questionados se eles especificamente teriam alguma atividade econômica, social ou cultural proibida pela legislação ambiental. Quatro afirmaram não haver nenhuma: “Sempre a gente preservou, até o próprio palmito” (L21). “Para mim não, sempre fui chegada na natureza. Quanto mais, melhor.” (L14). “Não, por causa que a gente trabalha com a natureza, mas a gente vai lá, busca as coisas, a gente aproveita, não destrói a natureza. Sempre que a gente pega, a gente pega quantidade pouquinho que é pra não prejudicar a natureza.” (L18). Para L1 a relação da cooperativa com os órgãos ambientais

atuantes na região é amigável, “nunca tiveram conflito, porque não pegam muito. Cipó, bambu é permitido” (L21). No entanto, outros cooperados diferiram em suas respostas e indicaram algumas proibições e empecilhos: uma cooperada do Superagüi se queixou por não poder mais coletar taboa e cipó: “Não é quantidade. Tinha autorização de 50.” (L20), outra cooperada citou dificuldades para a extração de argila e de espécies vegetais:

Tem! Pra nós aqui, mexer com cerâmica, com o barro. Uma época a gente começou a tirar barro daqui da região. Então foi muito difícil, sabe? Teve todo um processo pra liberarem o local. Foi liberado, nem sei se tá ainda, nós tinha um ano, dois anos, parece. E com o papel mesmo, de fazer o papel da fibra da banana e da açucena. [...] foi parado por causa do ambiental, por causa da fumaça, que vai ácido pra diluir a fibra, né? [...]. Teve uma época que fazia uma fogueira ali, saía muita fumaça, aí diz que prejudica, né? Que eu saiba não foi dado alternativa, porque eu não fazia parte do grupo. [...]. Daí o IBAMA já caiu em cima. Tanto é que até tirar fibra de taboa é proibido aquilo ali! E aquilo ali dá e você tirou hoje, amanhã tá brotando. E o pessoal manda roçar o terreno, mas pra nós... Entendeu? Pra roçar não é proibido, pra gente tirar é proibido. Tem coisas que não têm sentido... (L11).

Uma cooperada queixou-se de limitação para agricultura, tanto por dificuldades no acesso à terra como pela proibição de roçado, e demonstrou como o fato implica em gastos muito maiores com a alimentação atualmente:

Eu nasci e me criei no mato. Quem mora no mato tem que trabalhar. Fazia plantação, a gente plantava de tudo: arroz, feijão, milho. Única coisa que a gente comprava às vezes era sal, que não dá pra plantar, né? (risos). Que a cana ainda plantava e fazia café com a garapa. E a gente pouca coisa comprava, e aqui não, tudo é comprado. A gente criava criação, não precisava comprar quase nada. Só roupa, pouquinho coisa. Aqui se não comprar uma fruta pra comer... Porque roçar não pode. Tem que pedir, ter uma ordem para fazer alguma coisa. Criação até que dá, mas onde eu moro é só um lote, não tem espaço. (L12).

A cooperada alegou que as insuficientes oportunidades de trabalho impelem os indivíduos a alternativas como a pesca, exemplificando como essa atividade depende de outros recursos além do estoque pesqueiro:

É que nem quem depende de mar. Então quem depende de mar, tem um barco assim, tem uma canoa, claro que você não vai deixar no relento. Você vai cortar madeira da onde? Escondido? Não cai do céu, Tem que cortar dali pra fazer um barraquinho. E se o IBAMA vir, assim, ele ainda multa, eu acho errado isso aí. Só para fazer um barraquinho e colocar as coisas da gente embaixo e proteger do sol, da chuva, assim? (L12).

A cooperada, dessa maneira, critica a ação dos órgãos de fiscalização

ambiental, que a seu ver, agravam a situação desigual em que se encontra a população:

Eu às vezes acho que isso aí tá muito errado demais. Porque as pessoas não têm emprego... As pessoas que vêm olhar as coisas [fiscais], assim, eles tão ganhando... E quem tá ali, depende daquilo ali, não tem emprego, então o jeito dele é esse. Tempo de ajudar acaba de carcar lá. Não tem de a onde tirar. (L12).

Em sua fala, L12 denuncia a desigualdade social entre aquele que fiscaliza e aquele que é fiscalizado: o primeiro recebe salário e deveria compreender a falta de alternativa do segundo e ajudá-lo, não prejudicá-lo ainda mais. Interessante observar como expressa sua visão de que a natureza é de direito igual para todos: “Até pra cortar madeira pra fazer um barraquinho assim, ninguém deixa, se a pessoa quiser tem que cortar escondido... Não é roubado, porque Deus deixou pra todo mundo”. (L12). Ou seja, a cooperada indica que não quer natureza sem justiça social (GUHA, 1994), uma vez que necessitam do ambiente para sua reprodução social, e como seu pensamento é orientado por sua cosmologia, ao afirmar que a natureza é de todos, enquanto herdada de Deus. Faz-se essa ressalva uma vez que, segundo Zaoual (2006, 2010), somente considerando a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio, incluindo-se as crenças, é possível decifrar em profundidade o comportamento econômico e se fazer o desenvolvimento local.

Na averiguação do sentimento de pertencimento, perguntou-se se os cooperados defendem o local e a conservação da natureza, havendo um consenso como se observa em respostas como: “Lógico que eu defendo!” (L11); “Ajudo a cuidar, fiscalizando e entregando quem jogue lixo.” (L19); “É, a natureza tem que defender, senão acaba tudo.” (L20); “Defendo! Me agarro nela, entro dentro dela e desapareço. O que eu mais gosto é de tá no mato, sabia? Muito bom. Eu trabalho o dia inteiro no mato nem vejo passar. Às vezes nem fome sinto nada.” (L13); “Ah! Eu defendo, sim, porque se a gente começar a destruir tudo as coisas vai chegar um dia que não vai ter mais nada.” (L18). Assim, os cooperados relatam ter sentimento de pertencimento ao local e primar por suas características naturais.

Recorrentemente o tema da conservação retornou à defesa do uso sustentável dos recursos pela população. Mais do que em relação ao turismo, que ainda é incipiente no município, as pessoas reivindicam o direito ao acesso para suas práticas culturais. Desse modo, a crítica à APA enquanto instituição é presente



nas falas dos cooperados, ao defenderem Guaraqueçaba e sua natureza conservada, mas não a UC: “Guaraqueçaba sim, é lógico. A APA deixa muito a desejar, coloca uma venda.” (L14). Para uma cooperada, é a exploração intensiva por agentes externos que causa a degradação ambiental e deveria ser impedida:

Olha, eu sou de falar a verdade. Quem mora no mato se cria daquilo ali. Que nem índio, quase que nem índio. Preservada sim, para a gente não destruir tudo. Que a gente que é trabalhador não vai destruir, vai construir. Destruir é que nem aquele tira a madeira só para venda, para venda, isso é destruir. Agora, tirar uma madeira para fazer uma casa, alguma coisa de consumo para a gente, claro que não é destruir. Nunca acabou! Gente que mora assim no sítio, sempre trabalhou, nunca acabou. Então, acaba essas pessoas, gente que vem de fora, serra bastante para vender para fora, isso é destruir. Agora para o uso das pessoas, eu acho que não. (L12)

Nesse aspecto, considera-se o que Acselrad (2010) alega: para barrar a pressão destrutiva sobre o ambiente de todos é preciso começar protegendo os mais fracos. Para o cooperado L15, “É uma situação legal de convivência. [...] mas precisaria outra forma de progresso, alavancar, para as pessoas crescerem. Isso aqui é conservado pelas pessoas que vivem aqui. O Estado faz as leis, senão é oba-oba, mas deveria ter adequação” (L15). Alguns se queixam da destruição causada por outras pessoas e que impactam na sua própria sobrevivência:

Defendo a área de proteção, assim: a gente tem que proteger mesmo as coisas senão acaba tudo. Eu tinha um criame de ostra que eu achei lá no meio do mato. Nós vamos aqui, nós pegamos duas dúzias e deixamos as pequenininhas para aumentar. Nós sempre ia lá. Chegava e pegava duas dúzias de ostra, daqui uns três meses nós vem de novo. Um dia quando eu passei por lá alguém andou derrubando umas arvoradas lá e descobriu, passou por dentro do rio para tirar a madeira, e viu. Mas limpou, limpou, limpou que deixou só o barro. Mas ficou limpinho, limpinho, que nós não tem mais uma ostra sequer. Além da madeira levaram a ostra tudinho. Daí nós não temos mais nosso viveirinho de ostra... (L17)

Em outro exemplo, o mesmo cooperado indica sua prática ao encontro do que afirma Guha (1994), ao alegar que países e grupos de pessoas pobres também podem ser ecologistas, tendo-se motivações e formas de expressão diferentes:

A gente tinha uma árvore, que era a mãe do cipó, onde saia muito cipó, descia tudo dentro d'água. Então a gente ia, tirava dois, três. Ia lá à outra tirava mais dois, três... Passava dois, três meses, “vamos buscar mais?”, a gente ia lá já tinha bastante. Só que tem gente que não pensa assim. Um dia eu cheguei, “vamos na nossa árvore, na mãe do cipó?” “Vamos! Vamos!” Quando eu cheguei lá, foi um homem lá com uma motosserra e me derrubou a árvore inteira, moeu tudo, com tudo, acabou com tudo. Daí eu tive que trazer tudo aquele cipó pra não se perder. [Derrubou] Pra tirar a madeira grossa, que tira só o meio, o meio que é bom. O resto fica tudo

perdido no mato, apodrecendo aquelas casas. E esse reaproveitamento que a gente aproveita, pra fazer a mesinha, a mesinha de canto. [...]. Mas acabou com nossa árvore. Eu falo que era nossa árvore. Era mãe do cipó. Mas era bonita ela! Quando nós fomos lá, “vamos lá que agora tem bastante”, chegando lá nossa árvore tava no chão... (L17).

A escala do turismo e do desenvolvimento em geral idealizados para o local, deste modo, respeita a conservação da natureza e inclui a justiça ambiental no reconhecimento de que sua população fez um uso limitado dos recursos. Um cooperado em sua fala até mesmo se colocou contrário ao asfaltamento de estradas, por entender que atrairia também impactos negativos para o local:

Tem uma estrada ali que vai até São Paulo, que teve um prefeito que tentou abrir, pra trazer pra cá mais turismo. Aí foi proibido. Eu concordo. Já pensou abrir a estrada, quantos roubos que tinha aqui hoje? Que vinha gente de todo tipo, né? Hoje não tem, ainda a gente dorme se quiser dormir com a porta aberta, aqui a gente dorme, sabe? Vai trazer muita coisa, traz coisa boa como traz coisa ruim. Até a estrada aí que querem arrumar, vocês viram a estrada como é cheia de curvas? Aí querem asfaltar... Mas se asfaltar eu fico pensando o monte de acidente que vai ter. Que o pessoal já corre demais com moto, com carro... Isso que não é boa, e se fosse boa? Pra mim tá bom como que tá. Mas quem anda direto, o turista, querem arrumar. Só que o IBAMA também não deixa, por isso que ta assim até hoje, estrada de barro... (L11).

A cooperativa ou seus membros não estão no Conselho Gestor da APA nem frequentam suas reuniões. Perguntou-se também aos cooperados se estes participam de alguma maneira na conservação do meio ambiente. Uma pessoa respondeu que não. As demais responderam que sim, de diferentes maneiras: “Fiscalizando (L19); “Eu faço em casa com o lixo, separo o reciclado do orgânico.” (L11); “Separa o lixo, não joga no rio, no ribeirão. Pra não faltar, né? Isso não pode jogar assim no ribeirão. Antes a gente tomava essa água não tava contaminada. Assim no mato nada faz mal pras pessoas” (L12); “[...] pessoas pegam a sacolada de lixo e jogam no mangue, em vez de colocar na rua para o caminhão do lixo pegar. A gente nunca fez isso. A gente nunca jogou nada na maré.” (L18) “Participo! Eu planto, eu cultivo. Eu faço agrofloresta, meu modo de cultivar” (L13); “Não cortando, plantando no próprio espaço.” (L14); “Procuro ter harmonia, conservar o ambiente que a gente mora. O terreno [de casa] cortei árvores para a casa, atrás não cortei.” (L15); “Procuro não estragar as coisas, reaproveitar as coisas que tão caído. Quando eu vou pro mato, mas tem muita coisa pra gente reaproveitar, muita sobra de madeira, [...]. Que só usam só o cerne, o resto fica tudo. Então eu reaproveito muita coisa.” (L17).

Sobre outros impactos do turismo na UC foi citado como negativo o uso de drogas na Barra do Superagüi. “O Superagüi era um paraíso, o turismo trouxe drogas”. O desordenamento no crescimento da atividade turística impacta na limitação da estrutura para atender a demanda, existem muitas pousadas e não há estrutura de água e esgoto para tanto, “teria que ser limitado”, indica L1. Em épocas de festas, como no aniversário da cidade e nas festas do Ano Novo, atrai-se uma demanda maior do que a capacidade da oferta, e muitos turistas não encontram nem mesmo hospedagem (L21). Outro cooperado queixou-se de que o turista que vem ao local é explorado, “tentam tirar todo o dinheiro do turista de uma vez, esfolam. Não cobram o preço justo. Têm o mau costume porque as pessoas pagam.” (L15).

A baixa demanda é vista como um problema para a comercialização do artesanato: “Aqui criar e produzir é fácil. O problema é a comercialização”, “porque há pouco turismo.” (L15). Conforme analisa Irving (2009), o TBC vincula-se a uma nova filosofia no pensar e fazer o turismo enquanto alternativa real aos padrões de mercado. Portanto, sua escala é limitada e as motivações incluem de aspectos naturais a culturais, em uma relação próxima entre turistas e população local. Desse modo, quando os cooperados indicam que gostariam de um aumento na demanda turística, há que se observar essa limitação em respeito às características locais, por se tratar de uma unidade de conservação, e também, a que perfil especificamente de turistas deve ser atraído de acordo com demais especificidades locais.

#### e) Afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro

Na interpretação dos cooperados, o turismo contribuiu para a valorização da cultura local e do saber fazer. Os turistas apreciam o artesanato, principalmente produtos como chapéu de palha, entre outros feitos com material local incluindo-se fibras, escamas, etc. “Quanto mais rústico melhor”, diz a cooperada (L21). Na Barra do Superagüi, inclusive, a promoção do fandango é estimulada pelo interesse dos turistas: “O fandango foi reaberto porque os turistas querem assistir. Muitos têm preocupação com a conservação, resgatar a época dos antigos.” (L21). Outros três cooperados concordaram que há essa valorização da cultura local pelo interesse dos turistas no artesanato: “Sim, as pessoas que vêm de fora querem ver o diferente. Em cada parte fazem diferente do outro. No comprar tão valorizando.” (L12); “Ele dá valor, chega cobiça aquele objeto.” (L16); “Dá importância, gostam

muito do meu trabalho, acham bonito, compram, olham. Me sinto bem, eles conversam, me abraçam.” (L20). Nessa fala, demonstra-se como a valorização da cultura assume importância na afirmação de identidade e pertencimento.

Porém, não há um consenso sobre essa valorização cultural: “Seria, é para isso. Se tivesse funcionando, mas está tudo parado.” (L14); “Acho que a cultura teria que ser mais exposta. Nas festas pôr isso para o turista. Tem pessoas que valorizam [...]” (L15). Um cooperado opina que poderia ser desenvolvido, que se estimulasse o turista a ir na casa do pescador, saber sobre a pesca, a rede... porque “[...] tem história.” (L15). Outro cooperado acredita que o grupo poderia ser mais proativo:

Também depende de nós encaminhar isso. Uma forma de atender eles, uma forma que eles saiam daqui dizendo boas coisas. Hoje da forma que está sendo atendido o turista percebe que aqui está abandonadinho... Não foi nem varrido hoje. Então esse atendimento que a gente tem que oferecer para ele, mas antes dele chegar aqui, não fazer na hora. Essa organização que precisa base. Daí tem que capacitar muitas pessoas, desde nas pousadas, atendimento das pessoas que chegam, quem vai vender, quem vai levar para passeio. Daí as pessoas saem falando bem daqui. Agora, do jeito que tá a gente acaba até ouvindo coisas que trazem até tristeza e vergonha pra gente. Porque a gente acaba passando vergonha aqui, chega aqui é uma peça tua empoeirada que tá aí. Eu não gosto nem de atender assim. Então esses procedimentos, que cuidando dessa organização básica a gente tem sucesso, sim. Mas depende de estar integrado, o turismo municipal, com um turismo comunitário, social. Tem que estar integrado isso. Se começar a se isolar acaba ficando como tá hoje. Que é isso, cada um quer a sua parte só e não se integram. Parece que não sente essa necessidade se aquele turismo vai comprar o meu artesanato ele também vai ter que comer num bom restaurante, dormir num bom hotel, fazer um bom passeio com uma equipe que de informação legal para ele. E é isso que precisa. E a gente já teve tudo isso, eu aprendi isso aqui. (L13).

Diante da observação de campo, avaliou-se que não ocorre significativamente na Arte Nossa o encontro entre os visitantes e os visitados (IRVING, 2009). Os turistas que frequentam o local se interessam pelo artesanato, mas pouco é o contato com os artesãos, o conhecimento sobre as matérias primas, o saber fazer, o modo de vida daquelas pessoas etc.

No intuito de facilitar a compreensão, será apresentado resumo relacionando as iniciativas analisadas aos pressupostos para o TBC, organizados de acordo com a dimensão do desenvolvimento que beneficiam preponderantemente, entendendo-se que nem sempre essa divisão é possível ou existente de fato (QUADRO 6).

	Pressupostos do TBC	Indicadores	Iniciativa analisada	
			Restaurante Ilha das Peças	Arte Nossa
Dimensões do desenvolvimento local Dimensão social	Base endógena da iniciativa	Iniciativa surgida a partir de demanda direta dos grupos sociais que residem no lugar turístico	Sim. A iniciativa atendeu demanda por trabalho e renda para as associadas e à comunidade por uma panificadora	Sim. A cooperativa favoreceu o grupo ao conseguir espaço do Centro de Artesanato, equipamentos como forno para cerâmica, tornos, teares, prensa de papel, etc.
		A comunidade foi envolvida e participou na sua origem	Sim	Sim
		Iniciativa administrada pelo próprio grupo/comunidade local (autogestão)	Sim	Sim
		Enfoque local no processo de desenvolvimento, centrado nos recursos e (humanos, naturais, de infraestrutura)	Sim	Sim
	Participação e protagonismo social no planejamento, implementação e avaliação de projetos	Postos de trabalho diretos e indiretos gerados à população local	Sim	Sim
		Participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação do projeto	Sim. Reuniões mensais e extraordinárias para tomada de decisões democráticas	Parcial. As reuniões são esporádicas e nem todos participam. Há ações desenvolvidas pela coordenação sem o amplo entendimento dos demais cooperados
		Autonomia e postura proativa na resolução de problemas sob a ótica da cooperação e da corresponsabilidade	Sim	Parcial
		Apropriação do projeto pelo próprio beneficiário	Sim. Há sentimento de pertencimento	Sim. Há sentimento de pertencimento
		Sentido de comum, de coletivo na iniciativa	Sim	Sim
		Construção de arcabouços metodológicos capazes de lidar com as especificidades locais e de gerar respostas	Sim. Reuniões com votação	Parcial. A cooperativa enfrenta dificuldades para a resolução de seus problemas e na superação de seus desafios de forma coletiva

Continua...

...continuação

Dimensões do desenvolvimento local	Dimensão econômica, ambiental, social e cultural	Geração de benefícios diretos à população local	Formação de recursos humanos	Sim	Sim
			Geração de trabalho e renda	Sim	Sim
			Geração de outros benefícios econômicos	Sim. Espaço construído pela CODAPAR, equipamentos cedidos pelo PROVOPAR	Sim. Construção do Centro de Artesanato, doação de equipamentos (forno e torno de cerâmica, teares, prensa de papel, etc. pelo PROVOPAR
			Dispositivos e mecanismos para que os recursos advindos do turismo sejam reaplicados em projetos de melhoria de qualidade de vida, a partir das demandas locais e de alcance coletivo	Sim. A associação investe na melhoria do trabalho e do espaço. Não há projetos que se estendam à comunidade.	Parcial. As contas fixas da cooperativa são pagas com seus recursos, mas não há mobilização do grupo para planejar as ações de melhoria, estas partem basicamente da coordenadora na captação de apoio e recursos externos.
			Mecanismos para evitar a concentração de benefícios para apenas uma parcela das pessoas/ grupos envolvidos	Sim. O lucro é dividido igualmente	Parcial. Cada cooperado recebe conforme a venda de seus produtos, mas as encomendas são divididas entre todos.
			Investimento em formação de recursos humanos	Sim. Participação em diferentes cursos	Sim. Participação em diferentes cursos
			Moradia, saneamento ou outros benefícios econômicos	Não	Não
			Desenvolvimento da educação, da participação política, da autoestima, etc.	Sim. Melhoria na autoestima, no relacionamento interpessoal, na comunicação, incentivo ao estudo	Sim. Melhoria na autoestima, na independência financeira, na satisfação pessoal
			Dimensão cultural	Afirmação cultural e interculturalidade a partir do “encontro”	Cultura e saber local valorizados pela iniciativa
Identidade e pertencimento da iniciativa afirmada	Sim	Parcial			

Continua...

...conclusão

Dimensões do desenvolvimento local	Dimensão cultural	Afirmção cultural e interculturalidade a partir do “encontro”	Identidade do destino afirmado	Parcial. Há turistas que não sabem que estão na Ilha das Peças, ou que esta pertence ao Parque, ou não desfrutam da cultura local	Sim. A venda do artesanato reafirma a identidade cultural do local
			Compartilhamento e aprendizagem mútua entre visitantes e visitados	Não	Não
			Hospitalidade com conotação de processo permanente de retroalimentação e construção de laços sociais	Não	Não
			Cultura local valorizada pelo visitante	Não	Sim
			Perfil de turista diferenciado: protagonista, postura ativa em busca de conhecimento da realidade local e compromisso com o que pode gerar de novo e ético nesta relação	Parcial. Parte pequena da demanda tem esse perfil	Parcial. Parte pequena da demanda tem esse perfil
	Dimensão ambiental	Escala limitada e impactos ambientais controlados	Iniciativa inserida em UC	Sim. Parque Nacional do Superagüi	Sim. Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba
			Desenvolvimento da iniciativa beneficiado / incentivado pela UC	Não. As associadas não se sentem beneficiadas.	Parcial. Poucos cooperados se sentem beneficiados
			Sentimento de pertencimento à UC	Parcial. Parte ressentida da rigidez da legislação sobre uso dos recursos e violência na fiscalização	Parcial. Parte ressentida da rigidez da legislação sobre uso dos recursos e violência na fiscalização
			Participação no Conselho Gestor da UC	Não	Não
			Preocupação com a limitação da escala, definida a partir dos recursos locais, potencialidades e restrições identificadas	Parcial. Demanda pequena, exceto durante a Festa de São Sebastião. Não há meio de controle ou da escala	Parcial. Há preocupação mas não há controle
			Medidas para minimizar os impactos ambientais	Sim. Separação do lixo	Sim. Captação de esgoto pela Sanepar e separação do lixo
			Nicho específico, e uma filosofia na forma de se fazer e pensar o turismo	Não	Não
	Justiça ambiental no acesso aos recursos da biodiversidade da UC	Parcial. Há benefícios na atividade turística ao limitar a especulação imobiliária e favorecer a população local	Parcial. É possível coletar matéria prima, mas necessitam oficializar algumas autorizações		

QUADRO 6 - PRESSUPOSTOS DO TBC ATENDIDOS PELO RESTAURANTE ILHA DAS PEÇAS E PELA COOPERATIVA DE ARTESÃOS ARTE NOSSA  
 FONTE: elaborado pela autora

Analisando-se o quadro observa-se a indissociabilidade entre as dimensões do desenvolvimento, por exemplo: a escala limitada do turismo está indicando a dimensão ambiental. Porém, um ambiente bem conservado favorece a dimensão econômica, se atrai o turismo e gera renda. Ainda assim, o quadro pretende enquanto recurso metodológico auxiliar na interpretação de como cada pressuposto está ligado ao desenvolvimento local, incluindo-se questões ligadas à justiça ambiental, e indicar caminhos para o planejamento do turismo em base comunitária nas iniciativas estudadas.

## 5.2 PERSPECTIVAS PARA O TBC NA APA DE GUARAQUEÇABA E NO PARNA DO SUPERAGÜI

As unidades de conservação estudadas, a APA de Guaraqueçaba e o PARNA do Superagüi, apresentam diferenças quanto aos grupos de proteção nos quais se inserem, aos objetivos de criação, ao seu planejamento e formas de gestão, aspectos que contribuem para o delineamento de perspectivas para o TBC em cada UC também de forma diferenciada. O (QUADRO 7) apresenta algumas das suas principais características.

A APA, criada em 1985, todavia não possui plano de manejo. Porém, em 2014 iniciaram-se os primeiros estudos para sua elaboração. De acordo com os analistas ambientais da UC (duas biólogas e um engenheiro florestal), no documento o turismo deverá ser abordado no contexto do uso público, todavia não se definiu a profundidade a ser tratado o tema em geral ou mesmo o TBC. De forma complementar, entendem que há compatibilidade entre a atividade turística e a os objetivos da APA, ao fazer uso indireto da natureza ao mesmo tempo em que gera renda, favorecendo a permanência da população no local e minimizando a pressão sobre os recursos naturais.

Os analistas destacam como pontos negativos do turismo na APA principalmente o perfil de determinados turistas, em geral de classe econômica mais elevada, que frequentam a região sem entrar em contato com a população local, promovendo segregação social.



<b>Unidade</b>	<b>Parque Nacional do Superagüi</b>	<b>Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba</b>
<b>Grupo</b>	Proteção integral	Uso sustentável
<b>Objetivos</b>	A missão do PNS é proteger área significativa do Lagamar, Patrimônio da Humanidade, através da pesquisa, especialmente com o mico-leão-da-cara-preta e o papagaio-de-cara-roxa, do turismo responsável e da integração com as comunidades, considerando seus valores históricos e culturais. Como visão de futuro, objetiva ser referência nacional em pesquisas aplicadas à gestão de unidade de conservação e em turismo de base comunitária	Assegurar a proteção de uma das últimas áreas representativas da Floresta Pluvial Atlântica e suas espécies raras e ameaçadas de extinção, o complexo estuarino da Baía de Paranaguá, os sítios arqueológicos (sambaquis), as comunidades caiçaras integradas no ecossistema regional, controlar o uso de agrotóxicos e demais substâncias químicas, estabelecer critérios racionais de uso e ocupação do solo na região e proteger o entorno da Estação Ecológica de Guaraqueçaba
<b>Posse e domínio</b>	Públicos. Áreas particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas	Terras públicas e privadas
<b>Plano de manejo</b>	Em fase final de elaboração. Inclui plano de uso público focado no TBC	Não. Está sendo iniciado, mas não prevê plano de uso público
<b>Conselho Gestor</b>	Sim, consultivo	Sim, deliberativo
<b>Terceirização de serviços de uso público e turismo</b>	Não existente, mas cogitam-se possibilidades	Não há planejamento a respeito
<b>Câmara de turismo no Conselho Gestor</b>	Não. Previsão de criação após aprovado o plano de manejo	Não, sem previsão de criação
<b>Ocupação humana</b>	Proibida, mas existente. Não há intenção de reassentamento, mas inclusão como zona histórico-cultural no zoneamento	Sim
<b>Usos permitidos</b>	Pesquisa científica, educação ambiental e visitação.	Agropecuária, atividade industrial, núcleo populacional urbano e rural
<b>Principais tipos de uso econômico</b>	Pesca, extrativismo, turismo, agricultura. Como exceção, há um projeto demonstrativo para manejo da cataia na Barra da Ararapira	Terras públicas e particulares com possibilidade de usos variados visando a um ordenamento territorial sustentável
<b>Principais usos proibidos</b>	Permanência de populações, construções e reformas sem autorização, extrativismo, agricultura	Corte raso da vegetação em determinado estágio sucessional, impedindo a prática do pousio; corte de madeiras de espécies protegidas, incluindo-se a caxeta e o palmito se não houver sido plantado com este fim
<b>Visitação pública</b>	Ainda não é permitida, mas o turismo acontece no seu entorno imediato, principalmente nas comunidades de Barra do Superagüi e Vila das Peças	Permitida e acontece em áreas privadas e públicas

QUADRO 7 - COMPARATIVO ENTRE AS PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA APA DE GUARAQUEÇABA E DO PARNA DO SUPERAGÜI

FONTE: a autora (2014)

Assim, este perfil não é considerado adequado para a UC, porque determinados visitantes em seus carros e barcos particulares destoam da realidade local sem que haja troca com a comunidade e explicitando-se uma diferença social. O turismo de pesca sem controle ou fiscalização, empreendedores que expulsam o morador tradicional, turistas que pulam nos botos, incentivam o consumo de drogas, a ilegalidade (tráfico vegetal e animal, por exemplo) e a especulação imobiliária também foram elencados pelos gestores como impactos negativos a serem minimizados. Compreende-se que mais do que o perfil econômico dos citados turistas, os impactos gerados devem-se ao seu comportamento inadequado, tanto por estarem em ambiente natural protegido, quanto por não estabelecerem relação de proximidade e respeito com a comunidade receptora. Portanto, conclui-se que o perfil do turista que busca a base comunitária, a troca cultural e a convivência alinha-se aos objetivos da UC.

De modo geral, os gestores da APA consideram-na com potencial turístico e afirmaram ser favoráveis ao desenvolvimento da atividade dando-se preferências para as populações locais. Porém, sendo a UC em grande parte formada por áreas privadas, não se prevê um plano de uso público no plano de manejo. Além disso, no Conselho Gestor não há câmara técnica de turismo porque não há demanda que a justifique. As câmaras existentes são: conservação (a mais forte e atuante), pesca, infraestrutura e agricultura. Desse modo, não se observa uma atuação específica ou planejamento no sentido de desenvolvimento do turismo ou do TBC na APA.

Quanto ao uso de recursos naturais para o artesanato, os gestores informaram que em relação ao SNUC a restrição é maior nesta APA por estar inserida no bioma Mata Atlântica, protegido por legislação específica que proíbe, por exemplo, o corte raso em determinado estágio sucessional e o corte de espécies madeireiras protegidas. No mais, o corte é permitido se for destinado ao uso, sendo necessário avisar aos órgãos ambientais antes disso. Segundo os analistas, há falta de informação e informações erradas a respeito dos direitos e deveres da população local, o que dificulta o entendimento para uma boa gestão da APA. Nesse contexto, ressalta-se a importância de esclarecimentos às comunidades sobre a legislação, bem como concessão de autorizações para o manejo sustentável de espécies que são indispensáveis em práticas tradicionais, como a caxeta (*Tabebuia cassinoides*) para a expressão cultural do fandango caiçara, reconhecido como patrimônio cultural brasileiro em 2012.

O Parque Nacional do Superagüi, criado em 1989, também não possui plano de manejo, mas este encontra-se em fase final de elaboração e os gestores afirmam que a atividade turística voltada para o viés comunitário terá prioridade no mesmo.

O TBC representa principal alternativa de geração de renda para os moradores que permanecerão no interior do Parque (DUARTE, 2013, p. 125). Nesse sentido, nos estudos preliminares para elaboração do plano a gestão do Parque inseriu como visão de futuro fazer do PNS referência nacional em TBC. Após a aprovação do documento, segundo o chefe da UC, o turismo será uma prioridade a ser trabalhada no Conselho Gestor, no qual deverá ser criada uma câmara temática para o assunto. Quanto à intenção de terceirização de serviços turísticos, há interesse maior na autorização e na permissão como instrumentos, de modo a favorecer grupos locais, porém é preponderante a disposição e a organização dos grupos para a participação.

Sendo que a categoria Parque Nacional é de proteção integral, a qual não permite a permanência de populações em seu interior, o gestor destaca não ser possível estipular nenhum favorecimento direto as populações no plano de manejo. Portanto, a fim de evitar empecilhos para o desenvolvimento do uso público na UC, as propostas deverão incluir roteiros turísticos, trilhas e circuitos no Parque, que poderão ser trabalhados por estas populações. Para tanto, pretende-se que a participação aconteça desde a implantação de estruturas como trilhas, pontes e placas, até a gestão do uso.

No entanto, existe preocupação por parte da gestão em, determinando-se exclusivamente o turismo de base comunitária no plano de manejo, ficar-se dependente do interesse, da organização e da participação das populações locais para desenvolvimento do uso público na UC. Sendo assim, as propostas deverão incluir alternativas. Por exemplo, estuda-se a ideia de uma pousada-escola para formação do pessoal local.

Em Parecer Técnico que analisou os *Estudos para o Uso Público e Turismo no Parque Nacional do Superagüi*<sup>50</sup>, pesquisadores destacaram que não fica explícito no referido documento o desejo das comunidades em trabalhar com a

---

<sup>50</sup> Apesar de a presente pesquisa estar registrada e autorizada pelo Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO), o ICMBio não forneceu o documento para conhecimento ou análise. Ainda assim teve-se acesso ao mesmo através de um comunitário, no entanto os gestores do Parque não autorizaram a divulgação de suas informações, mesmo com fins de pesquisa acadêmica.

atividade, e que proposições e análises são focadas, “sobretudo nas necessidades e expectativas dos turistas, ignorando os anseios e o sentido da atividade para as comunidades” (BARBOSA *et al.*, 2013, p. 17), o que de acordo com Irving (2009) é pressuposto para o TBC, ou seja, a endogenia da proposta. Em sua avaliação, o Parecer cita que:

Agentes externos estão reconstruindo a lógica do TBC das comunidades afetadas pelo Parque, inserindo nesta atividade um apelo mais mercadológico e mais tutelado, fato demonstrado pela ausência de qualquer referência à vontade das comunidades em trabalhar com este segmento, bem como pelo fato do estudo não identificar em nenhum momento qualquer menção a uma discussão que os pesquisadores tenham feito com a comunidade sobre a atividade turística [...]. (BARBOSA *et al.*, 2013, p. 19).

O Parecer levanta críticas também à forma de abordagem das comunidades: aquelas inseridas nos limites do Parque não são citadas como potencialidade turística, já aquelas no entorno sim. Neste ponto, entende-se o conflito gerado a partir da legislação que proíbe a permanência de populações nos limites de parques nacionais. Sendo assim, legalmente elas também não podem ser incluídas no planejamento da UC. No entanto, a partir de entrevistas com os gestores do PNS infere-se que as comunidades do interior do parque não são consideradas incompatíveis com a conservação da área e não deverão ser realocadas por serem poucas famílias e não fazerem uso degradante do meio.

Assim sendo, apresentaram intenção de integrá-las de duas maneiras ao manejo da UC. A primeira seria considerá-las zonas histórico-culturais no zoneamento do Parque, ao invés de zonas de uso temporário, como normalmente são identificadas nesses casos. A segunda maneira seria predispor a atividade turística à organização em base comunitária. Porém, já que para tanto é necessário o interesse e a participação das comunidades, a gestão do parque não se limitará a essa alternativa. Desse modo, entende-se que pode haver terceirizações e/ou abertura a empresas privadas de fora da comunidade para suprir demandas que não sejam atendidas pela população local.

Na já referida Audiência Pública realizada na comunidade da Barra do Superagüi o MOPEAR apresentou pedido de liberação de áreas para cultivo agrícola para comunidades inseridas na UC, no entanto os gestores afirmaram ser inviável atender à solicitação dada a sua categoria de proteção integral. Ponderaram ser possível uma representação no preparo da farinha, por exemplo, com fins turísticos.

Porém, as características do TBC prezam a manutenção e valorização das práticas culturais como atrativos, e não apenas representação de tais práticas com fins turísticos, o que perderia em autenticidade. Essa crítica também foi destacada no Parecer Técnico, que enfatiza como premissa do TBC ser desenvolvido como atividade complementar, ou seja, de modo que se mantenham as demais. Defendeu-se então, que a comunidade “tenha acesso a sua cultura como forma básica de se reproduzir socialmente e não apenas como ato performático feito para o turista [...]” (BARBOSA *et al.*, 2013, p. 19).

Durante a participação na Audiência Pública e na reunião do Conselho Gestor do PNS percebeu-se que não há uma instância de diálogo efetiva entre a gestão do PNS, o MOPEAR e as comunidades. O movimento dos pescadores acusa de arbitrária a gestão do PNS e desconsidera o conselho consultivo da UC como espaço legítimo de participação. Por outro lado, em que pese a legitimidade da luta do movimento na defesa de seus direitos, durante a Audiência Pública realizada os gestores do Parque não foram convidados a se pronunciar, e quando o tentaram foram hostilizados, sem que ali se abrisse espaço para entendimento.

Diante das características gerais de ambas as UCs conclui-se que, mesmo a categoria Parque Nacional trazendo dentre seus objetivos o desenvolvimento do turismo, o TBC na APA poderia ser mais favorecido uma vez que a categoria é menos restritiva. No entanto, salvo as observações destacadas anteriormente, é o Parque Nacional do Superagüi que tem voltado seu planejamento para essa modalidade de turismo, de modo a beneficiar o desenvolvimento local.

Os planos de manejo, sendo documentos orientadores do planejamento, ordenamento e gestão das UCs, contêm o zoneamento considerado mais adequado para a UC, no qual são determinadas áreas passíveis de visitação e outras consideradas intangíveis - destinadas à preservação da biodiversidade. De acordo com Leuzinger (2010), para a atividade turística em UCs sua importância deve-se ao impacto causado pela visitação pública, em muitos casos bastante significativo, demandando estudos técnicos que viabilizem a compatibilização entre preservação ambiental e presença humana.

Porém, além disso, a abordagem impressa no plano orienta toda a gestão da UC, assim sendo, e tendo-se o turismo como possibilidade de desenvolvimento local, faz-se preponderante que seu enfoque vincule-se a essa temática. Da mesma maneira, que se proceda ao diálogo com as comunidades, ouvindo-se suas

demandas e expectativas, para que haja representação de seus direitos nos planejamentos das UCs, caso o TBC venha de fato a ser trabalhado numa perspectiva de desenvolvimento local, tanto na APA de Guaraqueçaba quanto no Parque Nacional do Superagüi.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa partiu do contexto da problemática ambiental e de suas mudanças globais em sistemas socioambientais complexos, as quais afetam as condições de sustentabilidade do planeta. Por pregar o crescimento econômico infinito, a economia neoclássica gera crises ambientais e seus diferentes impactos estimulam a sociedade a adotar medidas de enfrentamento. Dentre elas, a proteção especial de áreas naturais, verdadeiras reservas de natureza, cujos objetivos variam deste a proteção integral até o uso sustentável dos seus recursos. A tipologia dessas áreas pode, então, ser orientada por concepções que consideram ou não a compatibilidade ou a divisibilidade da relação natureza x sociedade.

Nesse contexto surgem questões como: do que resulta a necessidade de criação de áreas especialmente protegidas? Quais valores orientam os diferentes formatos de conservação? Para que e para quem se conserva, ou quem usufrui de seus benefícios? O quanto a economização da natureza distancia-se da raiz causadora da sua degradação? Ou, em outras palavras, como soluções capitalistas podem contribuir para enfrentamento de problemas ambientais causados pelo próprio capitalismo?

Sendo necessário adequar os inúmeros questionamentos às limitações intrínsecas a uma pesquisa de mestrado, esse trabalho orientou-se a investigar experiências que surgem no enfrentamento à atual crise de civilização, compreendendo que a busca por alternativas para territórios submetidos a impactos como modernização da agricultura, desigualdades regionais, limitações impostas pela legislação ambiental, dentre outros fatores, impele seus atores à diversificação de suas atividades como estratégia de adaptação às novas realidades.

Nesse interim, selecionou-se como tema o turismo de base comunitária em unidades de conservação, entendendo-se que o TBC, ao passo que valoriza pessoas e recursos locais, tem se apresentado como oportunidade de resgate dos vínculos com o território, fortalecimento da identidade e diversidade sociocultural e possibilitado o desenvolvimento local a partir de lógicas não hegemônicas, numa perspectiva multidimensional – social, ambiental, cultural e econômica.

Nessa perspectiva, as seguintes questões orientaram esse estudo: o planejamento e a gestão do turismo em unidades de conservação favorecem as

iniciativas de TBC? As experiências de TBC em unidades de conservação estão, de fato, contribuindo para o desenvolvimento local?

Ao final desse trabalho chega-se com mais perguntas do que respostas. Ainda assim, considera-se que a pesquisa atingiu o objetivo ao qual se dispôs: investigar formas de organização comunitária denominadas Turismo de Base Comunitária enquanto modelo alternativo de turismo em Unidades de Conservação da Natureza para o desenvolvimento local, realizando estudo de caso em duas UCs federais localizadas em Guaraqueçaba (PR), a APA de Guaraqueçaba e o Parque Nacional do Superagüi.

Dentre os resultados, observou-se que iniciativas organizadas em base comunitária são alternativas viáveis para o turismo em UCs como APAs e PARNAs e contribuem para que estas cumpram seu papel no desenvolvimento local, uma vez que via TBC promovem justiça ambiental na repartição dos benefícios da biodiversidade e liberdades humanas como autonomia, participação, redução da pobreza, valorização cultural, qualificação profissional, entre outras.

No intuito de analisar o contexto atual do TBC nas áreas estudadas, observou-se que o turismo de base comunitária vem sendo indicado e promovido por atores externos como pesquisadores, projetos de extensão universitária, ONGs, poder público e iniciativa privada. No entanto, analisando-se seus discursos foi possível constatar diferença entre seus entendimentos do que vem a ser TBC, e portanto, nos objetivos que orientam suas ações, os quais variam entre minimizar a pressão antrópica nos recursos naturais gerando-se alternativa de renda, empoderamento das comunidades, valorização cultural e diversificação da oferta de produtos turísticos.

Quanto às comunidades, foram encontrados poucos trabalhos que lhe dessem voz. Constatou-se que as populações estão cansadas de pesquisas e projetos cujos resultados não são palpáveis. Por outro lado, o turismo é importante alternativa econômica, e o TBC é visto como meio de valorização cultural de práticas tradicionais que não mais ocorriam, ou ocorriam com pouca frequência, como a utilização das farinheiras e a produção de bebidas típicas, o interesse pelo artesanato e pelo modo de vida local.

No intuito de identificar iniciativas comunitárias relacionadas ao turismo, foram identificadas e caracterizadas oito experiências solidárias ligadas ao TBC, organizadas em formas de associações e cooperativas cujas atividades incluem



prestação de serviços de guia, receptivo turístico, transporte, hospedagem e alimentação, venda de artesanato e extrativismo vegetal para produção de cachaça com cataia. Constata-se que há diversidade de experiências porque estas respeitam as características dos sítios de pertencimento, e portanto, fazem uso de seus recursos locais culturais, humanos, naturais etc.

O número significativo de empreendimentos identificados, considerando-se uma população de menos de oito mil habitantes, indica que estas são estratégias de sobrevivência e adaptação à realidade de Guaraqueçaba, onde é baixo o IDH e há poucas oportunidades de trabalho. É nesse contexto que surge a sociedade autogestionária, em um primeiro momento, como estratégia para desempregados marginalizados na economia capitalista e que desta forma impulsionam a economia solidária, ainda que dependam do Estado, do fundo público e de agências de fomento em seu início.

Duas dessas iniciativas foram analisadas para verificar o atendimento a pressupostos do TBC e se estas contribuem para o desenvolvimento local - o Restaurante Ilha das Peças e a Cooperativa de Artesãos de Guaraqueçaba Arte Nossa. Ressalta-se que a metodologia desenvolvida para verificar o cumprimento dos pressupostos não teve o intuito de classificação, mas de orientação para que os atores se percebam dentro do TBC e possam direcionar seu planejamento. Desse modo, conclui-se que as experiências estão contribuindo para o desenvolvimento local, atendendo-se em algum nível as diferentes dimensões ambiental, social, cultural e econômica.

Ambas atendem, em diferentes níveis, ao pressuposto de base endógena, de participação e protagonismo social, de geração de benefícios diretos à população local e de escala limitada e impactos ambientais controlados. No entanto, apenas a Arte Nossa responde, parcialmente, ao pressuposto de afirmação cultural e interculturalidade a partir do encontro entre visitantes e visitados. Entre os aspectos mais destacados estão a autonomia, a autoestima e o sentimento de pertencimento.

O grupo da Arte Nossa enfrenta dificuldades na comercialização e na organização do grupo, mas alguns cooperados afirmaram que participar da cooperativa auxiliou em ganho de autoestima, enfrentamento de depressão e alívio de tensões decorrentes de problemas domésticos, fatores que são um verdadeiro legado da participação e cooperação, os quais não se pode mensurar.

No Restaurante Ilha das Peças a base endógena da iniciativa, a participação social e a geração de benefícios locais merecem destaque, uma vez que as associadas vêm aprimorando o empreendimento a partir da própria organização e trabalho.

Quanto à dimensão ambiental do desenvolvimento, em geral observou-se que os entrevistados colocam-se a favor da conservação da natureza, desde que seja permitido o uso pela população para atendimento de suas necessidades, pois entendem que sempre foram os guardiões e fizeram pouco uso dos recursos naturais, de tal modo que estes se mantiveram. No entanto, a maioria dos participantes das duas iniciativas colocaram-se contrários às UCs instituídas em seu modelo de gestão e fiscalização, mas principalmente pelo impedimento de acesso aos recursos naturais. No entanto, cabe destacar que no território da APA, mesmo quando excluídas as UCs de proteção integral, incide legislação ambiental mais restritiva que a categoria da UC, tal qual a Lei da Mata Atlântica (Lei Federal 11.428/2006). Em todo caso, para as comunidades o fato é que a proibição e a fiscalização estão associadas ao conjunto das leis ambientais incidentes no território.

Contudo, alguns entrevistados comentaram que a proteção controlou muitos impactos na região, ao expulsar grileiros, conter o desmatamento e a especulação imobiliária etc. Assim, a história da proteção é importante nesse caso. Às avessas, como efeito perverso, sem querer, ou não, a conservação protegeu a existência daquela população para a qual não proporcionou as condições adequadas ao seu desenvolvimento.

Há que se observar que na fala dos entrevistados transparece um discurso de vitimização a ser superado para se avançar no desenvolvimento local. Por um lado, as comunidades precisam compreender o sentido do processo histórico no qual estão inseridas, e dessa forma perceber que a criação das UCs não é a raiz ou o único determinante dos problemas sociais enfrentados, e, ainda que não tenham contribuído para o desenvolvimento socioeconômico, produziram tal efeito perverso, favorecendo de alguma forma a permanência das populações no território e protegendo recursos naturais necessários para sua sobrevivência.

Por outro lado, é necessário aumentar a participação social das comunidades, de modo que sejam empoderadas para disputar seus espaços e reivindicar seus direitos à justiça ambiental e ao desenvolvimento local em suas multidimensões, junto às esferas do poder público municipal, estadual e federal. A

questão é fundamental, visto que durante a pesquisa moradores queixaram-se da insatisfatória atuação do poder público, e especialmente do governo do estado do Paraná, em todas as áreas: saúde, educação, meio ambiente, entre outros. A título de exemplo, apesar de haver duas APAs de Guaraqueçaba, uma estadual e outra federal, o IAP, órgão estadual responsável, não exerce sua função e apenas o ICMbio vem fazendo a gestão da área. A gestão municipal igualmente foi apontada como ineficiente pela maioria dos moradores e acusada de se ocupar apenas da área da sede municipal. Dessa maneira, conclui-se ser imprescindível a atuação dos órgãos estaduais e municipais em conjunto com os federais, nos quais se inclui o ICMbio, para promoção de políticas públicas integradas visando o desenvolvimento local, mas também importante é a organização e o fortalecimento da população para que se exerça o controle social.

Ao identificarem-se perspectivas para o TBC nas UCs estudadas, constatou-se que o uso turístico não está favorecendo grupos externos e minoritários, como aqueles relacionados às grandes concessões, em detrimento ao incentivo à participação das populações locais. No entanto, o TBC ainda não está consolidado e constatou-se desordenamento no crescimento da atividade turística. Portanto, as iniciativas associativas requerem maior apoio para sua autogestão e desenvolvimento das liberdades substantivas de seus membros, para que os agentes sejam capazes de promover seu próprio desenvolvimento.

Quanto às perspectivas para o TBC na contribuição ao desenvolvimento local nas duas UCs avalia-se que há interesse por parte da gestão de ambas, mas que em curto e em médio prazo apenas os gestores do Parque planejam ações específicas. Ressalta-se que, para tanto, precisarão contar com o apoio e a participação das comunidades, esse é um trabalho lento a ser realizado e demanda metodologias a serem desenvolvidas de acordo com cada realidade, já que não há receitas para a conquista da participação.

O TBC refere-se à valorização cultural do sítio onde ele acontece, incluindo-se suas práticas e todo o arcabouço cultural, devendo o turismo ser atividade complementar e não substitutiva. No entanto, por vezes o turismo é apresentado como única alternativa a comunidades em diferentes contextos, sem que se respeitem as reais demandas das populações ou a sua participação em todo o processo. Assim, verificou-se que não há instituído espaço de diálogo para se tratar do tema “turismo” nestas UCs ou no município. Gestores da APA informaram que

não há câmara técnica de turismo no Conselho por não haver demanda para tanto. Porém, há diferentes instituições que defendem e promovem a atividade no território, bem como identificadas iniciativas comunitárias que justificam um planejamento turístico sobre as bases do desenvolvimento local, de modo a alcançar o objetivo de uso sustentável ao qual se propõem as APAs.

No tema turismo não foram identificadas ações ou previsão de implementação de projetos de disciplinamento e orientação para o desenvolvimento da atividade por parte dos órgãos públicos municipais e estaduais. Na prática, observa-se aumento do turismo desordenado no entorno do PARNA do Superagüi, especialmente na Ilha das Peças, onde ocorre maior confluência de embarcações turísticas e de particulares. O turismo náutico, nesses termos, causa atropelamentos com morte, ferimentos e estresse na comunidade de botos das baías. Além disso, certo perfil de turistas não respeitam os moradores locais e sua cultura, e ainda oferecem riscos ao transitar com embarcações em alta velocidade.

De forma complementar, observa-se a urgência da melhoria e ampliação do sistema de esgoto, da coleta de resíduos e da captação de água, visando atender satisfatoriamente a população residente e a flutuante, na qual se destacam os turistas durante a temporada de verão.

Como recomendações, a partir desse trabalho, para o planejamento e gestão do turismo de base comunitária, no caso da Arte Nossa, sendo a prática do artesanato bastante rica, seria interessante intensificar a relação entre o artesão e o turista, agregando-se valor aos produtos e enriquecendo a experiência de ambos no encontro e na troca cultural. O fato de estarem inseridos em uma UC e tirarem de maneira sustentável da natureza a matéria prima básica para o seu trabalho, que depois será transformada de acordo com as características de cada artesão, é algo a ser olhado com mais atenção.

Assim, recomenda-se estimular e auxiliar os artesãos para que ofereçam vivências práticas na extração da matéria prima, no seu beneficiamento para adequá-la ao uso e no ensino da técnica até a produção final do artesanato. Os cooperados também precisam de autorizações para extração de determinadas matérias primas e apoio institucional para fortalecimento da Cooperativa.

Quanto ao Restaurante Ilha das Peças e para a Vila em geral, como indicativo para se pensar um turismo em escala limitada seria mais urgente planejar o modelo a ser desenvolvido no local, bem como orientar a relação dos veranistas

com a população. Assim, recomenda-se estipular formas de controle da visitação durante o verão, especialmente durante a festa de São Sebastião.

Para estimular a interculturalidade e a valorização da cultura local, bem como dinamizar o turismo em épocas de baixa demanda, verificou-se a possibilidade de realização de eventos gastronômicos durante o inverno, por exemplo, tendo-se mais tempo para preparar pratos demorados como o peixe com molho ou o peixe seco, que fora citado durante as entrevistas. Porém, seria necessário que as associadas entrassem em consenso a respeito.

Também a organização para desenvolvimento do TBC de forma conjunta entre as iniciativas identificadas poderia ser explorada. Sugere-se integrá-las em rede, para que conduzam o planejamento de roteiros de TBC, por exemplo, com cooperação entre si, visando-se seu fortalecimento. Novamente destaca-se a importância de espaço de diálogo voltado para o planejamento e a promoção do turismo, ou do TBC especificamente, unindo-se tais iniciativas solidárias e demais instituições e esferas do poder público atuantes nas UCs, de modo a se unificarem objetivos e recursos disponíveis. Assim, recomenda-se às iniciativas comunitárias a participação nos conselhos gestores das unidades, visto que a aproximação seria interessante como forma de iniciar o diálogo e o atendimento a necessidades para desenvolvimento dos grupos e do TBC.

A geração de benefícios pode ser ampliada, aumentando-se os apoios e incentivos e procedendo-se à junção dos esforços entre as comunidades, suas iniciativas solidárias e as diferentes instituições e esferas do poder público atuantes nas UCs. Dessa maneira, infere-se que seria um desafio proceder à construção conjunta do referencial teórico do TBC entre aqueles que atuam na região e têm interesse nessa modalidade de turismo para Guaraqueçaba, afinando-se os conceitos e os pressupostos a serem utilizados para tanto.

Além disso, avalia-se que, apesar das peculiaridades de acesso, da sazonalidade e condições climáticas do local, há demanda pelo destino disposta a transpassá-las. Portanto, é necessário disponibilizar o mapeamento e demais informações sobre as comunidades abertas ao TBC e suas iniciativas solidárias, e seus atrativos turísticos, incluindo-se as opções de trilhas e acessos, dispondo contatos de condutores de turismo, barqueiros, empreendimentos solidários etc.

Quanto a recomendações para pesquisas futuras, em Guaraqueçaba não se pode afirmar o quanto cada comunidade vislumbra o TBC. E nesse sentido, foram

poucos os estudos voltados para a percepção das comunidades até o momento, ouvindo-se seu interesse ou não na promoção da atividade turística. Dessa maneira, são necessárias investigações junto a cada uma delas.

Indicam-se também estudos para identificar e melhor descrever aspectos culturais singulares da região e sua atratividade para o TBC, como o Amargoso preparado na comunidade quilombola do Rio Verde e bebido em jejum na Sexta-Feira Santa (trata-se de uma infusão na cachaça de ingredientes como alho, arruda, guiné, betarú, espora de arraia, entre outros, somando mais de vinte), e a fogueira da Utinga, que somente nas noites de São João permite que se caminhe descalço sobre suas brasas sem queimar os pés, entre outras riquezas do patrimônio cultural material e imaterial de Guaraqueçaba tão pouco conhecidas.

O turismo de base comunitária em unidades de conservação pode demandar mais tempo e esforço para surtir efeitos positivos, no entanto, além de justo ambientalmente, apresenta possibilidades de sustentabilidade política, cultural, social, ambiental e econômica no longo prazo. Sendo o potencial ambiental de uma região determinado pelos diferentes processos produtivos ali encontrados, e não apenas por sua estrutura ecossistêmica, desenvolver as pessoas, suas habilidades e capacidades, pode então ser considerado como importante passo a ser dado rumo ao desenvolvimento.

As iniciativas solidárias de TBC em unidades de conservação constituem-se modalidade interessante enquanto projeto socioambiental, uma vez que não só podem proporcionar o desenvolvimento local, mas também aprimorar a experiência turística para fins além de mercadológicos. Se na atividade turística há demanda por grandes estruturas e padrões de qualidade, também existe demanda por outro tipo de vivência, a que valoriza esse encontro.

Entende-se que as comunidades locais dependem do ambiente para sua reprodução social e que sua preocupação principal na conservação da natureza inclui o uso do meio ambiente. Não se conclui aqui que o turismo seja sempre uma alternativa favorável ou viável. Ao contrário, ele traz consigo impactos negativos, sendo imprescindível não ser tratada de forma romantizada, e lembrando-se que nas UCs os objetivos voltam-se para a conservação da natureza.

Por outro lado, quando de fato há interesse das comunidades em desenvolvê-lo, o TBC pode favorecê-las e servir não apenas como gerador de renda, tal qual é comumente propagado, mas também como meio de comunicação de

demandas e de conflitos vivenciados, para o fortalecimento da cultura e instigando mais olhares para a realidade dessas comunidades, em suas especificidades, direitos e necessidades. De maneira complementar, o TBC, na medida em que proporciona a organização social, colabora para ampliar a participação e o controle social das políticas públicas e na negociação dos interesses coletivos.

O turismo de base comunitária na perspectiva da economia solidária, com gestão democrática e solidária da força de trabalho, dos recursos naturais e produtivos, do conhecimento, dentre outros, surge como modelo alternativo da atividade. Sendo assim, o incentivo ao turismo em unidades de conservação pode ter alcances sustentáveis ao promover aquele de base local e comunitária, fazendo com que as populações produzam e desfrutem por si próprias as riquezas a partir dos recursos de seus territórios, os quais abrangem integralmente sua natureza e sua cultura.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.

AMEND, M. R. **Avaliação da oferta e demanda turística na Comunidade da Barra do Superagüi/Paraná**: subsídios para o desenvolvimento de um ecoturismo de base comunitária. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

AMOMAR. **Associação de Moradores do Marujá**. Disponível em: <<http://www.maruja.org.br/amomar/>>. Acesso em: 14/02/2014.

AZEVEDO, N. T. de. **Pescadores artesanais do Paraná avançam na luta pelos Territórios Pesqueiros**. 2013. Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/search?updated-max=2013-12-20T11:27:00-08:00&max-results=7>> Acesso em 27/02/2014.

BARBOSA, A. M *et al.* **Parecer técnico sobre os estudos preliminares encomendados para a elaboração do plano de manejo do Parque Nacional do Superagüi - Guaraqueçaba - Paraná**. Parecer técnico. Dez, 2013.

BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas: Papirus, 2000.

BARTHOLO JR, R. S.; CAMPOS, A.; BURSZTYN, I.; EGREJAS, M.; LIMA, R. P. de. **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Relatório técnico-científico. Rio de Janeiro, 2011.

BARTHOLO JR, R. dos S.; SANSOLO, D. G; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

BENI, M. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC, 2003.



BETTI, P. Turismo solidário na economia solidária. In: Encontro da ANPPAS 6. 2012. **Anais...**, 2012. Belém. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro6/anais/ARQUIVOS/GT5-1395-1296-20120715181520.pdf>>. Acesso em: 22/03/2014.

BRASIL. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.** Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1970-1979/D84017.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D84017.htm)>. Acesso em 09/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 90.883, de 31 de janeiro de 1985.** Dispõe sobre a implantação da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba, no estado do Paraná, e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989.** Cria, no Estado do Paraná, o Parque Nacional do Superagui, e dá outras providências. Disponível em: <<http://goo.gl/WylxUd>>. Acesso em: 25/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.513, de 20 de novembro de 1997.** Amplia os limites do Parque Nacional do Superagui, criado pelo Decreto nº 97.688, de 25 de abril de 1989. Disponível em: <<http://goo.gl/aS8lpz>> . Acesso em: 25/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.** Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm)>. Acesso em 08/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002.** Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm)>. Acesso em 15/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006.** Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Disponível em: < <http://goo.gl/G7Lq60> >. Acesso em: 25/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 5 de junho de 2009.** Dispõe sobre a criação da Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, no Município de Beberibe, no Estado do Ceará, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12059.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2009/Dnn/Dnn12059.htm)>. Acesso em 15/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.829, de 20 de junho de 2013.** Cria o Parque Nacional Marinho das Ilhas dos Currais, no Estado do Paraná. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12829.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12829.htm)>. Acesso em: 09/03/2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Diretrizes para visitação em unidades de conservação.** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.

\_\_\_\_\_. **Áreas protegidas:** unidades de conservação: usos permitidos. 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usos-permitidos>>. Acesso em: 23/08/2013.

\_\_\_\_\_. **Cadastro nacional de unidades de conservação:** consulta: relatórios de UC. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>>. Acesso em 18/03/2014.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária:** desafio para a formulação de política pública. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Plano nacional de turismo 2013 – 2016.** Brasília: Ministério do Turismo, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo; SEBRAE Nacional; ICMBIO; ABETA. **Fomento ao turismo em parques nacionais e entorno:** manual de orientações metodológicas. 2011.

BRASIL ESCOLA. **Qual a diferença entre PIB e PNB?** Disponível em: <<http://goo.gl/agrZKD>>. Acesso em 02/05/2014.

BRAZIL EXPERIENCE. **Tour Barbados – Superagüi**: expedição de impacto social. Disponível em: < <http://goo.gl/ZL6Rxb> >. Acesso em: 25/03/2014.

BÜSCHER, B; SULLIVAN, S; NEVES, K; IGOE, J; BROCKINGTON, D. Towards a synthesized critique of neoliberal biodiversity conservation. **Capitalism Nature Socialism**, v. 23, n. 2, p. 37–41. Junho, 2012. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/loi/rcns20#.Ujd8UdKfuSo>>. Acesso em: 12/12/2013.

CAMPOLIM, M. B.; PARADA, I. L. S.; YAMAOKA, J. G. Gestão participativa da visitação pública na comunidade do Marujá, Parque Estadual da Ilha do Cardoso. **Instituto Florestal**. Série Registros. São Paulo: Instituto Florestal, 2008.

CAVALCANTI, C. Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico. **Trabalhos para discussão**. n. 104. Recife: Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, 2001.

\_\_\_\_\_. Sustentabilidade: mantra ou escolha moral? Uma abordagem ecológico-econômica. **Estudos Avançados**, n. 26. São Paulo: USP, 2012. p. 35–50.

CLARK, N. Licitação nos parques nacionais. **O Eco**. Novembro, 2010. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/reportagens/24602-licitacao-nos-parques-nacionais>>. Acesso em: 16/02/2014.

CLIMATE DATE. **Clima**: Guaraqueçaba. Disponível em: <<http://pt.climate-data.org/location/313398/>>. Acesso em 22/03/2014.

CMMAD. Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONSELHO NACIONAL RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. Revisão da Biosfera da Mata Atlântica – Fase VI/2008. Parte 3: detalhamento da proposta por região e estados. Paraná. Disponível em: <[http://www.rbma.org.br/rbma/rbma\\_fase\\_vi\\_06\\_estados\\_pr.asp](http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_pr.asp)>. Acesso em: 20/03/2014.

CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES. **APA para quem?** Pescadores questionam modelo seletivo de conservação ambiental adotado em Pernambuco. Fev., 2014. Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2014/02/apa-para-quem-pescadores-questionam.html>>. Acesso em 27/02/2014.

COOPERGUARÁ ECOTUR. **Sobre a Cooperativa.** Disponível em: <<http://visiteguaraquecaba.com.br/novosite/a-cooperativa>>. Acesso em: 06/04/2014.

CORAZZA, A. P. **Percepção da paisagem e do ecoturismo na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba**, Paraná, Brasil. Dissertação (Mestrado em Engenharia Florestal). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

CORIOLANO, L. N. M. T. **Reflexões sobre o turismo comunitário.** 01/08/2006. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11164>>. Acesso em: 10/10/2011.

CORIOLANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza: EDUECE, 2003

COUTINHO, G. C. T. P.; SAMPAIO, C. A. C.; RODRIGUES, L. P. Potenciais atrativos de comunidades tradicionais: turismo comunitário em Barbados, Guaraqueçaba (PR). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.6, n.5, p. 972-989, nov-2013/jan-2014.

DIEGUES, A. C. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais *In*: SERRANO, Célia M. de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini (Orgs.). **Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente.** Coleção Turismo. p. 85-102. Campinas, SP: Papirus, 1997.

\_\_\_\_\_. **O mito moderno da natureza intocada.** São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. (Org). **Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos.** São Paulo: NUPAUB-USP: Hucitec: Annablume, 2000.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. **Biodiversidade: a hora decisiva.** Curitiba: UFPR, 2007.

DUARTE, L. A. **Argonautas do Superagui**: identidade, território e conflito em um parque nacional brasileiro. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

FABRINO, N. H. **Turismo de Base Comunitária**: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

FOLADORI, G.; Melazzi, G. **Economía de la sociedad capitalista**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1991.

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. Paz e Terra, 1967.

FUNDO BRASIL DOS DIREITOS HUMANOS. **Movimento dos Pescadores Artesanais do Litoral do Paraná** – MOPEAR-PR. Rede de Direitos. 2010. Disponível em: <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/v2/pt/projects/view/movimento-dos-pescadores-artesanais-do-parana-mopear>>. Acesso em: 09/03/2014

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. O subdesenvolvimento revisitado. **Economia e Sociedade**, v. 1, p. 5-19. Ago. 1992.

\_\_\_\_\_. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, v. 24, n. 96, p. 483–486, 2004.

GRANDELLE, R. Brasil tem perda bilionária em setor turístico. **O Globo**. 15 jul. 2013a. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/brasil-tem-perda-bilionaria-em-setor-turistico-9021526#ixzz2Z9R1MuGX>> Acesso em: 15/07/2013.

\_\_\_\_\_. Parques nacionais oferecem natureza para poucos. **O Globo**. 13 jul. 2013b. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/ciencia/brasil-tem-perda-bilionaria-em-setor-turistico-9021526#ixzz2Z9R1MuGX>>. Acesso em 15/07/2013.

GUHA, R. El ecologismo de los pobres. **Cuadernos de debate internacional: ecología política**, n. 8, p. 137–151. Barcelona: FUHEM / ICÁRIA, 1994.

GURGEL, H. C.; HARGRAVE, J.; FRANÇA, F.; HOLMES, R. M.; RICARTE, F. M.; DIAS, B. F. S.; RODRIGUES, C. G. de O.; BRITO, M. C. W. de. Unidades de conservação e o falso dilema entre conservação e desenvolvimento. **Boletim regional, urbano e ambiental**. v. 03, p. 109–119, IPEA: 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/usuarios-permitidos>>.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 16 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Reservas particulares do patrimônio natural federal**. 2011. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1258>>. Acesso em: 19/03/2014.

\_\_\_\_\_. **ICMS Ecológico**. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=418>>. Acesso em: 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Reservas particulares do patrimônio natural estadual**. 2013. Disponível em: <<http://www.iap.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1260>>. Acesso em: 19/03/2014.

IBAMA; IPG; SEEC. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais; Instituto de Pesquisa de Guaraqueçaba; Secretaria de Estado da Cultura do Paraná. **Diagnóstico socioeconômico e cultural da APA de Guaraqueçaba**. 2005.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicisociais2012/>>. Acesso em: 13/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico**. 2010. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 13/03/2014.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo**: Parque Nacional do Cabo Orange. Encarte 2 - Análise da região do Parque Nacional do Cabo Orange. Brasília, 2010.

\_\_\_\_\_. **Vizentin confirma investimento nos parques nacionais**. Brasília, 19/07/2012. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/4147-vizentin-confirma-investimento-nos-parques.html>. Acesso 23/7/2013

\_\_\_\_\_. **Presidente destaca esforço na gestão dos parques**. Brasília, 17/07/2013a. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/4-destaques/4142-presidente-destaca-esforco-na-gestao-dos-parques.html>>. Acesso em: 28/7/2013.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 119, de 22 de março de 2013. Instituir Grupo de Trabalho com o objetivo de definir diretrizes institucionais e metodologia para planejamento e implementação do Turismo de Base Comunitária nas Unidades de Conservação federais. **Boletim de Serviço Instituto Chico Mendes nº 12**, 22/03/2013b. Disponível em: <[http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/boletimservico/bs\\_2013/ICM-12-2013.pdf](http://www.icmbio.gov.br/intranet/download/arquivos/boletimservico/bs_2013/ICM-12-2013.pdf)>. Acesso em: 14/03/2014.

\_\_\_\_\_. **ICMBio realiza seminário sobre turismo de base comunitária**. Brasília, 13/08/2013c. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4214-icmbio-realiza-seminario-sobre-turismo-de-base-comunitaria.html>>. Acesso em: 05/02/2014

\_\_\_\_\_. **RESEX Cururupu realiza capacitação de boas práticas em turismo**. Brasília, 23/09/2013d. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4326-resex-cururupu-realiza-capacitacao-de-boas-praticas-em-turismo.html>>. Acesso em: 05/02/2014

\_\_\_\_\_. **Reservas do Marajó discutem turismo de base comunitária**. Brasília 06/02/2013e. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/3674-reservas-do-marajo-debatem-turismo-de-base-comunitaria.html>>. Acesso em: 05/02/2014

ICMBIO/ CNPT. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade/ Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais. **Seminário ecoturismo de base comunitária em reservas extrativistas**. Relatório. São Luís: 2012.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná em números**. 2011. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg\\_conteudo=1&cod\\_conteudo=1](http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=1)>. Acesso em 20/03/2014.

\_\_\_\_\_. **Índice de desenvolvimento humano municipal segundo as unidades da federação**. Brasil. 1991/2000/2010. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM\\_unidades\\_federacao\\_brasil.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/IDHM_unidades_federacao_brasil.pdf). Acesso em: 20/03/2014

IRVING, M. de A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

KASSEBOEHMER, A. L.; SILVA, I. C.. O olhar de pesquisador sobre Guaraqueçaba: diagnóstico e análise crítica da produção científica relacionada ao município. **Floresta**, Curitiba, PR, v. 39, n. 3, p. 643-658, jul./set. 2009.

KINKER, S. **Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais**. Campinas: Papirus, 2005.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2007.

\_\_\_\_\_. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2013.

LEUZINGER, M. D. **Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais**, 2007. Tese (Doutorado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. UnB.



\_\_\_\_\_. Uso público em unidades de conservação. p.1–19. **Anais...** 8º Congresso do Magistério Superior de Direito Ambiental da APRODAB e o 1º Congresso de Direito Ambiental da PUC. Rio de Janeiro, 2010.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e política. *In*: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MARTÍNEZ ALIER, J. **Ecologismo dos pobres**. São Paulo: Contexto, 2012.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. *In*: IRVING, M. de A. (Org.) **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos caminhos**. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F.; PAVESE, H. B.; ARAÚJO, F. F. S. **Contribuição das unidades de conservação para a economia nacional: Sumário Executivo**. Brasília: UNEP-WCMC, 2011.

MIGUEL, L. A.; ZANONI, M. M. Reflexões sobre a hostilidade das populações locais frente a implantação de políticas regionais de proteção ambiental no Brasil: o caso da APA de Guaraqueçaba – Paraná. Simpósio Internacional de Qualidade Ambiental 2. **Anais...**, Porto Alegre, 1998

MOPEAR; MPP. Movimento de Pescadores e Pescadoras do Paraná; Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Brasil. **Carta aberta a Sociedade Brasileira**. Encontro sobre a violação de direitos humanos provocados pelos parques nacionais em territórios de comunidades caiçaras e pescadores e pescadoras artesanais no Paraná. 2013. Disponível em: <<http://peloterritoriopesqueiro.blogspot.com.br/2013/12/carta-aberta-sociedade-brasileira-do.html>>. Acesso em 27/02/2014.

MORE T. A.; MANNING, R. E. **The public functions of parks and protected areas**. Working Papers of the Finnish Forest Research Institute 2. Disponível em: <<http://www.metla.fi/julkaisut/workingpapers/2004/mwp002-42.pdf>>. Acesso em 20/02/2014

NASCIMENTO, C; A autogestão e o “novo cooperativismo”. *In*: BENINI, Édi A., FARIA, Maurício Sardá de, NOVAES, Henrique T., DAGNINO, Renato (Orgs.) **Gestão pública e sociedade**: fundamentos e políticas da economia solidária, v.1. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Millenium ecosystem assessment**. 2005. Disponível em: < <http://goo.gl/Znf9hK> >. Acesso em 09/05/2014.

OTA, S. **Desenvolvimento rural**: o ecoturismo como atividade potencial para a melhoria das condições socioeconômicas e ambientais de Guaraqueçaba. Dissertação (Mestrado em Agronomia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

PÁDUA, M. T. J. Dúvidas sobre RPPNs. **O Eco**. 22/08/2007. Disponível em <<http://www.oeco.org.br/maria-tereza-jorge-padua/16304-oeco-23715>>. Acesso em 19/03/2014.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Turismo. **Estudo da demanda turística Litoral do Paraná**. Curitiba, 2008. Relatório técnico. Disponível em: <[http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas\\_2012/Litoral\\_2000\\_2006.pdf](http://www.turismo.pr.gov.br/arquivos/File/estatisticas_2012/Litoral_2000_2006.pdf)>. Acesso em: 24/03/2014.

PECQUEUR, B. Qualidade e desenvolvimento territorial: a hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, p. 81–103, dez. 2006.

PIERRI, N.; ÂNGULO, R. J.; SOUZA, M. C.; KIM, M. K.; A ocupação e o uso do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 13, p. 137-167, jan./jun. 2006. Editora UFPR.

PNUD; FJP; IPEA. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/ Fundação João Pinheiro/ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Perfil municipal de Guaraqueçaba – PR. **Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013**. Disponível em: <[http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/quaraquecaba\\_pr](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/perfil/quaraquecaba_pr)>. Acesso em: 21/03/2014.

POUSADA UACARI. **Histórico turismo.** Disponível em <<http://www.pousadauacari.com.br/page.aspx?id=73>>. Acesso em: 20/05/2012.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da Conservação.** Londrina: Vida, 2002.

REDE TUCUM. **Turismo comunitário.** Disponível em: <<http://www.tucum.org/>>. Acesso em: 15/10/2013

RODRIGUES, C. G. DE O. **O uso do público nos parques nacionais:** a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

RUSCHMANN, D. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. Campinas: Papirus, 2008.

SAMPAIO, C. P. DA S. Comunidades rurais na Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba: análise de agrupamentos hierárquicos. XI Encontro Regional de Economia - ANPEC-Sul 2008. **Anais...**, 2008. Curitiba. Disponível em: <[http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI\\_ANPEC-Sul/artigos\\_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-07-comunidades\\_rurais\\_na\\_ar.pdf](http://www.economiaetecnologia.ufpr.br/XI_ANPEC-Sul/artigos_pdf/a4/ANPEC-Sul-A4-07-comunidades_rurais_na_ar.pdf)>. .

SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. Turismo de base comunitária: potencialidade no espaço rural brasileiro. *In*: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs). **Turismo de Base Comunitária:** diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

SCHÄRER, R. Turismo sustentável: um estudo de caso sobre a comunidade de prainha do Canto Verde no litoral do Ceará. **Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural**, v. 1, nº 2, p. 231-242, 2003. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/1203/PS100603.pdf>>. Acesso em: 15/03/2014.

SCHNEIDER, S.; PEYRÉ TARTARUGA, I. G. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**, v. 23, n. 01 e 02, p. 99–117, 2004.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SFB. Serviço Florestal Brasileiro. **Coletoras de cataia recebem apoio para produzir bebida sustentavelmente**. 03/07/2013. Disponível em: <<http://www.florestal.gov.br/noticias-do-sfb/coletoras-de-cataia-recebem-apoio-para-produzir-bebida-sustentavelmente>>. Acesso em: 20/09/2013.

SILVA, D. L. B. C. DA; MARTINS, L. C. **Viver o Local**: Potencialidade do Turismo de Base Comunitária no Parque Nacional do Cabo Orange (AP). 2010.

SILVA, D. L. B; KORNIEZUC, N. B. S; DELELIS, C. J. **Depoimento**: Tartaruga Imbricata no PARNA Cabo Orange. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/sustentabilidade-financeira/depoimento-tartaruga-imbricata-no-parna-cabo-orange>> . Acesso em 15/02/2014.

SILVEIRA JUNIOR, W. J.; BOTELHO, E. S. Turismo em áreas protegidas e inclusão social de populações tradicionais: um estudo de caso da Cooperativa de Ecoturismo de Guaraqueçaba (PR). **Anais...** , XI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Niterói, 2010.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perceus Abramo, 2013.

SOS MATA ATLÂNTICA. **Divulgados novos dados sobre a situação da Mata Atlântica**. 04/06/2013. Disponível em: <<http://www.sosma.org.br/14622/divulgados-novos-dados-sobre-a-situacao-da-mata-atlantica/>>. Acesso em 20/03/2014.

SPVS. Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental. **Plano de manejo**: Reserva Particular do Patrimônio Natural Serra do Itaqui e Serra do Itaqui I Vol. 1, encartes I, II e III. Curitiba, 2009.

\_\_\_\_\_. **Plano de manejo**: Reserva Particular do Patrimônio Natural Morro da Mina e Santa Maria. Curitiba, 2012.

\_\_\_\_\_. **Incentivo ao ecoturismo de base comunitária.** Disponível em: <<http://goo.gl/yPLZoZ>>. Acesso em 06/04/2014.

TAKAHASHI, L. Uso público em unidades de conservação. **Cadernos de Conservação**, out. 2004. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza.

TEIXEIRA, C. A proteção ambiental em Guaraqueçaba: substituição de agentes e de concepções sobre a relação sociedade-meio ambiente. In: Encontro da ANPPAS 2. 2004. **Anais...**, 2004. Indaiatuba. Disponível em: <[http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT16/gt16\\_cristina\\_teixeira.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT16/gt16_cristina_teixeira.pdf)>. Acesso em: 22/03/2014.

TURISMO Comunitário. Disponível em: <<http://prainhadocantoverde.org/turismo-cumunitario/>>. Acesso em: 16/02/2014.

WWF BRASIL. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, 2003.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e método.** Porto Alegre: Bookman, 2010.

ZANONI, M. M.; FERREIRA, A. D. D.; MIGUEL, L. de A.; FLORIANI, D.; CANALI, N., RAYNAUT, C. Preservação da natureza e desenvolvimento rural: dilemas e estratégias dos agricultores familiares em Áreas de Proteção Ambiental. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2, p. 39-55, jul./dez. 2000. Editora UFPR.

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França: COPPE/UFRJ, 2006.

\_\_\_\_\_. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? In: R. Bartholo; D. G. Sansolo; I. Bursztyn (Eds.); **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras.** Rio de Janeiro: Nova Letra, 2009.

\_\_\_\_\_. O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas. **Oikos**, v. 9, p. 13-39, 2010.

## APÊNDICES

## APÊNDICE 1 - PROJETOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APOIADOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

	Nome do projeto	Instituição de apoio	Unidades de conservação envolvidas	
UCs de Uso Sustentável	1.	Turismo de Base Comunitária na Resex do Rio Unini	Fundação Vitória Amazônica (FVA)	Reserva Extrativista do Unini – Barcelos (AM)
	2.	Cooperativa de Ecoturismo Comunitário	Instituto Peabiru	Reserva Extrativista Mãe Grande Curuçá – Curuçá (PA)
	3.	Turismo de Base Comunitária nas comunidades de Rio Sagrado	Universidade Regional de Blumenau (Furb)	Área de Preservação Ambiental, Microbacia do Rio Sagrado – Morretes (PR)
	4.	VEM: Viagem Encontrando Marajó	Associação das Mulheres do Pesqueiro	Reserva Marinha Extrativista do Soure – Ilha de Marajó (PA)
	5.	Ecoturismo de Base Comunitária em Mamirauá	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá	Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – Tefé (AM)
	6.	Ecoturismo de Base Comunitária no Polo Tapajós	Projeto Saúde e Alegria – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental (Ceaps).	Floresta Nacional do Tapajós/ Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns e Assentamento Extrativista Gleba Lago Grande – Santarém (PA)
	7.	Deslocamentos: Ecoturismo de Base Comunitária	Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental (SPVS)	APA de Guaraqueçaba – Parque Nacional do Superagüi (PR)
Ambas	8.	Turismo e biodiversidade no Complexo Estuarino do Cassurubá	Associação de Estudos Costeiro e Marinho dos Abrolhos (Ecomar)	Parque Nacional Marinho dos Abrolhos / Reserva Extrativista do Cassurubá – Caravelas (BA);
UCs de Proteção Integral	9.	TBC no Baixo Rio Negro	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ)	Parque Nacional de Anavilhanas – Baixo Rio Negro (AM)
	10.	Central de Turismo de Santo Amaro do Maranhão	Prefeitura Municipal de Santo Amaro	Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – Santo Amaro (MA)
	11.	Ecobase Ilha das Caieiras	Instituto Capixaba de Ecoturismo	Estação Ecológica Municipal do Lameirão – Vitória (ES)
	12.	Guardiões do Pantanal	Secretaria de Estado de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social em conjunto com a Colônia de Pescadores Z-5	Parque Nacional do Pantanal – Barão de Melgaço (MT)
	13.	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba	Associação dos Colonos Ecologistas do Vale Mampituba (Acevam)	Parques Nacionais Aparados da Serra e Serra Geral

QUADRO – PROJETOS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO APOIADOS PELO MINISTÉRIO DO TURISMO

FONTE: BRASIL. Ministério do Turismo (2010)



## APÊNDICE 2 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM REPRESENTANTE DAS ASSOCIAÇÕES

Local

Data

### Identificação do entrevistado

- 1 Nome
- 2 Idade
- 3 Local de nascimento
- 4 Onde mora atualmente
- 5 Há quanto tempo?
- 6 Telefone
- 7 E-mail

### Histórico da associação

- 8 Em que consiste a iniciativa? Associação ( ) cooperativa ( ) iniciativa familiar ( )
- 9 ( ) formal ( ) informal
- 10 Atividade (s) que desempenha na iniciativa
- 11 Como surgiu a associação e quando?
- 12 Quais foram os objetivos na sua criação?

### Gestão

- 13 Os associados participam da gestão indicando os principais problemas e necessidades locais?
- 14 Quantas pessoas participam diretamente? \_\_\_\_\_
- 15 Quantas são envolvidas indiretamente? \_\_\_\_\_
- 16 Como as pessoas envolvidas indiretamente participam (fornecimento de matéria-prima, parceiros, prestadores de serviços, etc.)?
- 17 Como é feita a gestão interna? (reuniões, mutirões, formação, etc.).
- 18 Todos participam de todas as atividades? Quais as formas e características da participação?
- 19 Quando há um problema a ser resolvido ou alguma decisão precisa ser tomada na associação, como isso acontece?
- 20 Com que frequência são realizadas reuniões? Qual o propósito das mesmas?
- 21 Vocês avaliam os resultados coletivamente, verificam o cumprimento dos objetivos determinados?

### Atividade produtiva

- 22 Quais os serviços prestados ou produtos ofertados pelo grupo?
- 23 Como é organizado e dividido o trabalho?
- 24 Todas as pessoas recebem a mesma quantia quando trabalham na associação? Fazem algo para evitar a concentração de renda?
- 25 Existe alguma informação sobre a evolução da renda dos associados?
- 26 Os associados pagam mensalidade ou porcentagem sobre as vendas?
- 27 A associação realiza investimentos em projetos de melhoria da infraestrutura para a comunidade em geral ou mesmo para melhorar as condições de vida?
- 28 Vocês receberam algum treinamento/ formação na associação? Como foi?

### Meio ambiente

- 29 A associação participa de alguma iniciativa para garantir a conservação do meio ambiente?
- 30 Participa dos Conselhos Gestores da APA e/ou do PARNA? Como se dá essa participação?
- 31 Em sua opinião, o fato de existirem as UCs em Guaraqueçaba, é bom ou ruim para o turismo? Por quê?
- 32 Como é a relação da associação com os órgãos ambientais que atuam na região?
- 33 Como você avalia o turismo na região?
- 34 Em sua opinião quais os principais obstáculos para o desenvolvimento do TBC em ambas as UC? Como poderiam ser solucionados?
- 35 Em sua opinião, o turismo provocou impactos sociais, culturais, econômicos e/ ou ambientais? Quais?

**Aspectos culturais**

- 36 O turismo contribuiu/ contribui para valorização da cultura local, do saber fazer? (para afirmação de identidades e sentimento de pertencimento?)
- 37 Qual é a motivação do turista que vem até a associação? O que ele busca?
- 38 Ele procura conhecer a realidade local?
- 39 Há interação, aprendizagem mútua, troca de valores entre turistas e a população?
- 40 Como vocês gostariam que fosse o turista que vem até aqui?

**Justiça socioambiental**

- 41 Tem alguma atividade econômica, social, cultural, que vocês desenvolvem ou desenvolviam mas que agora seja proibida pela legislação ambiental? Qual?
- 42 Considerando o desenvolvimento do turismo neste local, quem você acha que deve ser beneficiado primeiramente?

### APÊNDICE 3 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ASSOCIADOS

Local: ..... Data: .....

*Identificação do entrevistado*

Nome: ..... Idade: .....

Local de nascimento: ..... Se não nasceu aqui, mora há quanto tempo?

Telefone: ..... e-mail

Estado civil: Solteiro ( ) Casado ou equivalente ( ) Separado ou equivalente ( ) Viúvo ( )

Filhos: .....

Teve oportunidade de estudar? Não estudou ( ) Fund. incompleto ( ) Fund. completo ( )  
Ensino médio incompleto ( ) ensino médio completo ( ) Superior ( )

#### *A associação*

- 1) Por que você resolveu participar da associação?
- 2) Sua expectativa foi alcançada?
- 3) Quais são suas atividades na associação?
- 4) Como é organizado seu trabalho? Como é decidido o que precisa ser feito? [há autonomia, autogestão?]
- 5) Houve alguma mudança no seu nível profissional após entrar na associação? não ( ) sim ( )  
Qual?
- 6) Como são tomadas as decisões no grupo quando algo precisa ser resolvido? [há participação e protagonismo?]
- 7) Você participa das atividades em grupo (reuniões, mutirões, cursos, etc.)? [há participação?]  
sim, sempre ( ) às vezes ( ) não participo ( )
- 8) Por quê?
- 9) Quanto você se sente parte do grupo?  
Não me sinto parte ( ) muito pouco ( ) pouco ( ) médio ( ) muito ( )
- 10) Em sua opinião, de quem depende o sucesso ou o fracasso da associação? [protagonismo, pertença]
- 11) Houve aumento da sua renda em função do trabalho da associação?
- 12) O que hoje você faz com essa renda que antes você não fazia?
- 13) O turismo contribui para a valorização da cultura local de vocês? [impactos culturais]
- 14) Quem são as pessoas que se beneficiam do turismo aqui principalmente? [justiça ambiental]
- 15) A quem deveria beneficiar primeiro? As populações que moram aqui ou pessoas de fora? Por quê?
- 16) A natureza protegida no parque traz benefícios? Para quem?
- 17) Tem alguma atividade (econômica, social, cultural ou ambiental) que você fazia antes ou que gostaria de fazer, mas não pode mais por causa da legislação ambiental? Qual? [conflitos]
- 18) Você defende a área? (Levantar algumas questões que possam dar pistas do “pertencimento”
- 19) Você participa de alguma maneira na conservação do meio ambiente? [há pertencimento?]